

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CURSO DE MESTRADO**

**LORUANA RAIZA DIAS CALZA**

**A REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ E OS DESAFIOS DOS ASSENTAMENTOS  
RURIS COLETIVOS: O CASO DA COPAVI, MUNICÍPIO DE PARANACITY**

**MARINGÁ-PR**

**2022**

**LORUANA RAIZA DIAS CALZA**

**A REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ E OS DESAFIOS DOS ASSENTAMENTOS  
RURAIS COLETIVOS: O CASO DA COPAVI, MUNICÍPIO DE PARANACITY**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PGE, da Universidade Estadual de Maringá – UEM, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia. Linha de Pesquisa: Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Orientador: Prof. Dr. Elpidio Serra.

**MARINGÁ-PR**

**2022**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

C171r

Calza, Loruana Raiza Dias

A reforma agrária no Paraná e os desafios dos assentamentos rurais coletivos : o caso da Copavi, município de Paranacity / Loruana Raiza Dias Calza. -- Maringá, PR, 2022.  
158 f.: il. color., figs., tabs., maps.

Orientador: Prof. Dr. Elpidio Serra.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2022.

1. Reforma agrária - MST - Paraná. 2. Assentamento coletivo - Paranacity, PR. 3. Cooperativismo - Paraná. 4. Cooperativa agropecuária - COPAVI. 5. Assentamento rural coletivo - Reforma agrária. I. Serra, Elpidio, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 23.ed. 333.31

A REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ E OS DESAFIOS DOS ASSENTAMENTOS  
RURAIS COLETIVOS: O CASO DA COPAVI, MUNICÍPIO DE PARANACITY

Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

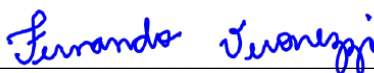
Aprovada em **11 de março de 2022.**

BANCA EXAMINADORA



---

Prof. Dr. Elpídio Serra  
Orientador - UEM



---

Prof. Dr. Fernando Veronezzi  
Membro convidado –UEL



---

Prof. Dr. Cleverson Alexander Reolon  
Membro convidado – UEM

Aos que lutaram e lutam por terras em nosso país.

A todos trabalhadores e trabalhadoras expulsos do Campo.

Às famílias assentadas no Assentamento Santa Maria.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, pois é dEle o folego de vida que habita em mim.

À minha mãe Zilda Aparecida Dias, pois foi seu ventre que me gerou e suas mãos que me sustentaram.

Ao meu amado esposo Eder Ezequiel Calza, por estar ao meu lado em todos os momentos me incentivando, acreditando, e enxugando minhas lágrimas.

À minha irmã Lashayane Eohanne Dias, por ter sido meu exemplo para os estudos.

Ao meu querido orientador Prof. Dr. Elpidio Serra, nunca terei as palavras certas para lhe agradecer pela confiança, persistência e por ter aceitado caminhar ao meu lado durante estes dois anos de pós-graduação. Eternamente minha gratidão!

A Universidade Estadual de Maringá e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia por possibilitar aos estudantes o direito de seguirem seus sonhos através da pesquisa científica e educação pública de qualidade em nosso país.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa de estudos concedida durante todo período, que foi fundamental e indispensável para realização desta pesquisa.

A todas famílias assentadas na Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória-COPAVI, por abrir a porta de suas casas para me receber durante as entrevistas. Em especial, ao meu querido sogro Ildo Roque Calza, por ter sido meu braço direito durante o trabalho em campo, acompanhando-me e auxiliando-me em todas áreas do assentamento.

Aos professores doutores Cleverson Reolon e Fernando Venorezzi, por terem aceitado compor a banca examinadora e por todos os apontamentos, que contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Aos colegas, Luciana Moraes, Jeane Maciel, Ildefonso Caetano, obrigada pelos sorrisos, desabafos e algumas lágrimas que tivemos a oportunidade de compartilhar durante esta caminhada.

Finalmente, gostaria de deixar meus singelos agradecimentos a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para que esta pesquisa fosse concluída.

*“Não fiz o melhor, mas fiz tudo para que o melhor fosse feito. Não sou o que deveria ser, mas não sou o que era antes.”*

Martin Luther King Junior

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivos, analisar o porquê dos assentamentos rurais coletivos no Paraná apresentarem os melhores resultados econômicos e sociais quando comparados aos assentamentos individuais e, apesar disso não serem os preferidos pelos beneficiários da reforma agrária no Estado; segundo avaliar o modelo de organização e administração implementado pela Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória LTDA (COPAVI), no assentamento coletivo Santa Maria, localizado no município de Paranacity, noroeste do Paraná. Para isso, esta pesquisa foi desenvolvida por meio dos procedimentos metodológicos de revisão bibliográfica e estudo de caso. Para a revisão bibliográfica, foram utilizados artigos, livros, dossiês, dissertações e teses que discutem temas pertinentes à pesquisa. O estudo de caso se deu a partir da coleta de dados e utilização de entrevistas e questionários semiestruturados na cooperativa de produção. A COPAVI é organizada em três setores principais: lavoura; hortaliças; e laticínios. Atualmente, estão assentadas 65 pessoas, sendo 41 delas associadas. O modelo organizacional dispõe de uma organização política e outra administrativa, sendo a qualidade da produção, a principal preocupação dos associados e por isso, os mesmos têm buscado especializar-se em cursos de formação, como Administração; Agroecologia; Agronomia; Economia; Pedagogia; Contabilidade entre outros afim de garantir a eficiência e qualidade do trabalho dentro da empresa. Assim, compreender as potencialidades do trabalho coletivo em relação ao modelo individual contribui para o entendimento do sucesso dos assentamentos coletivos e cooperativas de produção.

**Palavras-chave:** Luta pela Terra. Assentamentos Coletivos. Cooperativismo de Produção. MST. COPAVI.



## ABSTRACT

The work has as objectives, the reason why collective rural settlements in Paraná present the best environmental results when compared to individual settlements and, despite not being preferred by beneficiaries of agrarian reform in the state; According to the organizational and management model implemented by the VitóriaDA Agricultural Production Cooperative (COPAVI), in the Maria collective settlement, located in the municipality of Paranacity, northwest of Paraná. For this, this research was developed through the methodological procedures of literature review and case study. For the bibliographic review, theses, books, dossiers, dissertations, and discussions were used that discuss topics relevant to the. The data collection study was based on the collection of interviews and the use of semi-structured production data in the company. COPAVI is organized into three main sectors: agriculture; vegetables; and dairy. Currently, 65 people are settled, 41 of whom are associates. The organizational model aims to seek a political organization and another administration, being the main concern of the associates and therefore, they have to specialize in quality courses, such as Administration; Agroecology; Agronomy; Economy; Pedagogy; Accounting among others in order to ensure the efficiency and quality of work within the company. Thus, to understand how the potential of collective work in relation to the individual contribution model to the understanding of the success of collective settlements and production cooperatives.

**Keywords:** Fight for Ground. Collective Settlements. Production Cooperatives. MST. COPAVI.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1:</b>	Retirada da cana de açúcar e limpeza da área.....	40
<b>Imagem 2:</b>	Cozinhas Humanitárias no Assentamento Santa Maria.....	41
<b>Imagem 3:</b>	Barracos de lona instalados no Assentamento Santa Maria.....	43
<b>Imagem 4:</b>	Primeiro engenho manual utilizado pela cooperativa.....	102
<b>Imagem 5:</b>	Primeiros tachos de fervura do caldo da cana.....	103
<b>Imagem 6:</b>	Produtos da cooperativa sendo comercializados nas feiras do município.....	103
<b>Imagem 7:</b>	Processo de transição da agricultura de cana e feijão utilizando a técnica meiosa.....	106
<b>Imagem 8:</b>	Colaboradores terceirizados preparando o solo para plantio da cana.....	106
<b>Imagem 9:</b>	Processo de colheita da cana.....	107
<b>Imagem 10:</b>	Caminhão trasbordo despejando a cana no engenho.....	108
<b>Imagem 11:</b>	Bagaço da cana sendo utilizado na caldeira e cobertura do solo.....	108
<b>Imagem 12:</b>	Tachos de decantação para retirada das impurezas do caldo.....	109
<b>Imagem 13:</b>	Tachos de evaporação para armazenamento do caldo.....	110
<b>Imagem 14:</b>	Tambores de armazenamento e tachos de apuração do melaço da cana.....	110
<b>Imagem 15:</b>	Batedeiras de agitação e peneiras.....	111
<b>Imagem 16:</b>	Açúcar mascavo embalado para comercialização e área de estocagem.....	111
<b>Imagem 17:</b>	Melado pronto para comercialização.....	112
<b>Imagem 18:</b>	Área de armazenamento do açúcar, melado e embalagens.....	113
<b>Imagem 19:</b>	Tambor inoxidável para preparação do caldo e dornas utilizadas para fermentação do caldo da cana.....	113
<b>Imagem 20:</b>	Cebolão utilizado para destilação do caldo e serpentina utilizada para condensação do vapor.....	114
<b>Imagem 21:</b>	Coluna de destilação para fabricação de álcool.....	115
<b>Imagem 22:</b>	Tonéis de armazenamento para envelhecimento da cachaça.....	115
<b>Imagem 23:</b>	Processo de envasamento da cachaça em frascos de vidro.....	116
<b>Imagem 24:</b>	Venda do leite feita nas casas dos moradores de Paranacity.....	118
<b>Imagem 25:</b>	Antigo estábulo e sala de laticínio.....	118

<b>Imagem 26:</b>	Ordenha e envasamento do leite manual na COPAVI.....	119
<b>Imagem 27:</b>	Laticínio e sala de ordenha mecanizada.....	120
<b>Imagem 28:</b>	Leite e iogurte prontos para serem comercializados.....	121
<b>Imagem 29:</b>	Colheita de cebolas na COPAVI.....	122
<b>Imagem 30:</b>	Agricultura de hortaliças da COPAVI.....	123
<b>Imagem 31:</b>	Agrovila, COPAVI.....	133

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b>	Organograma representando a Organização Política da COPAVI.....	92
<b>Figura 2:</b>	Organograma representando a Organização Administrativa da COPAVI.....	94

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b>	Quantidade média de horas trabalhadas/dia na COPAVI 1994 a 2000	97
<b>Tabela 2:</b>	Quantidade média de horas trabalhadas/mês na COPAVI 2014 e 2020.....	97
<b>Tabela 3:</b>	Atividades realizadas aos finais de semana na COPAVI.....	99
<b>Tabela 4:</b>	Algumas variedades de frutas, verduras e ervas medicinais produzidas na COPAVI.....	123
<b>Tabela 5:</b>	Tabela 5: Caracterização, quantidade e principais produtos comercializados pelas agroindústrias na COPAVI.....	132
<b>Tabela 6:</b>	Balanço patrimonial COPAVI 2019.....	138
<b>Tabela 7:</b>	Receita total da COPAVI, média de trabalhadores, sobras distribuídas e valor/trabalhador.....	139

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1:</b>	Mapa de localização do município de Paranacity – PR.....	26
<b>Mapa 2:</b>	Mapa de localização dos assentamentos coletivos e individuais da região Noroeste do Paraná.....	53

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Assentados associados à COPAVI de acordo com a faixa etária e sexo.....	82
<b>Gráfico 2:</b> Assentados não associados a COPAVI de acordo com a faixa etária e sexo.....	82
<b>Gráfico 3:</b> Índice de comercialização total de vendas da COPAVI em 2019.....	128
<b>Gráfico 4:</b> Evolução da atividade do leite nos anos de 2017, 2018 e 2019.....	129
<b>Gráfico 5:</b> Evolução da atividade da cana nos anos de 2017, 2018 e 2019.....	130
<b>Gráfico 6:</b> Evolução da atividade da horta nos anos de 2017, 2018 e 2019.....	130
<b>Gráfico 7:</b> Evolução da atividade da Padaria nos anos de 2017, 2018 e 2019.....	131
<b>Gráfico 8:</b> Nível de escolaridade dos assentados na COPAVI.....	136
<b>Gráfico 9:</b> Evolução das receitas e despesas totais da COPAVI.....	140

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA –	Associação Brasileira de Reforma Agrária
APAE –	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ASSESOAR –	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
CANGO –	Colônia Agrícola Nacional General Osorio
CCA-PR –	Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná
CEBs –	Comunidades Eclesiais de Base
CMNP –	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CTNP –	Companhia de Terras Norte do Paraná
COCEARGS –	Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul
CONAB –	Companhia de Nacional de Abastecimento
CONCRAB –	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
COOPAN –	Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita
COPAVI –	Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória
COPEP –	Conselho Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos
COPRAN –	Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa
COOPERUNIÃO –	Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste
CPAs –	Cooperativas de Produção Agropecuária
CPSs –	Cooperativas de Prestação de Serviços
CPT –	Comissão Pastoral da Terra
CUT –	Central Única dos Trabalhadores
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA –	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES –	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ITR –	Imposto Territorial Rural
MAB –	Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTEN –	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná
MASTES –	Movimentos dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná
MASTRO –	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
MST –	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST –	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto



OAB –	Ordem dos Advogados do Brasil
OCB –	Organização das Cooperativas do Brasil
PAA –	Programa Aquisição de Alimentos
PCB –	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB –	Partido Comunista do Brasil
PDT –	Partido Democrático Trabalhista
PNAE –	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA –	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA –	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONERA –	Programa Nacional de educação na Reforma Agrária
PR –	Paraná
PSB –	Partido Socialista Brasileiro
PSDB –	Partido Socialista do Brasil
PT –	Partido dos Trabalhadores
SCA –	Sistema Cooperativista dos Assentados
SIM –	Serviço de Inspeção Municipal
STR –	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
TCLE –	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UDR –	União Democrática Ruralista
UEL –	Universidade Estadual de Londrina
UEM –	Universidade Estadual de Maringá
UNE –	União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO 1 – MATERIAIS E MÉTODOS</b> .....	<b>22</b>
1.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	22
1.2 LOCAL DE ESTUDO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA .....	23
<b>1.2.1 Caracterização da mesorregião Noroeste do Paraná</b> .....	<b>23</b>
<b>1.2.2 Caracterização do município de Paranacity</b> .....	<b>25</b>
1.3 POPULAÇÃO EM ESTUDO, FONTES E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	28
1.4 PROCEDIMENTOS E COLETA DE DADOS .....	28
<b>1.4.1 Aplicação de teste piloto</b> .....	<b>29</b>
<b>1.4.2 Entrevistas</b> .....	<b>29</b>
1.5 PROCESSAMENTO E ANÁLISE DE DADOS .....	30
1.6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	30
<b>CAPÍTULO 2 – CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E NOROESTE DO PARANÁ</b> .....	<b>31</b>
2.1 HISTÓRICO DA LUTA PELA TERRA E NA TERRA .....	32
<b>2.1.1 A Luta Pela Terra nos Acampamentos</b> .....	<b>35</b>
<b>2.1.2 A luta pela terra e a luta na terra em Paranacity</b> .....	<b>37</b>
2.2 ORIGEM E CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS.....	45
2.3 ASSENTAMENTO COLETIVO OU INDIVIDUAL?.....	48
<b>CAPÍTULO 3 – ASSENTAMENTOS COLETIVOS BASEADOS NO MODELO DE COOPERAÇÃO DO MST: ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DESAFIOS</b> .....	<b>55</b>
3.1 ASSENTAMENTOS COLETIVOS: UMA HISTÓRIA DE LUTA .....	56
3.2 TRABALHAR JUNTO: AS DIFICULDADES E AS FACILIDADES .....	62
3.3 REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ: A RESISTÊNCIA AO COLETIVO .....	65
<b>CAPÍTULO 4 – AS DIFERENTES FACES DO COOPERATIVISMO DE PRODUÇÃO</b> .....	<b>70</b>
4.1 COOPERATIVISMO DE PRODUÇÃO: CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS ...	71
4.2 COOPERATIVISMO NO BRASIL: UMA QUESTÃO CULTURAL .....	74
4.3 A RESISTÊNCIA AO “NOSSO” E O APEGO AO “MEU” .....	77

<b>CAPÍTULO 5 – AS RELAÇÕES INTERNAS NA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA – COPAVI.....</b>	<b>80</b>
5.1 ASSENTAMENTO COPAVI: DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO .....	81
<b>5.1.1 O caso das pessoas não associadas .....</b>	<b>84</b>
<b>5.1.2 A Inserção das Mulheres e Jovens nos assentamentos rurais do MST .....</b>	<b>85</b>
5.1.2.1 A Inserção das Mulheres nas relações de Trabalho na COPAVI.....	87
5.1.2.2 A Inserção dos Jovens nas relações de Trabalho na COPAVI.....	89
<b>5.1.3 A Organização Política e Administrativa da COPAVI.....</b>	<b>91</b>
<b>5.1.4 As relações de produção e de trabalho .....</b>	<b>95</b>
<b>5.1.5 Relações de trabalho e produção: setor da cana.....</b>	<b>101</b>
<b>5.1.6 Relações de trabalho e produção: setor da cachaça .....</b>	<b>113</b>
<b>5.1.7 Relações de trabalho e produção: setor do leite .....</b>	<b>117</b>
<b>5.1.8 As relações de trabalho e produção: setor de autossustento e pecuária.....</b>	<b>121</b>
5.1.8.1 Atividade de Hortaliças .....	121
5.1.8.2 As Relações de Produção e de Trabalho – Setor de Apoio .....	124
<b>5.1.9 As relações com o mercado e a capitalização da cooperativa.....</b>	<b>125</b>
5.1.9.1 Venda direta ao consumidor .....	125
5.1.9.2 Venda para o comércio institucional .....	127
5.1.9.3 Venda para o comércio varejista e atacadista.....	127
<b>5.1.10 Índice de satisfação dos assentados.....</b>	<b>134</b>
<b>5.1.11 Viabilidade socioeconômica e suas bases de sustentação .....</b>	<b>137</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>141</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>144</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA .....</b>	<b>150</b>
<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)</b> <b>.....</b>	<b>154</b>
<b>ANEXO A – APROVAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA PELA</b> <b>COPAVI .....</b>	<b>156</b>
<b>ANEXO B – APROVAÇÃO DO COMITÊ PERMANENTE DE ÉTICA EM PESQUISA</b> <b>ENVOLVENDO SERES HUMANOS (CEP) .....</b>	<b>157</b>

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como objetivo avaliar o modelo de organização e administração implementado pela Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória – COPAVI, a qual resultou no sucesso do Assentamento Santa Maria, localizado no Município de Paranacity, mesorregião Noroeste do estado do Paraná. Buscou-se, desse modo, destacar as dificuldades e as vantagens do “trabalhar junto” a partir da experiência dos trabalhadores rurais, bem como analisar por que os assentamentos rurais coletivos no Paraná ainda não são o principal modelo adotado pelos camponeses, mesmo apresentando os melhores resultados em termos econômicos, sociais e temporais.

A história dos assentamentos coletivos no estado do Paraná tem seus primórdios dentro de um contexto marcado por conflitos e pelo monopólio de terra, resultante da distribuição desigual das áreas, na qual houve favorecimento dos grandes latifundiários nacionais e empresários estrangeiros detentores de capital e de influência sob o Estado (BATISTA; SOUZA, 2015). É nesse contexto que surgem as políticas de Reforma Agrária, com o objetivo de modificar esse cenário de desigualdade. No entanto, o fracasso na sua implementação fez emergir diversos movimentos de luta pela terra, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), através da apropriação de áreas improdutivas e criação de assentamentos de uso individual ou coletivo. Os assentamentos rurais baseados no modelo de uso individual realizam a distribuição de terras na proporção de um lote por família assentada e a exploração e comercialização individualizada entre eles. Enquanto os assentamentos coletivos têm como base o modelo cooperativista, pautado no uso e na exploração coletiva da terra (BATISTA; SOUZA, 2015).

No Estado do Paraná, em especial, os conflitos gerados a partir da luta pela Reforma Agrária resultaram da colonização, das tentativas de expulsão das comunidades tradicionais e dos posseiros de suas terras, do estelionato para com os lavradores provindos das lavouras de café e das regiões coloniais sulistas, da grilagem e das concessões de terras públicas. Esses fatores caracterizaram um processo heterogêneo de distribuição de terras em relação aos demais estados brasileiros, sendo os principais responsáveis por deslocar grande parte dos trabalhadores rurais de seu mundo social (MARQUES, 2008).

Na região Noroeste do estado, a excessiva concentração da posse das terras e as questões relacionadas à legitimidade jurídica do acesso às propriedades pelos latifundiários fizeram com que esta se tornasse um dos principais alvos de ocupações, especialmente, por parte de militantes do MST. Consequentemente, passou a abrigar o maior volume de assentamentos de

todo o Estado do Paraná. Dentre eles, destaca-se o Assentamento Santa Maria, localizado no Município de Paranacity, caracterizado como um dos poucos assentamentos da região que adotaram o modelo de trabalho coletivo (SERRA; VIANA, 1997).

Em 1993, com a finalidade de administrá-lo, foi criada a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória – COPAVI. A COPAVI é a realização de um sonho que surgiu na mente de cada trabalhador rural antes mesmo de conhecerem a área. As conquistas realizadas por meio de lutas de caráter social, político e econômico, representam a libertação de uma classe trabalhadora esquecida pelo Estado, que foi fortemente marcada por conflitos e pela submissão a condições desumanas de sobrevivência (SERRA; VIANA, 1997).

Com base nos pilares do trabalho coletivo implementados pelo MST, o Assentamento Santa Maria apresenta um dos melhores resultados em termos econômicos e sociais, quando comparado aos demais assentamentos individuais da mesma região geográfica. Este modelo de administração através de cooperativas ainda tem pouca aderência entre os movimentos de trabalhadores que lutam pela Reforma Agrária. Por isso, é uma questão que tem sido amplamente discutida por pesquisadores da área nos últimos anos, com o objetivo de identificar os principais aspectos do modelo autogestionário que contribuem para o sucesso dos assentamentos e compreender os fatores que sustentam a resistência de muitos trabalhadores quanto à sua adesão.

Dessa forma, a COPAVI, objeto de estudo desta pesquisa, foi escolhida pela autora pois, além da admiração pela Reforma Agrária e afinidade com o tema desde o período da graduação, apresenta um vínculo familiar com a área de estudo que possibilitou frequentar o local por diversas vezes. Essa familiaridade oportunizou uma relação mais próxima com a pesquisa e facilitou o estudo de campo. Assim, no momento de apresentar a temática de estudo para os entrevistados, foi fácil dialogar sobre os temas pertinentes para pesquisa bem como a facilidade em reagendar horários, quando necessário. Outro ponto relevante foi a permissão da empresa para conhecer setores de trabalho com acompanhamento dos familiares, intermediada pelo sogro da autora, Ildo Roque Calza, que está no assentamento desde sua fundação e atualmente é cooperado.

Para alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa foi dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo faz um resgate histórico da luta pela terra no Brasil, vinculada ao processo de ocupação da região Noroeste do Paraná, caracterizada pela modificação e modernização da agricultura, apresentando o contexto social no qual foi fundado o MST. O segundo capítulo abarca os assentamentos coletivos de produção, destacando como funciona o sistema cooperativista, suas diferentes estratégias de inserção no mercado, bem como as vantagens e as

dificuldades na implementação do cooperativismo dentro dos assentamentos. O terceiro capítulo é dedicado ao cooperativismo de produção, voltado para o surgimento e a implementação das cooperativas no interior do MST. Assim, procurou-se destacar as conquistas e os aspectos positivos do modelo coletivo de produção, salientando a viabilidade econômica e social no modo de organização desses assentamentos. Por fim, o quarto capítulo volta-se especificamente à COPAVI, com uma abordagem mais detalhada da administração e organização do assentamento e do modo de vida e dinâmica dos assentados.

A presente pesquisa foi desenvolvida por meio dos métodos de revisão bibliográfica e estudo de caso. Para a realização da revisão bibliográfica, foram utilizados como base artigos, livros, dossiês, dissertações e teses que discutem temas pertinentes à pesquisa. O estudo de caso, por sua vez, deu-se a partir da coleta de dados e utilização de entrevistas e questionários semiestruturados na cooperativa. Optou-se por manter o anonimato dos entrevistados, sendo estes identificados ao longo do texto pelas siglas “CXn”, onde “C” significa convidado; “X” representa a pessoa entrevistada e “n” corresponde à ordem numérica de apresentação das falas.

Para o desenvolvimento da pesquisa de campo, de início, o projeto de pesquisa foi entregue aos associados da COPAVI, para a sua aprovação, que foi confirmada pelo presidente do local em março de 2021. Com o parecer dos cooperados, o projeto foi submetido ao Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), com parecer favorável número 44015321.6.0000.0104.

Além da análise das condições e da dinâmica de funcionamento da COPAVI, ao longo do texto, buscou-se valorizar os aspectos históricos do assentamento e dos assentados, a qualidade de vida de seus membros e a inserção das mulheres e dos jovens nas relações de trabalho. O processo de resistência na incorporação de valores do pensamento coletivo adotados na cooperativa de produção também foi destacado.

Espera-se que os resultados obtidos neste estudo possibilitem a compreensão das potencialidades e fragilidades e a administração realizada pela cooperativa e do percurso histórico dos assentados, levando-se em consideração a origem das famílias assentadas e a trajetória da luta pela terra e a luta na terra no Assentamento Santa Maria. A partir dessa experiência, almeja-se evidenciar os principais aspectos que contribuem para o sucesso das cooperativas fundadas em assentamentos que têm como base o modelo de trabalho coletivo implementado pelo MST, a fim de discutir suas vantagens em relação ao modelo individual e se a adoção desse formato de trabalho pode ser considerada mais vantajosa para o sucesso dos assentamentos e cooperativas de produção.

## CAPÍTULO 1

### MATERIAIS E MÉTODOS

#### 1.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O propósito da presente pesquisa foi analisar a dinâmica de funcionamento dos assentamentos coletivos de produção para identificar suas fragilidades e potencialidades. Para isso, utilizou-se como base o método de estudo de caso, a partir de levantamento bibliográfico, coleta de dados e utilização de entrevistas e questionários semiestruturados em uma cooperativa de produção.

A realização deste trabalho contou com uma abordagem qualitativa, com base na coleta de dados e observação da área de estudo, utilizando-se de entrevistas de campo no assentamento Santa Maria, localizado no Município de Paranacity, no Paraná.

Em um estudo que abrange conflitos rurais e conquistas da Reforma Agrária, a abordagem considerada mais adequada é a qualitativa, sustentada por dados quantitativos. Este método permite a discussão de ideias para comprovação ou contestação no contexto das relações capitalistas de produção e de trabalho, e das propostas alternativas, como é o caso da cooperativa de produção nos moldes da COPAVI, objeto desta pesquisa.

Dessa forma, em um primeiro momento, o trabalho desenvolveu-se a partir de revisão bibliográfica, com leitura de publicações relacionadas à Reforma Agrária, à colonização regional, ao cooperativismo de produção e a outros temas associados. Os trabalhos utilizados foram obtidos nas bases de dados Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Periódicos Capes.

Na sequência, foram realizados o levantamento e a análise dos dados obtidos na pesquisa de campo. O levantamento de dados ocorreu por meio da realização de entrevistas, com o apoio de questionários construídos de perguntas referentes a fatores econômicos, sociais, políticos e educacionais, os quais foram preenchidos pela própria pesquisadora conforme as informações apresentadas pelos entrevistados. Os participantes das entrevistas foram os dirigentes da COPAVI, seus fundadores e os assentados mais antigos do projeto de ambos os sexos, englobando cada uma das famílias assentadas.

Por se tratar de uma pesquisa de caráter qualitativo, foram traçados os seguintes passos: i) delineamento da pesquisa; ii) área de estudo; iii) participantes; iv) fontes de dados; v)

instrumentos de coleta, procedimentos, processamento e análise dos dados; e vi) procedimentos éticos.

## 1.2 LOCAL DE ESTUDO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

Esta pesquisa foi realizada no assentamento Santa Maria, localizada no Município de Paranacity, região Noroeste do Paraná, onde foi fundada a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória – COPAVI. O assentamento administrado pela COPAVI, possui uma área de 250 mil hectares, composta atualmente por 25 famílias assentadas que se organizam nas atividades rotineiras da cooperativa, caracterizadas, principalmente, pelo setor de agropecuária, tais como a produção de leite e seus derivados, além da industrialização da cana-de-açúcar e dos setores de hortaliças e padaria. Todos os assentados seguem as normas contidas no regimento interno da cooperativa e compartilham o espírito de boas práticas e coletividade.

### 1.2.1 Caracterização da mesorregião Noroeste do Paraná

A mesorregião Noroeste está localizada no Terceiro Planalto Paranaense. Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), ela possui uma área de 24.489 km<sup>2</sup>, com 61 municípios e faz divisa com os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Devido à formação de arenito Caiuá, possui uma paisagem bem homogênea, com um relevo ondulado e uma altitude de, em média, 300 m acima do nível do mar (IPARDES, 2004).

Situada em uma área de floresta tropical, com um bioma bem definido e um clima subtropical úmido, caracteriza-se por meses mais quentes, com temperaturas superiores a 22°C, e meses mais frios, com temperaturas inferiores a 18 °C, e chuvas entre 1.600 e 1.900 mm. Trata-se de uma região cujo solo possui algumas restrições para uso agrícola devido à erosão e à baixa fertilidade. Em relação à hidrografia, apresenta quatro bacias, todas com curso parcial, com um grau de degradação ambiental muito grande em decorrência do desmatamento e das formas inadequadas de uso do solo (IPARDES, 2004).

A ocupação da mesorregião Noroeste está inserida dentro do contexto histórico do processo de ocupação e formação do Estado do Paraná que, segundo autores como Fabrini,



Ross e Marques (2007)<sup>1</sup>, França (2011)<sup>2</sup>, Fabrini et al. (2012)<sup>3</sup> e Batista e Souza (2015)<sup>4</sup>, foi marcado por três frentes: o Paraná Tradicional, a região Norte e a região Sudoeste.

A primeira frente de ocupação é caracterizada pelo Paraná Tradicional, ocupada no século XVII, compreendendo as regiões de Campo Gerais e Curitiba. “Atraídos pela existência de ouro de aluvião na baía de Paranaguá, nos rios que cortam a Serra do Mar e no Planalto de Curitiba, mineradores paulistas penetram o território paranaense no século XVII, inaugurando desta forma a primeira frente de ocupação registrada pela história do Paraná” (SERRA, 1992, p. 61).

A segunda frente de ocupação é a região Norte do Paraná, é caracterizada principalmente pela implementação das lavouras de café como carro-chefe da agricultura de mercado. A ocupação mais efetiva dessa região ocorreu com a vinda de paulistas e mineiros à procura de terras para implementação de lavouras de café. “correntes migratórias partem das zonas cafeiras de São Paulo e Minas Gerais, particularmente daquelas onde estavam localizadas as lavouras mais antigas e em fase decadente de produção” (SERRA, 1992, p. 69).

Segundo França (2011), a colonização da região Norte do Paraná é dividida em três partes: o Norte Velho, no qual a ocupação ocorreu entre os séculos XIX e XX e está limitado desde o rio Itararé até o rio Tibagi; Norte Novo, colonizado nos anos de 1930 e 1947, correspondendo à mesorregião do Norte Central Paranaense, e que foi colonizado a partir de concessões feitas pelo Estado de terras devolutas a empresas colonizadoras; e o Norte novíssimo, que foi colonizado entre 1950-1960, a colonização nessa área se destaca pela Companhia de Melhoramento Norte do Paraná (FRANÇA, 2011 p. 169).

A terceira frente é a região Sudoeste, marcada pela povoação inicialmente de agricultores catarinenses e gaúchos. No Estado do Rio Grande do Sul, por volta dos anos de 1940, havia uma grande proliferação de minifúndios que motivava a expulsão desses agricultores do campo, enquanto no Sudoeste do Paraná havia uma alta quantidade de terras sem donos e com preços inferiores aos do Rio Grande do Sul, tornando-se, assim, um grande fator de atração para essa região (SERRA, 1972, p. 73).

---

<sup>1</sup> FABRINI, J. E.; ROOS, D.; MARQUES, E. B. A espacialização da luta pela terra no Paraná. **Espaço Plural**, v. 8, n. 16, p. 33-41, 2007.

<sup>2</sup> FRANÇA, J. P. A ocupação do Noroeste do Paraná e a cidade de Umuarama: uma retrospectiva do processo de ocupação. **Akrópolis**, Umuarama, v. 19, n. 3, p. 164-174, 2011.

<sup>3</sup> FABRINI, J. E. et al. Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 15, n. 21, p. 33-49, 2012.

<sup>4</sup> BATISTA, M. R.; SOUZA, I. F. Colonização e Reforma Agrária: vivência e prática no assentamento rural COPAVI. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA UNICESUMAR. 9., 2015, Maringá. **Anais** [...] Maringá: Unicesumar, 2015.

O incentivo do Governo Federal denominado “Marcha para Oeste” tinha como objetivo minimizar as regiões superlotadas e deslocar as pessoas para as regiões interioranas do Brasil, onde se enquadrava a região Noroeste do Estado do Paraná. Na época, a área estava ocupada por caboclos que logo perceberam a chegada dos colonos interessados em terras. Assim, não demorou muito para que as desavenças culturais entre colonos e caboclos se manifestassem.

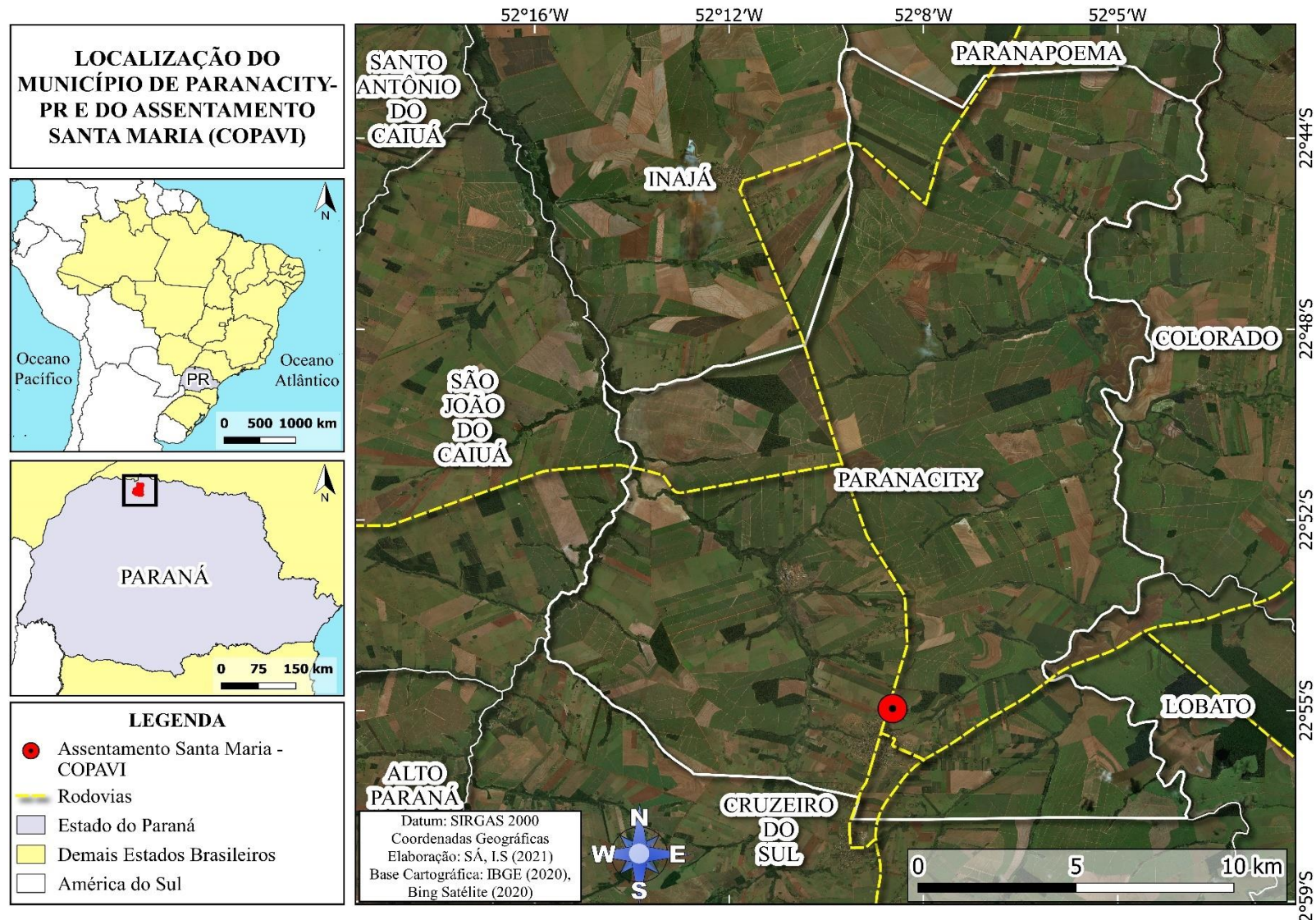
### **1.2.2 Caracterização do município de Paranacity**

De acordo com o último censo demográfico do IBGE, o município de Paranacity tem uma população de 11.685 habitantes e densidade demográfica de 29,40 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2021).

Está situado a 444 metros de altitude, possui coordenadas geográficas de Latitude: 22°56'7" Sul, e Longitude: 52°8' 24" Oeste, localizando-se próxima aos Municípios de Cruzeiro do Sul, Lobato, Colorado e Nova Esperança. Esta última caracteriza-se como a maior cidade do entorno, da qual Paranacity se encontra a 32 km de distância.

Paranacity (Mapa 1) está inserido na mesorregião Noroeste paranaense. Em 26 de novembro de 1955 foi fundado oficialmente como município.

As características físicas deste município são marcadas por vegetação provinda da floresta tropical, com relevos em colinas amplas com poucas ondulações e solos arenosos com baixa fertilidade. Há predominância da atividade agropecuária, na qual é possível encontrar a atividade de lavoura temporária, pecuária e criação de animais (EMBRAPA, 2009).



**Mapa 1:** Mapa de localização do município de Paranacity – PR.

**Fonte:** IBGE (2020), (Áreas Administrativas). Bing Maps (Imagem de Satélite). Ministério da Infraestrutura (Rodovias).

Segundo Oyama e Serra (2015), Paranacity está inserido na área de Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), que posteriormente passou a pertencer à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) e, somente então, veio a pertencer à Imobiliária Progresso Ltda., quando ocorreram as vendas dos lotes de pequenas e médias propriedades para os colonizadores.

Este município é área da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), posteriormente designada de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Porém, ela foi colonizada pela Imobiliária Progresso Ltda, que foi responsável pela colonização e vendas de lotes urbanos e rurais aos compradores de diversas regiões do país. O modelo de ocupação foi o mesmo da CMNP, ou seja, os lotes rurais foram divididos em pequenas e médias propriedades, pois o café se adaptou a esse modelo. Foi uma estratégia de interesse em ocupar rápido a área, daí a pequena e média propriedade. (OYAMA; SERRA, 2015, p. 2).

Grande parte dos agricultores que se deslocaram para a região Noroeste e se instalaram em municípios como Paranacity vieram com intuito de se tornar pequenos e médios agricultores a partir da implementação das lavouras de café. No entanto, ocorreu a superprodução de café, levando ao declínio no preço das sacas desse produto. Alguns fatores que levaram ao declínio da produção do café foram excessos na produção e geadas sucessivas, resultando na extinção da cultura cafeeira, além das “políticas desestimulantes ao café; a legislação dos trabalhadores rurais em 1963; o esgotamento do solo; a concorrência internacional e a modernização da agricultura” (OYAMA; SERRA, 2015, p. 2).

Devido a esses fatores, ocorreu uma crise no mercado das relações da produção de café. As propriedades de base familiar não se encaixavam mais no novo modelo de modernização da agricultura instalada no campo. Assim, esses pequenos agricultores expulsos do campo e de suas pequenas propriedades se viram obrigados a vender o que tinham conquistado para os grandes produtores rurais e fazendeiros. Nesse momento, onde se tinha pequenas e médias propriedades, agora se instalaram grandes propriedades com novos modelos de produção e manejo das lavouras, baseados no uso de maquinários e introdução de adubos químicos. Isso levou à substituição de lavouras de café por outras lavouras, como as de milho, de soja e de trigo (PRIORI, 2012, p. 124-126).

Portanto, o processo de modernização da agricultura ocorrido no campo no Noroeste do Paraná, no qual está inserido o Município de Paranacity, reflete outros problemas sociais que persistem até os dias atuais, como o desemprego no campo e a superlotação nas cidades, além do surgimento de novos grupos de representação social, como é o caso do MST.

### 1.3 POPULAÇÃO EM ESTUDO, FONTES E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A população de estudo é composta por trabalhadores rurais assentados no assentamento Santa Maria, administrado pela COPAVI, que fazem parte das atividades rotineiras da cooperativa. A amostra de participantes foi selecionada de acordo com critérios de inclusão e exclusão pré-estabelecidos. Foram considerados como critérios de inclusão para participação da pesquisa: i) ter mais de 18 anos; ii) ser morador do assentamento; e iii) participar das atividades inerentes à COPAVI. Como critério de exclusão, considerou-se: Pessoas aposentadas.

Inicialmente, solicitou-se ao setor de administração da cooperativa a lista de assentados. Após a identificação dos membros, foram realizadas entrevistas agendadas previamente, com local e horário marcados pelo administrador da empresa.

O questionário, elaborado e validado anteriormente, foi composto por cinco blocos (APÊNDICE A): i) características sociodemográficas, com as variáveis idade, cor, estado civil, religião, sexo e escolaridade; ii) características habitacionais e socioeconômicas, como tempo de filiação à cooperativa, condição de moradia e renda familiar; iii) questões norteadoras com dados atuais e anteriores à vida na cooperativa, ou seja, vida anterior à COPAVI, desafios do modelo coletivo de produção, recepção dos moradores locais, seleção dos trabalhadores rurais, vantagens e desvantagens do modelo coletivo de produção e rotina dos assentados; iv) questões direcionadas à diretoria do assentamento, tais como definição dos lotes das casas (agrovila), inserção e permanência dos jovens assentados, inserção e exclusão dos assentados, condições de segurança de trabalho e repartição dos lucros financeiros; e v) questões norteadoras direcionadas às mulheres da cooperativa, como valorização e representação da mulher, oportunidades e projetos desenvolvidos para elas na cooperativa e introdução da mulher na diretoria da COPAVI.

### 1.4 PROCEDIMENTOS E COLETA DE DADOS

A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas: preparação e aplicação do “teste piloto” (fase 1) e coleta de dados (fase 2).

### 1.4.1 Aplicação de teste piloto

A aplicação do teste piloto ocorreu em outubro de 2020, contemplando todas as etapas do percurso metodológico, a seleção dos trabalhadores rurais, as entrevistas presenciais na COPAVI e a aplicação dos instrumentos de coleta dados para a pesquisa. A realização desse teste resultou em um *feedback* satisfatório sobre a clareza da redação, além da objetividade das questões e do tempo estimado das entrevistas, possibilitando adequações dos instrumentos.

### 1.4.2 Entrevistas

Em um primeiro momento, realizou-se uma reunião entre associados da COPAVI para discussão da proposta de pesquisa. Após a aprovação dos associados, foram agendadas entrevistas, primeiramente, com os assentados que tinham mais tempo na cooperativa, a fim de compreender toda a trajetória de luta pela terra.

As entrevistas ocorreram de forma individual (pesquisadora e assentado), no dia e horário agendados. Em seguida, foi apresentada a estrutura prévia do questionário e fornecido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (APÊNDICE B), instruindo-os sobre os objetivos da entrevista e salientando que quaisquer dúvidas poderiam ser esclarecidas durante todo o processo e que poderiam optar por não responderem as perguntas, se assim preferissem.

Após aceitarem participar, foram direcionadas questões fechadas de caráter sociodemográfico e econômico, seguidas das perguntas abertas norteadoras, de caráter social, histórico e político, do percurso anterior e atual à vida do assentado na cooperativa. À medida que as perguntas eram direcionadas ao entrevistado, o questionário foi sendo preenchido. As entrevistas duraram em média 30 a 40 minutos e foram realizadas entre segunda e sexta-feira, tanto no período da manhã, das 07:00 às 12:00 horas, quanto no período da tarde, das 13:00 às 17:00 horas.

Algumas dificuldades foram encontradas devido o levantamento das informações terem ocorrido entre novembro de 2020 e janeiro de 2021, como a pandemia de COVID-19, alguns recessos decorrentes de datas comemorativas do fim do ano.

Foram realizadas, em média, duas entrevistas por dia, agendadas com a cooperativa, o que fez retornar à área de estudo diversas vezes para atingir o número mínimo de entrevistados. Além disso, o tempo de agendamentos com a cooperativa, em média, mais de uma semana, o que demandou um período maior para a coleta de dados.

Outro fator que corroborou para dificuldades da coleta de dados, foi a preocupação com o trabalho, ou seja, as tarefas a serem exercidas na cooperativa, influenciando na concentração do participante e no andamento dessa etapa. Além disso, as diversas interrupções dos entrevistados para atender as ligações relacionadas ao trabalho fizeram com que a entrevista durasse mais do que o esperado.

## 1.5 PROCESSAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

Os dados de caracterização sociodemográficas, características habitacionais e socioeconômicas, foram categorizados e tabulados no *software* Excel® e, então, apresentados em formas de tabelas e gráficos.

Os depoimentos com base nas questões norteadoras de vida na cooperativa foram direcionados aos assentados de acordo com o perfil do sujeito, ou seja, questões voltadas aos assentados de um modo geral, às mulheres da cooperativa e à diretoria do assentamento. Essas informações foram transcritas literalmente em documento de texto do *Microsoft Word 365*®, somadas, ainda, às anotações do diário de campo.

## 1.6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

O projeto de pesquisa foi entregue aos associados da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória LTDA – COPAVI, para a sua aprovação, que foi confirmada pelo presidente em 24 de março de 2021 (ANEXO A). Posteriormente, o projeto foi submetido ao Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), com parecer favorável número 44015321.6.0000.0104 (ANEXO B).

Na data da entrevista com os assentados foi solicitada a assinatura do TCLE, em duas vias: uma permaneceu com a pesquisadora, a outra foi entregue ao participante, enfatizando-se o sigilo e anonimato do entrevistado

## CAPÍTULO 2

### CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A LUTA PELA TERRA NO BRASIL E NOROESTE DO PARANÁ

*“A terra é um bem comum que pertence a cada um.  
Com o seu poder além, Deus fez a grande Natura,  
mas não passou escritura da terra para ninguém.  
Se a terra foi Deus quem fez, se é obra da criação,  
deve cada camponês ter uma faixa de chão.  
Quando um agregado solta o seu grito de revolta,  
tem razão de reclamar.  
Não há maior padecer do que um camponês viver  
sem terra pra trabalhar.  
O grande latifundiário, egoísta e usurário, da terra  
toda se apossa causando crises fatais,  
porém nas leis naturais  
sabemos que a terra é nossa”.*

Patativa do Assaré



Este capítulo foi subdividido em duas partes. Buscou-se, num primeiro momento, trazer reflexões históricas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) referentes a assuntos pertinentes à sua gênese. “Pelo fato de o MST ainda existir, a sua história está sendo construída e, portanto, analisá-lo significa olhar o seu devir, ou melhor, ter a sensibilidade para saber que os seus discursos e práticas não são estáticos e que a sua história está em construção” (COELHO, 2010, p. 83). Na segunda parte, após uma breve análise histórica deste movimento, que se tornou objeto de estudo de diversos autores traduzidos em livros, dissertações e teses, objetivou-se evidenciar a relação da história do MST com o histórico das famílias assentadas no Assentamento Santa Maria, para identificar os fatores que marcaram o percurso da luta pela terra e na terra.

## 2.1 HISTÓRICO DA LUTA PELA TERRA E NA TERRA

A origem desse movimento está ligada a processos importantes marcados pelas décadas passadas, como a modernização capitalista, que influenciou de maneira eficaz a substituição de mão de obra no campo por maquinários agrícolas; à organização efetiva das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) aliadas ao Partido dos Trabalhadores (PT) nos anos 1970; e às experiências acumuladas durante o período das Ligas Camponesas. Esses eventos influenciaram os trabalhadores rurais na luta pela ocupação de terras improdutivas, compostas por famílias inteiras, de forma organizada (ALMEIDA; SANCHES, 2004).

Foi, portanto, por meio dessas instituições e outras simpatizantes da causa, que o movimento manteve o alicerce da sua relação político-cultural, permitindo a criação de um novo modelo de organização social que se apunha à formação de políticas públicas que apoiavam a expropriação e exploração do desenvolvimento do capitalismo agropecuário, implementas nesse período. O surgimento desse Movimento se deu por volta da década de 1970, mais especificamente na região Centro-Sul e, gradativamente, foi tomando espaço em outras regiões do país, conforme apresentado por Caldart: “O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná” (CALDART, 2001, p. 207).

Em julho de 1982, na cidade de Medianeira, localizada no Estado do Paraná, ocorreu o Encontro Regional de lideranças de vários estados do país, como São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esse encontro teve como objetivo discutir assuntos pertinentes para organização do MST em nível nacional. Todos os trabalhadores rurais presentes se

contrapunham ao modelo econômico imposto naquela época, pois atendia somente aos interesses dos grandes empresários e latifundiários. A partir desse e de outros encontros de lideranças promovidos pelo MST, foi organizado oficialmente o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná, que reuniu trabalhadores rurais provenientes de vários estados do país e também associações apoiadoras da causa, como a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

É nesse contexto que está inserida a história de luta das famílias do MST, que se organizaram mais efetivamente em nível nacional no Estado do Rio Grande do Sul. De acordo com Carter (2010), foi nesse estado que foi fundado o primeiro assentamento coletivo, em 1984, e a primeira cooperativa, em 1996. Algumas dessas famílias que faziam parte do movimento eram oriundas de periferias e buscavam aprender a trabalhar no campo. Assim, depois da fundação do MST, iniciaram-se os processos de organização do movimento, que ocorreu por meio de congressos nacionais e encontros regionais por todo o país. Em 1985, foi realizado o Primeiro Congresso Nacional do MST. Após esse encontro, não demorou muito para que as ocupações de trabalhadores rurais começassem. Segundo Morissawa (2001, p. 141), “só em Santa Catarina, 5 mil famílias de mais de 40 municípios ocuparam 18 fazendas”. Assim, em 1990, o movimento já estava organizado e consolidado.

A organização desse movimento é baseada em ocupações em massa de áreas improdutivas: de um lado, milhares de pessoas carentes necessitando da terra como bem indispensável para sua sobrevivência; de outro, grandes porções de terras nas mãos de poucos, com alto poder aquisitivo. As ocupações foram gerando diversos conflitos entre latifundiários e trabalhadores rurais por disputas pela posse de terras, resultando na morte de trabalhadores e apoiadores do movimento. A cooperação entre os integrantes do movimento os manteve motivados a resistirem em terras ocupadas e a buscarem outras novas áreas para reforçar ainda mais a luta pela terra (PRÓPRIA AUTORA, 2022).

Em meio aos conflitos, a União Democrática Ruralista (UDR) posicionou-se a favor dos interesses dos latifundiários. Essa união não concordava com a proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que, de acordo com Morissawa (2001, p. 107), objetivava “dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e viabilizar a reforma agrária no período do Mandato de Sarney, assentando 1,4 milhão de famílias”. Nesse sentido, o PNRA utilizava a base dados de imóveis cadastrados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), visando à desapropriação de áreas de latifúndio para as famílias de agricultores rurais.

A União Democrática Ruralista (UDR) é uma associação civil que tem por finalidade realizar a defesa da propriedade privada e expressar a radicalização patronal rural contra a política agrária promovida pelo governo federal a partir do início do mandato do presidente José Sarney (1985-1990). A UDR foi criada em maio de 1985 pelos grandes proprietários de terras, após a publicação da proposta de reforma agrária do governo que era direcionada ao compromisso social da Nação para com os excluídos da modernização. Nesse sentido, essa proposta defendia sua realização conforme os marcos do Estatuto da Terra e elegia a desapropriação como instrumento principal do processo reformista. Os grandes proprietários de terra, organizados contra a proposta e medidas institucionais, sentiam-se ameaçados, vendo-a como a reedição do movimento a favor das reformas de base do final dos anos 50 e início dos 60 (FGV, 2009).

Pequenos proprietários acabaram perdendo suas terras e o número de pessoas assentadas reduziu significativamente. Essas dificuldades, no entanto, não limitaram a força do movimento, que logo promoveu o segundo Congresso Nacional com o lema “Ocupar, Resistir, Produzir”, a fim de pôr em prática estratégias e fortalecer os participantes da luta. Esse evento foi realizado em Brasília, de 8 a 10 de maio de 1990, e contou com a participação de 19 estados brasileiros. Algumas das principais estratégias discutidas foram a promoção do reconhecimento da luta do MST em nível nacional e internacional; formas de pressionar o governo ao combate da violência no campo e efetivação da Reforma Agrária; meios de evidenciar a toda a sociedade a importância da Reforma Agrária; elaboração de reivindicações para assistência médica e acesso à educação para as famílias que já estavam assentadas; e a atuação para promover o fim de ordens de despejo e ação policial nas áreas de ocupação (MORISSAWA, 2001).

A partir desse Congresso, o movimento obteve apoio de um número diversificado de associações apoiadoras, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA); a União Nacional dos Estudantes (UNE); o Partido dos Trabalhadores (PT); o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); o Partido Democrático Trabalhista (PDT); o Partido Comunista do Brasil (PCdoB); o Partido Comunista Brasileiro (PCB); o Partido Socialista Brasileiro (PSB); além da participação de delegados pertencentes a organizações camponesas de outros países como África, Peru, Equador, Uruguai, Cuba, Chile e Paraguai (MORISSAWA, 2001).

Com o apoio dessas associações, bem como a organização de congressos, encontros nacionais e ocupações em massa, o MST prosseguiu se fortalecendo e se firmando na luta pela Reforma Agrária no país. Nesse contexto, diversas ocupações ocorreram por todo o território

brasileiro, entre trocas de governos ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990. Entre conflitos rurais, famílias foram assentadas em diferentes estados do país. No Estado do Paraná, por exemplo, até a década de 1990, foram construídos cerca de 60 assentamentos em 9.700 hectares de fazendas com emissão de posse, porém, todos sob extrema violência (MORISSAWA, 2001).

Morissawa destaca brevemente a violência vivenciada pelos trabalhadores durante as ocupações:

As reações dos latifundiários, usando seus jagunços e a polícia, foram também uma constante. Um dos casos mais graves ocorreu em maio de 1999, quando, com carros equipados, cães treinados, helicópteros, mais de 100 viaturas, cerca de 30 ônibus e ambulâncias, fuzis, armas automáticas e bombas de gás lacrimogêneo, a PM realizou o despejo de famílias em Querência do Norte. Eram quase 2 mil policiais na operação para 12 as áreas. E 12 sem-terra foram presos. (MORISSAWA, 2001, p. 177)

Foi graças a todo o processo histórico de luta dos representantes e filiados ao MST que atualmente o movimento está organizado em 24 estados da federação, contendo cerca de 350 mil famílias assentadas e 100 mil famílias acampadas. Entre os assentamentos, estão organizadas “32 Cooperativas de Prestação de Serviços (CPSs), com 11.174 sócios; 2 Cooperativas regionais de comercialização e de crédito; além de 49 Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), com 2.299 famílias associadas” (MORISSAWA, 2001, p. 166).

Dentre essas cooperativas, está o Assentamento Santa Maria, administrado pela Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), que também passou pelos mesmos desafios desde a desapropriação da área até sua emissão de posse. Desse modo, analisar a luta pela terra no que tange à fase transitória ou passageira de um acampamento, até a instalação do assentamento, faz-se imprescindível para que seja possível compreender a distinção entre os conceitos da “Luta pela Terra” e “Luta na Terra”, assunto este que é abordado ao longo da presente pesquisa.

### **2.1.1 A Luta Pela Terra nos Acampamentos**

Os estudos realizados sobre os assentamentos rurais têm sido abordados como um tema geral vinculado e direcionado ao MST. Contudo, cada assentamento apresenta suas peculiaridades e realidades de caráter político-social que integram a produção do meio rural de maneira singular. A organização dos sujeitos envolvidos no processo de fundação dos assentamentos, enquanto acampados, representa as relações sociais que vão determinar a estrutura de um assentamento e suas formas de produção. Porém, acampar não é suficiente, é

preciso também persistir na terra, enfrentando os desafios e, ainda, trabalhar na terra, fazendo-a produzir. No acampamento, as famílias se encontram sob uma condição de sem-terra, sendo condicionadas a um processo contínuo de ajuda mútua, espírito de solidariedade e conflitos, de maneira que superar essas constantes é imprescindível para o interesse do bem comum: a terra.

É no acampamento que essas pessoas vislumbram, mesmo que de maneira incerta, a produção e reprodução da sua existência, sendo desafiadas a aprender novos comportamentos a lidar com novas emoções que podem contrariar sua cultura, o que explica os conflitos sociais nessas áreas. Além disso, é necessário, ainda, enfrentar as precariedades da infraestrutura e a incerteza de que a conquista da terra possa ser barrada a qualquer instante pela ação de despejo das autoridades. Assim, no início da instalação de um acampamento, as famílias estão condicionadas a viverem o percurso ou fase trajetória da “luta pela terra”, na qual aguardam pela decisão do governo para deliberar a desapropriação de posse da área ocupada. Durante esse período, não é concedido nenhum incentivo econômico a essas pessoas. A organização dessas famílias não se limita apenas à conquista da terra, mas também envolve uma manifestação de caráter social de um coletivo liderado por princípios políticos do MST. Nesse cenário, as famílias estão acampadas ilegalmente e dependem do movimento para a sobrevivência material neste período.

Para Figueredo e Pinto, (2014, p. 563), *apud* Caldart (2001, p. 176):

[...] os acampamentos podem ser construídos na área que se pretende transformar em assentamento, ou à margem de rodovias, do lado de fora das fazendas, etc [...]. Cada um deles demanda estratégias de sobrevivência diferentes, mas todos visam explicitar a luta, pressionar governos e mobilizar a opinião pública sobre a questão da terra.

Até obterem o direito legal da terra, a resistência e permanência desses indivíduos no acampamento é caracterizada por um período de incertezas e adaptações que irão influenciar no modelo de instalação do assentamento.

O acampamento é a passagem que poderíamos considerar adaptatória para um grupo que em breve se transformará em grupo de vizinhança permanente. Para os acampados, representa receber uma nova condição, a de ser sem-terra, significada no interior dessa coletividade inédita a que eles passam a pertencer (TURATTI, 2001, p. 23).

Durante o período de adaptação, essas famílias se organizam coletivamente para tomarem as decisões pertinentes ao funcionamento e manutenção do acampamento. As discussões são caracterizadas por diferentes assuntos como saúde, educação, segurança, divisão de tarefas, entre outros. Essa experiência os transforma em novos indivíduos com formação e

ressignificação de valores. Dessa maneira, a luta pela terra representa e possibilita ao indivíduo refletir o “eu” e, simultaneamente, aprender a integrar-se e experimentar a organização coletiva. Conforme afirmam Figueiredo e Pinto (2014, p. 567), “A participação na luta pela terra permitiu ao indivíduo ter uma experiência de si próprio como indivíduo singular, ao mesmo tempo que criou um significado coletivo e transformador da própria subjetividade”.

Participar de um acampamento remetido a um movimento social como o MST é um modo de caminhar na contramão da postura individualista e repressiva imposta pela sociedade capitalista. Na verdade, é uma quebra do comodismo vivenciado pelos padrões da Modernidade, que dá espaço ao coletivismo no propósito de conquista da terra. A preferência dos líderes do MST é que as áreas de acampamentos estejam próximas às cidades para facilitar a vida dessas famílias no que diz respeito a recursos materiais e locomoção, além de ser um fator determinante para a permanência dos assentados na área.

As cidades têm uma importância fundamental na dinâmica socioeconômica dos próprios acampamentos, já que não é só onde muitos dos acampados trabalham, compram alimento, fazem uso dos serviços de saúde, ou fazem algum trâmite, mas também, muitas vezes, são lugares onde trocas e negociações acontecem: entre acampados, acampados e militantes ou lideranças dos movimentos e autoridades locais. A cidade, e seus serviços, é também um lugar de distração ou espaço de lazer para os acampados, principalmente para os jovens que moram nos acampamentos, que, durante os finais de semana, se deslocam para fazer compras e reunir-se com outros jovens. De fato, existe uma crença que circula entre os acampados, de que um acampamento perdura mais e os acampados acabam desistindo menos quando o acampamento fica perto de uma cidade ou vila, por menor que esta seja (LOERA, 2014, p. 51-52).

Quando acampadas, essas famílias são representadas pelo MST perante o governo para fazer valer o direito à terra. Essa representação ocorre a partir de um ato pacífico, no qual levanta-se a bandeira do MST ao longo das instalações dos barracos de lonas e madeira construídos no acampamento. A ação de levantar a bandeira do Movimento simboliza a luta das famílias que buscam pela efetivação da Reforma Agrária para dispor de condições que as possibilitem produzir para seu autossustento. É nesse contexto que está inserida a luta das famílias que compõem o objeto de estudo desta pesquisa: a COPAVI.

### **2.1.2 A luta pela terra e a luta na terra em Paranacity**

A área onde está inserido o assentamento Santa Maria, em Paranacity, está limitada entre a rodovia PR-164 e a zona urbana do município. Ela é resultado de uma antiga fazenda de 256,52 hectares que estava em processo de desapropriação por ser considerada improdutivo,

conforme a própria Constituição Federal determina: “O art. 184 da Constituição Federal de 1988 concedeu à União a competência para desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social” (LEONI; LEONI, 2005, p. 1). Dessa área total, cerca de 32 hectares foram destinados para preservação ambiental e o restante foi ocupado para a construção do assentamento.

Em termos históricos, mais especificamente no ano de 1992, após ter sido desapropriada, foi ocupada por trabalhadores rurais sem terra do próprio município. Contudo, o proprietário da fazenda, conhecido como Michel Sayão, organizou-se junto ao sindicato dos trabalhadores rurais e ao prefeito para reivindicar uma negociação com os moradores para desocuparem a área. O proprietário conseguiu uma contestação legal que permitiu a desapropriação e desocupação do terreno e aproveitou para arrendar as terras para uma usina de cana-de-açúcar – Usina Santa Teresinha – pelo período de dez anos. Isso fez com que os moradores locais fossem obrigados a voltar para suas casas.

Em 30 de agosto de 1992, a área recebeu oficialmente emissão de posse pelo INCRA através da Resolução n.º 306 de 12 de novembro de 1992 (MOURA, 2006). Os moradores voltaram a ocupar a área, porém, tiveram que desocupar novamente devido a um novo acordo realizado com o prefeito. O MST, ciente da área em processo de emissão de posse e próxima à área urbana, identificou famílias que tivessem interesse em ocupar o local, convidando-as a ocupar a área em Paranacity. As famílias convidadas foram aquelas que faziam parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e que estavam desde 1988 lutando por terras no Município de Inácio Martins/PR e que, posteriormente, ocupariam outra área no Município de Lindoeste/PR.

Assim, em 19 de janeiro de 1993, essas e outras famílias provenientes de regiões como Sudeste, Sudoeste e Centro-Sul do Estado do Paraná, também pertencentes ao MST, encontraram em Paranacity a oportunidade de uma nova vida. Direcionaram-se, então, para esta área, com o mesmo objetivo: trabalhar com base no modelo coletivo de produção, ou seja, com base na proposta do MST de fundar uma cooperativa. Isso se deu principalmente pelo fato de que durante esse período, entre 1988 e 1990, havia um trabalho muito grande do MST direcionado à cooperação, grupos coletivos e associações.

Cientes da disponibilidade da área e da forma como estava sendo ocupada e explorada, trabalhadores vinculados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) procedentes das regiões Oeste e Sudeste, deslocaram-se para Paranacity e estabeleceram um novo processo de ocupação, mesmo tendo conhecimento do interesse pela terra por parte dos trabalhadores locais (SERRA, 2010, p. 3).

Quando as famílias chegaram para conhecer a área, foram bem recebidas pela população local, mas logo perceberam que havia uma organização de um grupo de trabalhadores rurais que já havia ocupado a área anteriormente. Essa disputa de interesses gerou um conflito entre trabalhadores rurais locais e as famílias do MST. Enquanto isso, mesmo diante do processo de desapropriação de posse, a Usina Santa Teresinha não parou suas atividades produtivas voltadas à cana-de-açúcar, dificultando a instalação do assentamento.

As famílias pertencentes ao local apresentavam uma posição vantajosa, pois tinham o apoio do prefeito e dos sindicalistas rurais. A princípio, o INCRA também não concordava ou não aceitava as famílias de agricultores rurais pertencentes ao MST, justificando que a área já havia sido ocupada pelas famílias locais. Assim, os moradores já da região voltaram a montar seus barracos na área, a fim de intimidar ou impedir que as famílias do MST persistissem com seu propósito de lutar e de se estabelecer naquela terra, conforme destacado pela fala de um dos membros do assentamento entrevistados: *“Teve um grupo que se revoltou fizeram uns barraco aqui em cima da área né, e a gente foi lutando né, porque nós viemos com as famílias inteiras eles só vieram fizeram uns barraquinho e deixaram e nós ficávamos aqui né”* (CX1).

Presenciando a situação em que se encontravam as famílias do MST, a Igreja Católica se compadeceu, cedendo total apoio, pois se tratavam de famílias carentes. Assim, a partir de uma missa organizada e conduzida pelo arcebispo da região, foi declarado publicamente, por meio de uma carta aberta direcionada ao município local e aos municípios do entorno, o apoio da Igreja para essas famílias do MST. Essa declaração teve como objetivo esclarecer e sensibilizar a população sobre a causa das famílias pertencentes ao movimento. A partir disso, não demorou muito para que os moradores locais começassem a simpatizar com a causa e olhar para as famílias com uma nova perspectiva (PESQUISA DE CAMPO, 2021)

Nesse cenário, com objetivo de solucionar o conflito, foi realizado um acordo entre os moradores locais e o grupo do MST. Este último propusera aos moradores locais a ocupação de uma nova área, na qual ajudariam no processo de assentamento. Com essa proposta, as famílias do MST convenceram as famílias locais a desistirem da área em Paranacity e acamparem numa área localizada no Município de Colorado, a 22 km de Paranacity. A partir desse acordo, os agricultores começaram a se organizar na área.

Inicia-se uma nova fase para as famílias do MST, porém, novos desafios iriam surgir. Dentre eles, estava a luta pelo reconhecimento como membros do MST, pois nessa região ainda não havia nenhum assentamento instalado até então. Outros obstáculos enfrentados ao longo da luta na terra foram a necessidade de lidar com a área coberta por cana que a usina se recusava



a retirar, bem como a falta de recursos para manejo do solo e a introdução de novas agriculturas que garantiriam seu sustento.

Com a área coberta de cana, as famílias não podiam trabalhar na terra para obter seu autossustento, vendo-se obrigadas a trabalhar como boias-frias para outras agriculturas do entorno. Segundo informações e relatos dos assentados, estes chegaram na região em janeiro de 1993, de forma que uma parcela permanecia na área, enquanto a outra se deslocava para trabalhar como boias-frias nas colheitas de algodão e colorau e em plantações de amoras, enfrentando desafios para viverem na terra, como destacado por um dos assentados: “*O maior desafio foi a sobrevivência que foi com o trabalho de boia fria*” (CX2).

A Usina Santa Teresinha não se importava com as necessidades básicas das famílias de agricultores rurais, que precisavam da limpeza da área para realizarem seu plantio, negando-se a retirar a lavoura tomada por cana-de-açúcar ou a fazer a limpeza da área. Assim, em 5 de agosto de 1993, parte da área foi limpa com a ajuda de 200 voluntários provenientes de outros assentamentos do MST, principalmente de Pontal/SP, que se deslocaram em direção à área do assentamento de Paranacity onde estavam acampadas as famílias (Imagem 1). Para isso, os trabalhadores rurais atearam fogo em toda a plantação da cana, uma vez que não dispunham de acesso a tratores ou outros maquinários que facilitassem sua retirada. Em cerca de oito dias de um trabalho braçal árduo e penoso, foi cortado à foice e facão quase todo o canavial.



**Imagem 1:** Retirada da cana de açúcar e limpeza da área.

**Fonte:** Imagem disponibilizada pela COPAVI.

Segundo relatos de um dos entrevistados, foi um período de miséria e sofrimento, conforme destacado em sua fala:

*Foi falado para a usina tirar a cana, eles acham que se não tirasse a cana, nós não iria plantar, aí nos botemos fogo na cana, aí queimemos a cana e acordamos a cidade com o fogaréu, tinha gente que até subia em cima das casas pra ver o fogo. Cortemos*

*a cana tudo, mais a usina não veio buscar, aí tivemos que enervar aquelas canas, aquilo mela enchia de abelha, todo mundo vivia com os braços inchados de ferroadas de abelhas, mais tinha que encarar. (CX3)*

Após a retirada do mutirão de pessoas reunidas de outros assentamentos, sobraram as canas enfileiradas e restava ainda parte do canavial para ser limpo. A Usina Santa Teresinha não acreditava na força, na cooperação e na resistência das famílias para derrubar o canavial sem nenhum recurso, sendo surpreendida ao ver praticamente toda a lavoura dizimada. Todavia, mesmo diante da resistência e motivação das famílias de agricultores rurais, que se organizaram para limpar a área e dar início a novas formas de cultivo, a usina manteve a indiferença no tratamento para com as famílias assentadas. Somente após dois dias, um familiar de um dos donos da usina foi até a área e comprou toda a cana que havia sido cortada.

Com o dinheiro arrecadado da venda, iniciou-se o processo de agregação de valor. Os agricultores rurais fizeram rapaduras com a cana que havia sobrado e as venderam para os moradores da cidade. Embora não tenha rendido muito dinheiro, o valor contribuiu para os assentados, que passavam por um período crítico. Após oito meses de trabalho árduo, verificaram-se condições para dar início à implementação de novas agriculturas, a partir do plantio de mandioca e hortaliças. A definição de quais agriculturas seriam implementadas foi minuciosamente discutida, sendo um fator indispensável para a permanência das famílias no assentamento.

Com o apoio da Igreja, então, as famílias associadas consolidaram a proposta de cooperação, já que a realização das atividades vinha ocorrendo de forma coletiva. Após um ano de acampamento, no dia 10 de julho de 1993, foi fundada oficialmente a CPA, denominada Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória LTDA – COPAVI. Inicialmente era formada por 40 cooperados, que elaboraram o estatuto, o regimento interno e a organização dos primeiros setores da cooperativa, que consistiam basicamente na produção, administração e comercialização. Na época, cerca de 22 famílias, entre adultos e crianças, iniciaram a organização dentro do assentamento a partir da instalação de barracos, os quais dividiam as famílias em três grandes cozinhas humanitárias (Imagem 2).



**Imagem 2:** Cozinhas Humanitárias no Assentamento Santa Maria.

**Fonte:** Imagem disponibilizada pela COPAVI.

A Igreja Católica também contribuiu para que a COPAVI conseguisse algumas doações, que foram de extrema importância, possibilitando o início da implementação básica de três setores que sustentaram a cooperativa pelos primeiros sete anos:

- i) *Setor de Laticínio:* iniciado com seis vacas emprestadas, porém, algum tempo depois, com recursos provenientes do Estado, foi possível realizar investimentos no setor e, em um período de três anos, a cooperativa adquiriu cerca de sessenta vacas de leite. As vendas iniciais eram feitas para mercados e padarias do próprio município, garantindo a sobrevivência das famílias e constituindo o carro chefe da cooperativa durante os primeiros anos;
- ii) *Setor da Lavoura:* a lavoura foi implementada logo no início da organização do acampamento, após a retirada da cana. Assim, foram cultivados mandiocas, banana, feijão e café. Posteriormente, o solo foi gradualmente adaptado para o replantio de cana-de-açúcar, visando um manejo orgânico e agroecológico;
- iii) *Setor de Hortaliças:* as hortaliças também foram um dos primeiros setores a serem implementados pela cooperativa, a partir do plantio de alface, pepino e couve. A produção desses recursos era destinada ao autossustento das famílias e à comercialização em feiras do município.

Nesse ambiente, uma família era responsável pela cozinha e as demais trabalhavam fora do assentamento em busca de alimento, além de prepararem canteiros para hortaliças. O acesso à água ocorria a partir de uma mina e não havia acesso à energia elétrica. Além disso, por serem famílias oriundas de diferentes regiões, com culturas e formas de plantio diversificados, outro desafio passou a ser enfrentado.

Por meio do apoio das Igrejas Católica e Evangélica, universidades, como a Universidade Estadual de Maringá – UEM e a Universidade Estadual de Londrina – UEL, entidades, sociedade em geral, bem como tantos outros apoiadores do movimento, as famílias mantiveram a cooperação, solidariedade e resistência para persistirem lutando pela terra em Paranacity. Nesse ínterim, os processos foram melhorando e, após mais de um ano de espera, luta e persistência, somados a todos os envolvimento na solidariedade e ajuda mútua para enfrentarem as adversidades, em maio de 1994, foi regularizada a situação das famílias acampadas. A partir de então, foi realizada uma reunião para legalizar as famílias que seriam oficialmente assentadas. Na época, estas somavam 25 famílias vinculadas ao MST, porém, posteriormente, o número foi reduzido para 20 famílias. Portanto, 20 famílias assentadas foram regularizadas pelo INCRA no assentamento Santa Maria, administrado pela COPAVI.

As famílias provenientes de outros assentamentos individuais decidiram participar do modelo coletivo principalmente pelas fragilidades relacionadas à sua manutenção no assentamento individual, especialmente no que diz respeito à infraestrutura e produção, que tornava seu sustento incerto. Contudo, apesar da origem desses sujeitos ter influenciado a participação no movimento de reconhecimento da terra como um direito para todo cidadão muitas dessas famílias optaram por se deslocar para assentamentos individuais ao invés de coletivos.

Atualmente, ao lembrar o processo histórico da luta pela terra e na terra, todas as famílias reconhecem o imenso apoio prestado, principalmente, pela Igreja Católica, e fazem questão de sempre a enobrecer em suas falas durante as entrevistas. Isto, pois foi a partir das doações e do crucial apoio do Padre João, ao divulgar a proposta da cooperativa, que pessoas leigas e de outras comunidades passaram a apoiar a COPAVI. Além do padre João, o Padre Roberto, pertencente na época ao Município de Cruzeiro do Sul, é também muito reconhecido pelos associados, pois foi com seu auxílio e do trabalho da cooperativa que os assentados conseguiram sair dos seus barracos de lonas (Imagem 3) e deram início à construção da agrovila. A princípio, a construção de casas foi improvisada com madeiras da própria área, porém, foram gradualmente sendo substituídas por casas de alvenaria. Algum tempo depois, o

Padre Roberto também auxiliou na construção de um escritório e de um refeitório coletivo para a cooperativa.



**Imagem 3:** Barracos de lona instalados no Assentamento Santa Maria.

**Fonte:** Imagem disponibilizada pela COPAVI.

Todo esse percurso histórico de luta pela terra, desde o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais até ao processo histórico do Assentamento Santa Maria, traz a reflexão sobre a importância da Reforma Agrária no Brasil. Além disso, destaca o quão relevante é esse tema para que esforços para debates qualitativos e críticos sejam direcionados, uma vez que quebra com a tradição e o comodismo da desigualdade social no país. É importante destacar, ainda, que a Reforma Agrária só ocorre quando um grupo pequeno de famílias sem condições, mas unidas pela cooperação e resistência, transforma uma pequena área de 256 hectares, baseada somente em um tipo de agricultura, inabitada e deixada à mercê, em um local de agriculturas diversificadas e promoção do capital de giro.

Em uma sociedade no qual o “eu” sempre fala mais alto, é admirador presenciar pessoas diferentes vivendo juntas e ocupando o mesmo espaço. No individual, tem-se sempre o pensamento “meu lote, minha terra”, no qual a individualidade e a opinião não compartilhadas prevalecem. No modelo coletivo de produção, por outro lado, tem-se “nosso lote, nossa terra”, no qual ocorre o compartilhamento de ideias, com indivíduos com a mente aberta para receber o não, se preciso for.

## 2.2 ORIGEM E CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS

A história da sociedade é caracterizada por diferentes formas de produção. No modo de vida camponês, podem ser encontrados modelos distintos de produção: o feudal; o capitalista; e o socialismo real. Contudo, como elemento em comum, a trajetória de vida dos camponeses tem a luta pela terra, sendo por meio desta que o sujeito obtém reconhecimento de seu lugar no mundo (WANDERLEY et al., 2021). Nessa perspectiva, a origem dessas famílias engloba diversas questões, como as condições sociais, econômicas e ideológicas que as circunscreveram, em especial na década de 1970, uma vez que este foi o período mais intenso de mecanização da lavoura brasileira, conforme destacado a seguir:

A mecanização da lavoura e a introdução, digamos, de uma agricultura com características mais capitalistas expulsaram do campo, de uma maneira muito rápida, grandes contingentes populacionais naquela época (1970). Eram famílias que viviam como arrendatárias, parceiras ou filhos de agricultores que recebiam um lote desmembrado da já pequena propriedade agrícola de seus pais (STEDILE, 1999, p. 15-16).

Dessa maneira, com o início da mecanização no campo, um grande número de pessoas foi dispensado. Em um primeiro momento, essas pessoas migraram para regiões de colonização, sobretudo Rondônia, Mato Grosso e Pará, porém, essa migração não obteve sucesso, uma vez que eles não conseguiam se estabelecer enquanto camponeses nessas regiões, pois não tinham habilidades para a prática da agricultura familiar nessas áreas, considerando que essas famílias eram provenientes principalmente Sul e estavam acostumadas a trabalhar com grãos em geral. Por outro lado, um grande número de pessoas dispensadas do campo foi para a cidade devido ao processo de industrialização que, na época, acontecia de forma acelerada. Entretanto, no final da década de 1970, os primeiros sinais de crise na indústria brasileira começam a surgir, estendendo-se por toda década de 1980.

Do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso obrigou-os a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam (STEDILE, 1999, p. 17).

É essa a base da origem e da caracterização das famílias que compõem o MST: uma base social que luta pelo direito à terra, à vida no campo, sem a colonização e migração para a cidade. São famílias que possuem vocação para a terra, que antes eram arrendatárias, filhos de agricultores que ainda moravam na roça com os pais e que, por conta da realidade de

modernização do campo, não conseguiram mais se estabelecer no ambiente rural e camponês. Assim, frente à essa realidade, grande parte dessas pessoas se organizaram e começaram a lutar incansavelmente para que pudessem continuar atuando como agricultores em seus estados.

As famílias que compõem o movimento também possuem outras origens como, por exemplo, aquelas atingidas pela construção de barragens em seus locais de moradia, sendo obrigadas a mudar-se de seus lares para que esses empreendimentos fossem construídos. Em vista disso, tiveram que recomeçar em novos locais. Assim, antes de integrarem a cooperativa, esse grupo de pessoas participava de ocupações urbanas, caracterizadas como a migração dos camponeses para as cidades – o chamado êxodo rural – em busca de emprego e melhores condições de vida, uma vez que, até a CF/88, o processo de desapropriação não previa obrigatoriamente uma justa indenização em dinheiro, deixando a maioria dos camponeses desamparados. Essas ocupações passaram a ter maior intensidade desde o final da década de 1950 (HARTWIG, 2005).

As ocupações urbanas pelas famílias, que posteriormente integrariam o MST, foram resultado de um conjunto diverso de fatores relacionados à distribuição e desapropriação de terras. Primeiro, o processo desigual de distribuição das propriedades, marcado pelo “muito para poucos e pouco para muitos”, no qual os grandes latifundiários passaram a ser detentores de grandes montantes de terra, enquanto os pequenos agricultores, em geral, perderam suas pequenas propriedades. Segundo, as desocupações de áreas rurais voltadas para construção de grandes empreendimentos de interesse público social ou coletivo, como as já mencionadas hidrelétricas (HARTWIG, 2005).

Desse modo, a combinação entre a expansão da fronteira agrícola, de megaprojetos como barragens e da mecanização industrial – o chamado “milagre brasileiro” – eliminou as pequenas e médias lavouras e levou à concentração capitalista da terra. Cerca de 30 milhões de camponeses foram forçados a migrar para os centros urbanos. No entanto, na virada dos anos 1980, quando a indústria brasileira apresentou sintomas da crise, grande parte dessas famílias voltaram a ficar desempregadas. Parte tentou resistir nos centros urbanos, parte, por outro lado, mobilizou-se para voltar para a terra, juntando-se à movimentos locais e regionais na luta pela terra (CELSO, 2014).

Um exemplo que poder ser citado ocorreu na região Oeste do Paraná, no final da década de 1970, quando houve a mobilização dos pequenos agricultores expropriados pela barragem Itaipu. Em vista disso, reivindicavam uma indenização sob as terras que tiveram de deixar, as quais hoje estão alagadas ao longo do reservatório.

Nesta luta, foram montados acampamentos e diariamente realizadas assembleias, que permitiram obter experiência política e reivindicar direitos sociais em época de exceção do regime militar, iniciado em 1964. Essas experiências de lutas foram fundamentais para o surgimento de um forte movimento de agricultores sem terras na região Oeste, em 1981 (FABRINI et al., 2012, p. 35).

Foi nesse cenário de luta que marcou a década de 1970, que as famílias da agricultura familiar, motivadas por questões sociais, econômicas e ideológicas, passaram a fazer parte de movimentos de luta pela terra. Caracterizadas por uma infância pobre sem condições ou acesso ao estudo devido à distância da cidade, suas vidas eram limitadas em ajudar os pais na rotina diária de afazeres no campo. Assim, desde muito cedo, esses indivíduos eram direcionados pelos pais a terem uma formação política ideológica voltada para agricultura familiar, responsável por prover seu autossustento.

A origem das famílias do Assentamento Santa Maria (Paranacity – PR), que compõem o objeto deste estudo, é semelhante, como destaca umas das assentadas entrevistadas: “*Então a gente foi na época da juventude criando um pouco essa consciência que nós tínhamos que lutar né, e lutar por um e pedaço de terra né*” (CX4). Segundo relatos de assentados em entrevistas de campo sobre a vida anterior à cooperativa, verificou-se que muitos deles também moraram em colônias ou assentamentos individuais de agricultura familiar durante a infância, assim, desde crianças já tinham experiência com a terra, pois trabalhavam com seus pais na roça e participavam das reuniões da igreja, comunidades eclesiais de base e sindicatos. Posteriormente, passaram a residir nas cidades, trabalhando como empregados em diversos serviços. Essas famílias assentadas na COPAVI vieram, em sua grande maioria, das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná e de outros estados como Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Antes de fazerem parte da cooperativa, as mulheres assentadas na COPAVI trabalhavam principalmente em granjas, creches, hospitais, ou como empregadas domésticas na cidade. A grande maioria dos homens, por sua vez, trabalhava em sítios na manutenção de lavouras e ordenhando as vacas leiteiras, ao passo que outros obtiveram experiência nas cidades trabalhando em construções civis. Esses homens e mulheres que se deslocaram para o assentamento tinham como objetivo a busca de melhorias nas condições sociais de vida e, ainda, de retorno à suas origens de trabalho no campo e na lavoura. Tanto aqueles que vieram da cidade, por não estarem contentes com as condições trabalhistas, falta de emprego e moradia, quanto aqueles provindos de movimentos como Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), ou, ainda, camponeses expulsos de suas terras por latifundiários, viram no MST e na COPAVI a esperança pelo direito à terra e à dignidade.



### 2.3 ASSENTAMENTO COLETIVO OU INDIVIDUAL?

A grande maioria dos assentamentos rurais instalados pelo MST são formados por lotes individuais em regiões afastadas de grandes cidades. Desse modo, quando as famílias são assentadas, ficam sozinhas e responsáveis por fazer a terra produzir dentro em contexto econômico precário e desfavorável. Nesse sentido, o objetivo deste tópico foi analisar brevemente, com base em revisão bibliográfica, as condições econômicas e sociais das famílias assentadas em assentamentos individuais e coletivos, a fim de compreender quais os fatores que contribuem para a escolha entre esses dois modelos de produção.

Primeiramente, é importante mencionar que, em geral, são encontrados dois tipos de assentamentos rurais: o modelo individual e o modelo coletivo. No modelo individual, as famílias moram sozinhas, sendo responsáveis por cuidar do lote e fazer a terra produzir. Já no modelo coletivo, os lotes são habitados por várias famílias, residindo em casas separadas (agrovilas), e o trabalho é feito de forma coletiva, assim como a repartição dos lucros obtidos. Independentemente da escolha de organização – individual ou coletiva – essas famílias, enquanto sujeitos que se relacionam a partir de suas características históricas, culturais ou políticas, irão formar um novo modo de vida quando definitivamente assentadas.

O modo de vida proporciona para nossas análises um novo campo social que é o assentamento, composto por sujeitos que ora estão em posição de subalternidade e parecem submergir em um sistema de controle e poderes, ora estão prontamente dispostos e organizados para desenvolver estratégias referentes à viabilidade da agricultura familiar (MACIEL, 2009, p. 4).

A diversidade histórica de cada assentado e a relação das famílias durante o acampamento cria um novo espaço articulado pelas ações desses sujeitos, sendo determinantes para viabilização econômica e social nos assentamentos. Entretanto, apesar das relações históricas e sociais serem importantes para a instalação de um assentamento, é a viabilidade econômica que irá destinar a escolha entre o modelo individual ou coletivo, sendo esta condição ligada à fatores como característica fértil do solo e produção e comercialização dos insumos obtidos nessa área. Isto pois, ao trabalharem no modelo individual, as condições desses fatores são precárias: a falta de acesso à energia elétrica, água, moradia e assistência à saúde muitas vezes são determinantes para os assentados desistirem de seus lotes.

Nessa senda, é a partir dos recursos liberados pelo Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA), que serão viabilizados e impulsionados os primeiros investimentos na produção agrícola do assentamento, conforme apresentado:

O Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985 com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, e, assim, permitir a sua “emancipação”, ou seja, independência da tutela do governo, com titulação definitiva. (REZENDE, 1999, p. 6)

Assim, ao optar por trabalhar no modelo individual, o assentado tem a liberdade de escolha da forma de produção agrícola implementada. No entanto, também se encontra sozinho para realizar a manutenção, administração e produção da lavoura, conforme discorrem Serra e Viana (1997, p. 42): “Essa forma de assentamento apresenta a vantagem da propriedade individual e exclusiva da terra, mas em compensação apresenta a desvantagem de o trabalhador não ter com quem contar na divisão do trabalho”. Desse modo, a falta de apoio do governo para dar suporte para que essas famílias trabalhem, levam-nas a ficarem dependentes de créditos contínuos e, conseqüentemente, por não conseguirem produzir e comercializar seus produtos, acabam desistindo da terra, vendendo-as de maneira irregular.

Nas entrevistas realizadas em campo durante o desenvolvimento deste estudo, conforme apresentado no tópico 1.2 (Origem e características das famílias assentadas), verifica-se que alguns assentados oriundos de assentamentos individuais estão atualmente assentados na COPAVI. Segundo a opinião geral desses indivíduos quando questionados sobre a opção entre assentamentos individuais ou coletivos, a predominância na escolha de assentamentos individuais ocorre devido ao contexto individualista em que a sociedade se encontra. Dessa forma, a inserção nos assentamentos coletivos requer uma mudança de pensamento, uma vez que se trata de um processo de contradição da luta desses sujeitos.

Isso se deve ao fato de que ao mesmo tempo que os trabalhadores rurais se unem de forma coletiva para conquistar a terra, quando a conquistam, separam-se, principalmente em decorrência da ideologia individualista da propriedade privada, enraizada nos latifúndios e presente na educação desses sujeitos como cidadãos. Assim, predomina no momento de definirem o modelo de instalação do assentamento, como relata um dos participantes deste estudo: “*Eu diria que isso é um vício do próprio sistema capitalista que individualiza as pessoas, até um pilar para manter o capitalismo é o individualismo. O pessoal tem medo de ser explorado pelo companheiro, porem ele é explorado pelo próprio sistema*” (CX5).

Nesse sentido, a prática de cooperação desenvolvida pelo MST, principalmente na década de 1990, seria uma alternativa para enfrentamento dessas fragilidades encontradas nos assentamentos individuais.

A prática da cooperação agrícola é uma ferramenta que poderia beneficiar e resolver alguns problemas, como baixo desenvolvimento e dependência que acompanham vários assentamentos. O modelo de cooperativismo praticado nas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), estimuladas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), assentamentos onde a posse da terra e a organização da produção estão sob controle da Cooperativa, fundada e gerida pelos seus sócios poderia se consistir em exemplo para assentamentos. (SANTALUCIA; HEGEDUS, 2005, p. 3)

A preocupação com a viabilidade econômica e social do assentamento circunda tanto os representantes do MST quanto os assentados, que têm conhecimento das condições políticas e econômicas que impedem o desenvolvimento produtivo do local: problemas de liberação de crédito; assistência técnica inadequada; e baixo valor na comercialização de produtos: “O MST, a partir do final da década de 1980, com o crescimento do número de assentamentos sob sua organização em todo país, adota o cooperativismo como estratégia de produção coletiva e de contraposição ao sistema produtor de mercadorias” (ANJOS; JESUS; VIRGINELLI, 2003, p. 2). Em vista disso, os representantes do MST têm proposto a organização do trabalho coletivo como forma de reconhecer as dificuldades e desenvolver o poder para a "mudança social", o que vai ao encontro aos problemas dos assentados.

Em 1991, a Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS) foi fundada. Essa cooperativa tinha como sede a cidade de Porto Alegre, sendo organizada em prol das aldeias do estado a fim de obter linhas de crédito, técnicas e políticas para os assentados. Com isso, visava organizar a produção e a industrialização agrícola, bem como estimular a cooperação. Assim, a partir da região central do estado, o MST instituiu, em 1992, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), a qual teve por objetivo estimular e popularizar as cooperativas agrícolas na aldeia de várias formas a nível nacional. Ao propor esse modelo, a direção do MST buscou também garantir sua presença e influência.

A CONCRAB defende que além de organizar, suas cooperativas devem sensibilizar seus fundamentos para contribuir com a mudança social. Para eles, o modelo cooperativo diferente que o MST propõe construir deve reconhecer a Organização Cooperativa Brasileira (OCB) como a única representante de todas as cooperativas. Isto pois, a CPA encontra-se em conformidade com a Lei das Cooperativas Brasileiras, à exceção de uma pequena parcela

destinada à produção autossuficiente de cada associado. Em quase todas as CPAs, o título de propriedade do uso da terra continua sendo o nome do indivíduo, que o transfere para a cooperativa. Dessa forma, o trabalhador é o proprietário, mas a CPA pode ter titulação, a produção é sociável e os proprietários trabalham e dividem as sobras de acordo com as suas contribuições (BRENNEISEN, 2002).

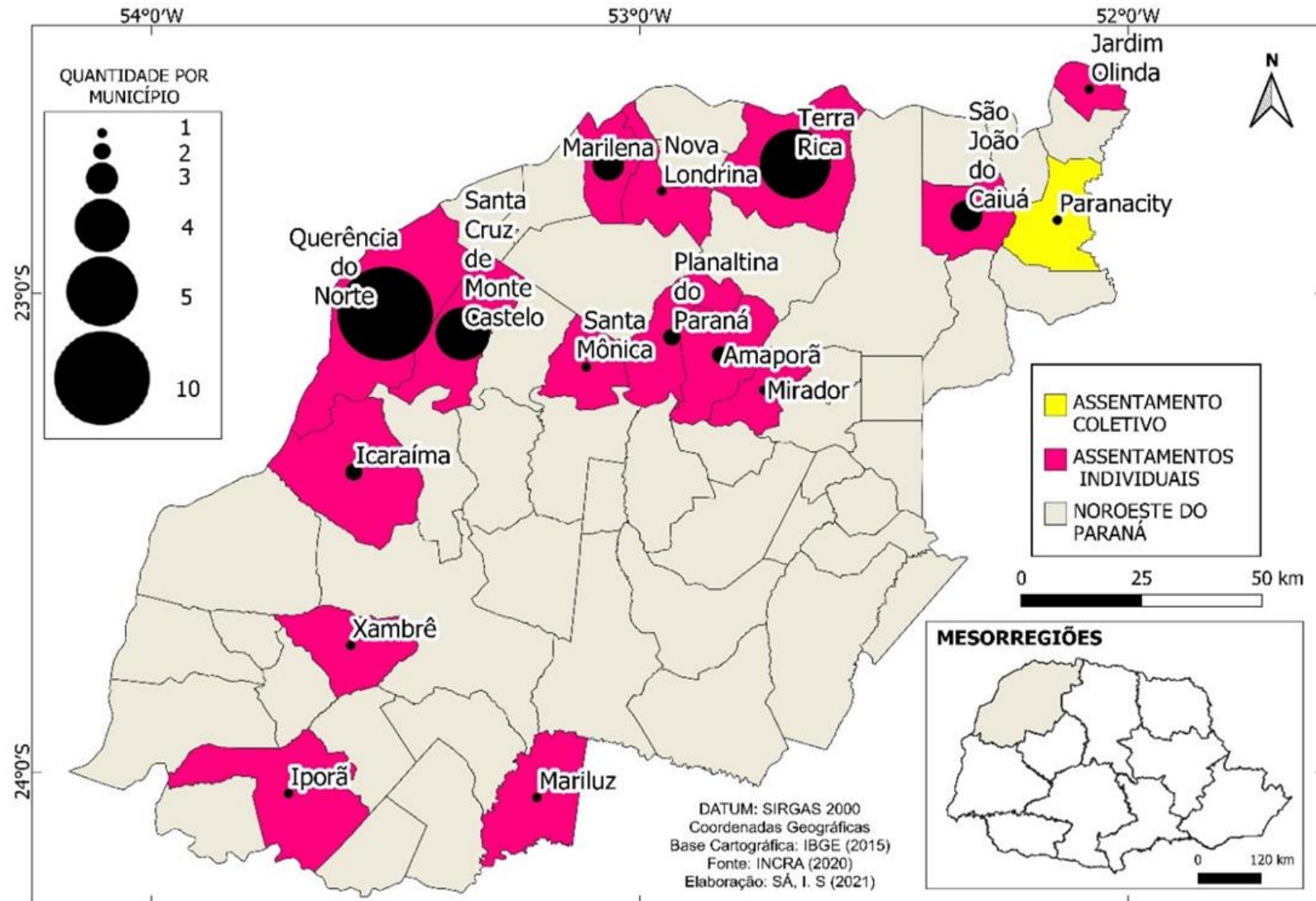
Dentre as modalidades de organização da produção desenvolvidas nos assentamentos rurais, como grupos coletivos e associações e, mais recentemente, diversas modalidades de cooperativismo, o MST, a partir de uma compreensão de que a organização coletiva dos agricultores se constitui numa forma superior de organização social, passou a priorizar, principalmente a partir dos anos 1990, a organização cooperativista no formato CPA. (BRENNEISEN, 2002, p. 129)

Em uma CPA, ocorre a industrialização dos produtos cultivados com base na administração das atividades setorizadas. Essa divisão das tarefas possibilita o controle das atividades organizadas, uma vez que cada associado ou assentado possui uma tarefa de execução no trabalho, conforme apresenta Silveira (2003, p. 165): “Com este tipo de organização pretendia-se através da ‘coletivização da terra e dos meios de produção’ alcançar uma escala produtiva que permitisse concorrer no mercado capitalista”. Portanto, em geral, a base de participação nos resultados é o trabalho realizado por cada associado em uma atividade coletiva, ao passo que a remuneração trabalhista na CPA segue o padrão de jornada de trabalho ou capacidade de trabalho, um padrão muito controverso e de difícil gerenciamento que é, muitas vezes, origem de conflitos.

Em uma cooperativa existem rotinas e organizações que não são encontradas em assentamentos individuais. Há, por exemplo, assembleias e reuniões, que são divididas nos núcleos das famílias assentadas. Esses encontros têm como intuito solucionar problemas internos e colocar em prática ideias que contribuem para o crescimento da cooperativa, seja em âmbito econômico ou social. Em contrapartida, nos assentamentos individuais as famílias vivem e desenvolvem seu modo de produção sozinhas, o que, muitas vezes, conduz às dificuldades econômicas básicas, tais como moradia, acesso a água e energia elétrica. Como resultado, grande parte das famílias desistem dos lotes e os comercializam de forma ilegal.

Essa é uma das razões pelas quais o MST incentiva a criação de CPAs, para que os trabalhadores rurais, ao lutarem pela terra e depois de tomarem posse, mantenham o sentimento de cooperação, optando pelo sistema cooperativista de produção, no qual todos são donos da terra e, juntos, superam dificuldades que não seriam superadas nos lotes individuais. Essa predominância de um modelo sobre o outro pode ser observada na região Noroeste do Paraná

(COPAVI), foco de análise desta pesquisa, onde existem 39 assentamentos rurais implementados, dos quais 38 são individuais e apenas um é coletivo (Mapa 2).



**Mapa 2:** Mapa de localização dos assentamentos coletivos e individuais da região Noroeste do Paraná.  
**Fonte:** IBGE (2015); INCRA (2020).

Essa distinção entre assentamentos individuais e coletivos na região Noroeste do Paraná é explicada pela fragilidade cultural que esses agricultores possuem, afinal, viver em um assentamento coletivo não é uma tarefa fácil. É preciso negar o “eu” para dar lugar ao “nosso” em prol da coletividade e do cooperativismo. Isto pois, mesmo com o incentivo do MST para a criação de cooperativas e união das famílias assentadas, é desafiador ir contra o pensamento e cultura individualista impregnado na trajetória destes indivíduos. Culturas, concepções e comportamentos distintos impedem essas pessoas de viverem no modelo coletivo e, por isso, acabam optando pelo individual: “No momento em que se percebe que os anseios do coletivo são permeados por questões individuais e, por vezes, individualistas, o grupo sente-se ameaçado, gerando conflitos” (GROFF; MAHEIRIE; PRIM, 2009, p. 116).

Apesar das potencialidades encontradas em se trabalhar no modelo coletivo, esse fator não é suficiente para que os trabalhadores rurais optem por este modelo, considerando o fato da predominância de assentamentos individuais em todo o país. Esse fato contrapõe o processo da luta, marcado pela união em prol da conquista da terra.

Portanto, evidenciar as potencialidades vivenciadas como exemplos de assentamentos coletivos que deram certo é crucial para incentivar a implementação de novos modelos que, apesar das fragilidades, ainda se destacam em aspectos sociais, econômicos e políticos.

### CAPÍTULO 3

## ASSENTAMENTOS COLETIVOS BASEADOS NO MODELO DE COOPERAÇÃO DO MST: ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DESAFIOS

*“A porteira pode estar sendo fechada pelos poderosos, mas, por outro lado, as cercas podem ser e são derrubadas, a cada dia, pelos subalternos e expropriados”.*

Margarida Maria Moura



A forma na qual as famílias se organizam ou se comportam num assentamento sempre foi caracterizada por fatores complexos e divergentes. Ao mesmo tempo que esses sujeitos compartilham assuntos pertinentes para a convivência do bem comum, contrapõem-se aos comportamentos que vão de encontro a suas vontades e realidades singulares. Esses fatores de complexidade e divergência ocorrem porque cada indivíduo carrega consigo experiências únicas que antecedem a vida em grupo. Portanto, analisar a forma de organização de uma cooperativa, levando em consideração o contexto social no qual está inserida torna possível compreender suas particularidades e, conseqüentemente, seus princípios e relações internas que as diferenciam de outras organizações, mesmo que estas sejam fundadas com uma base comum.

Desse modo, este segundo capítulo é apresentado em três seções. Na primeira, discorre-se brevemente sobre o contexto no qual foi fundado o MST, como funciona o sistema cooperativista e as diferentes estratégias de inserção no mercado. Em seguida, com base em modelos de assentamentos coletivos estudados por outros autores, são identificadas as potencialidades e fragilidades do trabalho coletivo, estrutura base do movimento. Na segunda parte, são apresentadas de forma mais aprofundada as principais dificuldades e facilidades do trabalho coletivo, a fim de compreender como tais aspectos interferem na produção e na capacidade de rendimento da cooperativa. Na terceira seção, disserta-se sobre a Reforma Agrária no Paraná, estado no qual está contido o assentamento objeto deste trabalho, buscando identificar o contexto no qual está inserido.

### 3.1 ASSENTAMENTOS COLETIVOS: UMA HISTÓRIA DE LUTA

Desde a década de 1960, o Brasil tem sido palco de manifestações voltadas à busca por soluções referentes à Reforma Agrária, que teve início quando os camponeses passaram a ter uma melhor organização da classe e apoio de alguns partidos políticos nacionais. Essa mudança veio em razão do fato de que, em se tratando de problemas do campo, muito pouco vinha sendo feito no país, mesmo após o advento do Estatuto da Terra, promulgado em 1964, o qual se tornou um marco histórico da Reforma Agrária. Outro ponto relevante que resultou do descaso que os governos demonstravam quanto à essa questão, foi o acentuamento dos conflitos de campo, uma vez que, ao passo que havia um enorme contingente de terras improdutivas na posse de latifundiários, uma grande quantidade de trabalhadores com conhecimento do ofício não dispunha de locais para exercer suas atividades laborais (PEREIRA; LUCEIRO, 2000).

A partir da segunda metade dos anos 1960, com o objetivo de alinhar o setor rural com modelo de desenvolvimento industrial em processo de implementação no país, o Estado passou

a subsidiar créditos aos produtores rurais. Essas mudanças tinham como meta final internacionalizar a economia brasileira e acelerar o processo de industrialização do país. Contudo, a seletividade na liberação de créditos aos beneficiados favoreceu, em sua maioria, os grandes produtores (VAZZOLER, 2004). Com vistas a reverter esse quadro nacional conflitante por meio de uma proposta de Reforma Agrária, surge, durante ocupações realizadas em 1979, o MST, que seria formalmente constituído somente alguns anos depois, em 1984, durante o Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado na cidade de Cascavel, no estado do Paraná (PEREIRA; LUCEIRO, 2001; VAZZOLER, 2004; SANTALUCIA, 2006).

O MST é uma organização de caráter nacional, implantada em 24 estados ao longo das cinco regiões brasileiras, que reúne trabalhadores rurais e tem como um de seus princípios fundamentais o trabalho coletivo com o objetivo de lutar pela terra, pela Reforma Agrária e por uma sociedade livre de exploração. Com a finalidade de pressionar os governos para que ocorram desapropriações das áreas de assentamento de trabalhadores, realizam lutas massivas de ocupação de terras (PEREIRA; LUCEIRO, 2001; VAZZOLER, 2004; MST, 2021). O MST também é contra a revisão de terras dos povos indígenas e defende a permanência da autonomia para esses grupos; luta para assegurar a manutenção dos agricultores na região Nordeste a partir da redemocratização da água nas áreas de irrigação; trabalha para que os assassinos de trabalhadores rurais sejam punidos; e apoia a cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR), com seus tributos destinados à Reforma Agrária (PEREIRA; LUCEIRO, 2001).

Desde sua criação, por meio da luta e organização coletiva dos trabalhadores rurais, cerca de 350 mil famílias foram assentadas. A organização dos assentamentos no MST ocorre com base em uma estrutura participativa e democrática voltada à tomada de decisões, na qual todos têm o direito ao voto: jovens, adultos, homens e mulheres. Essa estrutura organizacional ocorre também em nível regional, estadual e nacional. Assim, nos acampamentos e assentamentos, são criados núcleos liderados por coordenadores e coordenadoras que têm por finalidade discutir as necessidades da área, sendo estruturados em torno da CONCRAB (VAZZOLER, 2004; MST, 2021).

Normalmente, os latifúndios desapropriados para assentamentos possuem pouca infraestrutura e benfeitorias. Assim, mesmo depois de assentadas, as famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é considerada apenas o primeiro passo para que a Reforma Agrária seja executada. Essa organização busca obter condições básicas para viabilização das áreas conquistadas, bem como a permanência e desenvolvimento das famílias, por meio da disponibilização de crédito para infraestrutura social e produtiva, assistência técnica, educação, etc. (PEREIRA; LUCEIRO, 2001; VAZZOLER, 2004; MST, 2021). Com

isso, buscam proporcionar aos assentados melhores condições para a aquisição de insumos e equipamentos para uso nas propriedades, de comercialização de seus produtos e de realização de conquistas diversas, como políticas públicas (MOREIRA, 2019).

[...] o MST tentava introduzir “valores coletivistas”, apresentando como forma de organização ideal a cooperativa de produção agropecuária, por meio da coletivização da terra e meios de produção, procurando alcançar uma escala produtiva que permitisse concorrer no mercado capitalista (SANTALUCIA, 2006, p. 20).

Para a manutenção da base estrutural do movimento pautada no pensamento coletivo, o MST emprega múltiplas técnicas e procedimentos, tanto para mudar as relações sociais reproduzidas nesse espaço, quanto para alterar as percepções que os indivíduos têm de si mesmos (DOMINGUES, 2016). Isto pois, a forma de trabalho coletivo parece estar em conflito com o espírito camponês associado ao trabalho familiar. Ao passo que uma parcela dos assentados não enxerga o trabalho em grupo como possibilidade de crescimento, há, por outro lado, pessoas que aderem ao coletivismo (OLIVEIRA, 2008). Em vista disso, é implementado um processo que corresponde ao trabalho material e simbólico de montagem das ações, comportamentos e atributos que definem uma nova identidade social daquela comunidade (DOMINGUES, 2016).

Segundo Marconi e Santos (2016, p. 176).

[...] o MST chegou ao cooperativismo coletivo ao perceber que, diante da competitividade em que opera a agricultura brasileira, os agricultores assentados não poderiam sobreviver apoiados em pequenos lotes individuais com mão de obra familiar, o que os fez aderir ao modelo cooperativista de organização.

Para o MST os assentamentos coletivos são locais de estímulo e poder para continuarem a luta pela Reforma Agrária, possibilitando o desenvolvimento de novas relações econômicas, sociais, e organização com base no espírito de amizade, solidariedade e sacrifício (SERRA, 2004). Nesse cenário, as cooperativas representam um conjunto atores que apresentam grande relevância para os locais nos quais desempenham suas atividades. Esse sistema não tem por objetivo gerar lucros, mas sim, oferecer condições que possibilitem a sustentabilidade e a rentabilidade da atividade dos produtores (BÜTTENBENDER, 2019).

Embora o trabalho cooperativo nos assentamentos coletivos não tenha por finalidade enriquecer os assentados, as cooperativas precisam enfrentar a concorrência acirrada com empresas privadas que atuam no mesmo segmento e que têm por objetivo resultados e lucros. Diante disso, as estratégias de mercado tornam-se fundamentais para que elas consigam se

inserir e se manter no mercado (BÜTTENBENDER, 2019). Considerando a dinamicidade do mercado, caracterizada pela constante mudança nas preferências dos consumidores, há uma tendência cada vez maior na demanda por produtos de qualidade e nos modos com que esses são produzidos. A evolução nas práticas de produção ou as mudanças políticas são fatores que podem afetar a demanda e o preço do produto local, desafiando os produtores na busca por maior eficiência na produção e comercialização (FERREIRA et al., 2018).

Em vista disso, as cooperativas precisam dispor de um amplo leque de estratégias de inserção no mercado. Dentre elas, ações de cooperação com o estabelecimento de parceiras a fim de eliminar fases de intermediação dentro dos canais de distribuição atuam como mecanismos importantes para se obter vantagem competitiva, uma vez que a formação de redes é uma característica própria de mercados competitivos. Além disso, os produtores buscam construir sua participação por meio de uma produção orientada pelo mercado a partir da adaptação de tecnologia às condições locais, mercado de proximidade e de nicho, e diversificação da organização produtiva. Nesse contexto, as cooperativas atuam como elementos estruturantes da cadeia produtiva dentro dos assentamentos coletivos do MST, viabilizando a comercialização e industrialização dos produtos e possibilitando o acesso aos mercados dinâmicos (FERREIRA et al., 2018).

No Brasil, diversos assentamentos coletivos de Reforma Agrária administrados através de cooperativas de produção pertencentes ao MST que deram certo foram investigados por pesquisadores, sendo relatados na literatura. Essas investigações visam principalmente identificar os aspectos que contribuem para seu sucesso. Assim, dentre as cooperativas que, assim como a COPAVI, podem ser citadas como exemplo, estão a Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste (COOPERUNIÃO), a Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (COPRAN), e a Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN).

A Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste – COOPERUNIÃO, faz parte do assentamento Conquista na Fronteira, sediado no município de Dionísio Cerqueira, estado de Santa Catarina, e segue os princípios de trabalho coletivo do MST. Essa cooperativa foi fundada em 1990 por trabalhadores pertencentes ao MST. A história da COOPERUNIÃO remete à história do MST em Santa Catarina, sendo uma das pioneiras a aderir ao modelo de trabalho coletivo no estado. No entanto, sua história teve início em 1988, quando ocorreram as primeiras ocupações da área por famílias transferidas pelo INCRA através do MST. Além disso, outro grupo de famílias do município foi assentado no local. Assim, o assentamento foi,

inicialmente, dividido em dois grupos de trabalho coletivo: o grupo 1 (famílias do município) e o grupo 2 (famílias do MST) (EID et al., 2015).

A partir da elaboração do regimento interno, em 1989, foram delimitadas as normas de funcionamento do assentamento e os objetivos de produção do mesmo, que englobavam a produção para a alimentação (de curto prazo), voltada ao autossustento das famílias assentadas; produção para comercialização (de médio prazo), que enfocava na alimentação das famílias e na comercialização *in natura* dos excedentes; e produção e industrialização (de longo prazo), que visava agregar valor à produção por meio da industrialização primária, a fim de proporcionar melhores condições econômicas aos assentados. A entrada dos assentados do grupo 1 foi articulada após a realização de um curso de formação direcionado a todo o assentamento, concretizando-se em 1992. Contudo, todas as famílias do grupo 1 passaram a integrar o quadro social da cooperativa somente em 1994, quando houve a unificação dos grupos (EID et al., 2015).

Os setores estratégicos da cooperativa que receberam os maiores investimentos econômicos foram a produção e industrialização do frango de corte, produção de peixe, de leite *in natura*, de erva mate *in natura*, de milho, de soja e de trigo, além da produção voltada à subsistência dos assentados. Em 2004, por meio de um financiamento realizado pela cooperativa, as condições de moradia dos cooperados tiveram uma melhoria significativa, resultando na construção de 52 casas de alvenaria. Também foi inserida uma política de empréstimo financeiro aos cooperados. Em 2007, a COOPERUNIÃO adentrou a agroindustrialização por meio da construção de um abatedouro de aves com capacidade de abate de 1000 aves/hora, que iniciou suas atividades operando com capacidade menor que 30% e em 2011 já operava com 70%, realizando produção própria, comercializada com a marca Terra Viva, e prestando serviços à terceiros (EID et al., 2015).

Em 2010, a COOPERUNIÃO já contava com 48 famílias, somando 154 sócios entre homens, mulheres e jovens. Entre os anos de 2008 e 2010, o faturamento médio anual foi de R\$ 2 milhões (EID et al., 2015). Toda essa estrutura produtiva e social teve como base os princípios do trabalho cooperativo empregado pelo MST, fato que contribuiu significativamente para o estabelecimento, manutenção e crescimento da COOPERUNIÃO, representando uma das cooperativas de produção pertencentes ao MST que, assim como tantas outras, deram certo.

A Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa – COPRAN, localizada no Assentamento Dorcelina Folador, no município de Arapongas – PR, é outra cooperativa pertencente a um assentamento coletivo organizado de acordo com a estrutura do

MST. Embora tenha sido fundada em 1997, a COPRAN foi instalada no assentamento somente em 2013, pois inicialmente foi centrada em vários assentamentos situados no município de Tamarana, região norte do Estado do Paraná. Fatores como a falta de estrutura adequada, mão de obra qualificada e de uma gestão eficiente foram uns dos principais problemas que marcaram os primeiros anos dessa cooperativa, que atuava com atividades de comercialização de insumos agrícolas. Em vista disso, interrompeu suas atividades em 2003 (MARCONI; SANTOS, 2016).

Em 2005, a necessidade de um modelo adequado de gestão e produção no Assentamento Dorcelina Folador, fez com que os assentados apresentassem uma proposta de troca da sede administrativa da COPRAN para Arapongas, local do assentamento. O projeto foi aprovado no final do ano de 2009 e a COPRAN foi inaugurada em fevereiro de 2013. Atualmente, a cooperativa conta com um grupo gestor composto de cinco pessoas, escolhidas por competência e participação nas atividades do MST, e tem pouco mais de 900 associados inscritos, que são assentados do MST. O produto de maior comercialização da COPRAN é o leite, mas também dispõe de uma fábrica de muçarela e iogurte e atua no ramo de aluguel de máquinas agrícolas aos assentados (MARCONI; SANTOS, 2016).

Ao longo dos anos, motivada pela estrutura de trabalho conjunto, a COPRAN conseguiu a industrialização e comercialização de seus produtos, além de projetos de financiamento e aluguel de máquinas agrícolas. A readequação do estatuto e da estrutura da cooperativa possibilitou alcançar uma de abrangência estadual. Em parceria com a COANA, localizada na cidade de Querência do Norte, trabalham com a mesma marca Campo Vivo. Segundo Marconi e Santos (2016), dentre as principais razões para o seu sucesso, está o interesse coletivo dos produtores. Ainda de acordo com os autores, possivelmente, tamanho desenvolvimento não teria sido alcançado por meio do trabalho individual. Portanto, a COPRAN também representa uma das cooperativas de produção do MST que deu certo.

A Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita – COOPAN, está inserida no Assentamento Capela, localizado no município de Nova Santa Rita – RS, que integra a Região Metropolitana de Porto Alegre. A COOPAN foi fundada em 1995, por 45 famílias assentadas, tendo sua atividade econômica baseada no cooperativismo e nos preceitos do MST. Dessa forma, todas as ações e decisões da cooperativa são realizadas conjuntamente. As atividades produtivas têm como base o cultivo de alimentos orgânicos, como arroz, produção de leite, produção de eucalipto e acácia, além da bovinocultura e suinocultura (SANTOS; MASSUQUETTI, 2017).

A COOPAN buscou, ao longo do tempo, aprimorar suas técnicas, a fim de produzir produtos de qualidade e conquistar o mercado local. Santos e Massuquetti (2017) destacam a

relevância da COOPAN para o MST. Ela é considerada um exemplo de produção/renda, de trabalho coletivo, de qualidade de vida, uma vez que contribuiu para proporcionar aos assentados melhores condições de vida, além de favorecer o aumento do nível socioeconômico do município. Assim, as cooperativas, como instituições que visam o progresso econômico e bem-estar de seus sócios, podem ser vistas como atores envolvidos diretamente no processo de desenvolvimento local (SANTOS; MASSUQUETTI, 2017).

Portanto, todas as cooperativas mencionadas aqui, dentre muitas outras vinculadas ao MST distribuídas pelo país, apresentam diversos pontos em comum. O histórico de luta desses grupos e as dificuldades enfrentadas são bem evidentes, dificuldades estas que muitas vezes extrapolam as condições precárias de sobrevivência nos acampamentos. Porém, apesar de todos os desafios e pressão sofridos, obtiveram sucesso e cresceram de forma significativa, cada uma com suas particularidades, sua cultura e suas formas de cultivo. O principal aspecto comum entre elas e que contribuiu para sua consolidação foi o seu vínculo com o MST, empregando seus princípios, linhas políticas e símbolos definidos como base para a construção do ambiente de trabalho e da consciência coletiva entre os assentados.

Desse modo, com o apoio do MST, as cooperativas têm conseguido se estruturar e se desenvolver. O suporte prestado pelo movimento aos trabalhadores é um aspecto crucial na criação das cooperativas em assentamentos coletivos. Esse impacto positivo do MST enquanto movimento de luta pela terra já é reconhecido internacionalmente em decorrência da sua atuação na busca pela melhoria da qualidade de vida e distribuição de terras aos grupos menos favorecidos ao longo dos anos, fazendo com que esse movimento se apresente amplamente distribuído no território nacional. Entretanto, ainda são poucas as experiências que servem como referência para a compreensão de que a consolidação e sucesso do trabalho conjunto não necessitam ter como base os pilares fundamentais da ideologia capitalista, voltada a subalternidade e a suposição de uma necessidade de gerência que ordene aos trabalhadores suas respectivas funções.

### 3.2 TRABALHAR JUNTO: AS DIFICULDADES E AS FACILIDADES

Os assentamentos rurais no Brasil são constituídos, em sua grande maioria, por lotes individuais. Por ficarem praticamente sozinhas, cada uma em seu lote, as famílias tendem a enfrentar uma sobrecarga decorrente da falta de recursos financeiros para garantir a produção e, especialmente, o escoamento das vendas de todos os produtos provenientes de sua mão de obra. Consequentemente, há uma tendência de queda dos preços agrícolas devido a situação

econômica desfavorável à qual as famílias se submetem. A ausência ou insuficiência de políticas agrícolas governamentais de estímulo à produção somam-se a isto, inviabilizando ou restringindo ainda mais a agricultura familiar (SANTALUCIA, 2006; SCOPINHO, 2012).

Nesse cenário, muitos assentamentos distribuídos país a fora enfrentam problemas estruturais, deficiência de assistência técnica, venda irregular de lotes, problemas de comercialização de produtos, dependência de créditos subsidiados e evasão rural, levando muitas vezes à sua emancipação (SANTALUCIA, 2006). Essa situação é muito comum na agricultura e superar esses obstáculos sozinho é praticamente impossível para a maioria dos assentamentos individuais (SCOPINHO, 2012). Diante disso, os assentamentos que enfrentam problemas como as baixas taxas de desenvolvimento e dependência podem se beneficiar da prática da coletivização e cooperação agrícola trazidas pelo MST.

A coletivização de assentamentos orienta a convivência e o trabalho conjunto entre sujeitos de diferentes matrizes e valores, provenientes de diversas regiões, com histórias marcadas pela migração. Nas últimas décadas, o princípio do trabalho coletivo contribuiu significativamente para que diversos assentamentos obtivessem mais sucesso e conseguissem sobreviver ao trabalho de muitas famílias (SANTALUCIA, 2006; SOUZA, 2016). No entanto, há um número amplo de outras potencialidades alimentadas pela adversidade que o trabalhador assentado experimenta em seu cotidiano de trabalho no que diz respeito ao “trabalhar junto”. O problema, muitas vezes, é a dificuldade de organização do grupo, justamente o que justamente o que se acredita ter um impacto significativo na expressão de interesses comuns (SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2004).

Para Souza (2016), aderir ao princípio do “pensar coletivo” ainda é uma tarefa complexa, mesmo que parte dos assentados já tenha clareza sobre a necessidade da manutenção da cooperação. Assim, para a maioria deles, ajustar seu tempo para conciliar as atividades de grupo com o tempo gasto na manutenção das atividades dentro do próprio lote parece difícil (SOUZA, 2016). Além disso, a busca por um crescimento financeiro baseado em competição a qualquer custo com outros empreendimentos pode se sobrepor à cooperação, uma vez que a cultura capitalista inserida na sociedade atual banaliza os princípios construídos a partir do trabalho cooperativo. Em vista disso, o incentivo a atuação política de todos os associados dentro da cooperativa é uma das estratégias do MST voltadas à manutenção da relação de cooperação e solidariedade nos assentamentos coletivos, ao fortalecimento dos laços comunitários e, conseqüentemente, à sobrevivência e permanência na terra (SCOPINHO, 2012; EID et al., 2015).



De acordo com Siqueira et al (2012), na visão do MST, o cooperativismo não é uma simples atividade econômica, mas uma forma de “construção do ser social”, na qual objetivam fortalecer a solidariedade e romper com o individualismo por meio da realização de atividades em conjunto. Além da busca pelo desenvolvimento econômico voltado à melhoria da qualidade de vida dos assentados, o modelo de trabalho coletivo do MST incentiva os participantes a produzir estruturas sociais, a encontrar novas formas de organização e a pensar coletivamente. Nessa perspectiva, quando as cooperativas crescem, há uma tendência em criar um agente econômico mais forte do que aquele criado a partir do trabalho individual. Além disso, o trabalho cooperativo proporciona vantagens em negociações com agentes econômicos externos tanto pelo poder de compra ou venda quanto por meio da barganha (SIQUEIRA et al., 2012).

Portanto, apesar das dificuldades de desenvolvimento de uma consciência coletiva voltada ao trabalho conjunto, o modelo de cooperação difundido pelo MST é visto como vantajoso em relação ao modelo individual, uma vez que todos os assentados são beneficiados de forma conjunta, o que facilita o crescimento e desenvolvimento do assentamento a partir da aquisição de instalações, compra de maquinários e implementos agrícolas e consequente acúmulo de patrimônio por parte das cooperativas. Esses investimentos podem induzir ao aumento da produção e, por conseguinte, de receita, que ao final será dividida entre os assentados e/ou utilizada para investir ainda mais em prol do benefício coletivo, como na compra de novos equipamentos, insumos e animais ou melhorias no assentamento voltadas à estrutura, saúde, educação e lazer (SANTALUCIA, 2006). Essas vantagens proporcionadas pelo sistema cooperativista beneficiam não só os produtores rurais associados, mas também a sociedade na qual está inserida (BÜTTENBENDER, 2019).

Dessa forma, a implementação do trabalho conjunto, fundamento base dos assentamentos coletivos do MST, tem como obstáculo sua inserção em uma sociedade contraditória, historicamente marcada por relações sociais e de produção capitalistas. Nesse cenário, os movimentos sociais de resistência têm ganhado cada vez mais força, e o MST tem grande papel no processo de consolidação da maioria deles. Assim, embora a hegemonia da economia capitalista cuja cultura predominante está pautada na subordinação ainda prevaleça no cenário nacional, o enfrentamento dos desafios de maneira coletiva apresentou-se primordial. O “trabalhar junto” ocorre a partir do amadurecimento dos conhecimentos e culturas de grupo, com vistas ao desenvolvimento de coesão social por meio da responsabilização individual para formação de uma consciência coletiva. Para iniciativas que buscam ser plenamente autogestionárias, essa ampliação da capacidade de resistência obtida a partir das cooperativas torna-se, portanto, estratégica e fundamental.

### 3.3 REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ: A RESISTÊNCIA AO COLETIVO

A ocupação do território paranaense foi caracterizada por políticas públicas e privadas voltadas à distribuição de terras por meio de loteadoras, pelo desmatamento, rápida ocupação das áreas e estímulo ao desenvolvimento. A partir da espacialização dos conflitos e da luta pela terra que marcaram o estado, é possível compreender como o espaço agrário paranaense está organizado, bem como seu dinamismo social (FABRINI; ROOS; MARQUES, 2007). Essa conquista de terras desempenhou e ainda desempenha um papel importante na história, uma vez que está intimamente relacionada ao poder (FRANÇA, 2011).

Na região oriental do estado, a colonização se deu principalmente pela concessão de terras e pelo comércio de gado tropeiro, fatores responsáveis pela transformação dos membros da aristocracia em pecuaristas. Mesmo com o controle da emissão de títulos de propriedade e concessões de uso, o Estado Imperial Brasileiro (1822-1889) passou por uma desordem fundiária e consequentes conflitos nas frentes de ocupação. Em vista disso, o domínio das terras públicas foi devolvido ao Estado que, controlado pelas oligarquias agrárias regionais, passou a privilegiar sua venda e concessão para os grandes fazendeiros nacionais e empresários estrangeiros, que dispunham de capital e prestígio social suficientes para subornar autoridades e obter favores (MARQUES, 2008).

Apesar da vigência do regime de comercialização de propriedades, foi nesse mesmo contexto que, em meados do final do século XIX e início do século XX, as terras ocidentais do Paraná também foram concedidas aos grandes fazendeiros e empresários estrangeiros com o dever de colonizá-las. Entretanto, ao longo desse período, essas áreas passaram por intensa exploração de seus recursos, sem efetivo povoamento da região. Além disso, a presença de povos indígenas, posseiros e agregados nas regiões florestais fizeram emergir conflitos agrários pelo uso do espaço. Assim, em razão do interesse em colonização das áreas da região Noroeste, o governo estadual reavio as terras griladas, as colonizou e concedeu novamente na década de 1940 para as frentes colonizadoras sulista e nortista. Em 1960, essas frentes encontraram-se na região de Campo Mourão (MARQUES, 2008).

Na década de 1950, a formação da chamada Guerrilha de Porecatu marcou o intenso conflito e luta por terras entre camponeses e latifundiários nas terras de Porecatu e Jaguapitã, quando os donos das propriedades passaram a resistir aos despejos por meio da violência e o do uso de armas de fogo. Nesse mesmo período, a cidade de Francisco Beltrão recebeu camponeses provindos da região Sudoeste que foram expulsos de suas terras por uma manobra

realizada pelo governo estadual. No início dos anos 1969, a militarização da questão agrária e a criação do Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná foram empregados como medidas para resolver os problemas referentes às ocupações (MARTINS, 1990).

As mobilizações passaram a ser contidas por meio de repressões ainda mais extremas pelas forças militares durante o período da ditadura, que teve início em 1964, caracterizando a história brasileira e paranaense. No final da década de 1970, surge na região Oeste o Movimento Justiça e Terra no Paraná, organizado pela Comissão Pastoral da Terra, que tinha como objetivo reivindicar a justa indenização aos agricultores expropriados pela construção da barragem de Itaipu. Foram montados acampamentos nos quais eram realizadas assembleias diárias, o que possibilitou um crescimento político e social e serviu como base para a criação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO) no ano de 1981, um forte movimento de agricultores sem-terra na região Oeste do estado. O MASTRO passou, então, a coordenar a ocupação de vários latifúndios no estado e pouco tempo depois outras frentes de luta surgiram no Norte do Paraná, como o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná (MASTEN) e no Sudoeste, como o Movimentos dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES) (FABRINI; ROOS; MARQUES, 2007).

. Em 1996, aconteceu a maior ocupação de terra no Brasil pelo MST, na qual mais de 3.000 famílias acamparam em 83.000 hectares na fazenda Giacomet, no município de Rio Bonito do Iguçu – PR. Em 1995, a frente de luta comandada pelos agricultores atingidos pelas barragens do rio Iguçu reassentou 615 famílias nas regiões Oeste e Sudoeste do estado (FABRINI; ROOS; MARQUES, 2007).

Em meados de 1998, áreas localizadas nos municípios de São Miguel do Iguçu, Mariluz e Ibema foram ocupadas e acampadas por frentes lideradas por brasiguaios. Os brasiguaios eram grupos de brasileiros, muitos deles paranaenses, que migraram para o Paraguai, sobretudo na década de 1970. Em decorrência da erradicação dos cafezais e da tecnificação do trabalho agrícola, esses trabalhadores foram dispensados de suas funções, ficando desempregados e sem-terra. Em busca de terras baratas e com promessas de financiamento facilitados pelos agenciadores, acabaram migrando para o Paraguai. Contudo, a partir de 1983, crises econômicas e políticas, bem como problemas relacionados à regularização de suas terras, fizeram que essas pessoas retornassem ao Brasil pobres e sem-terra, da mesma maneira que partiram. Assim, embora presentes nas lutas de terras no Paraná há bastante tempo, os brasiguaios passaram a atuar de forma mais intensa durante as ocupações realizadas em 1998 (MARQUES, 2008).

De acordo com os registros apresentados, verifica-se que as regiões que se caracterizaram por mais ocupações durante a década de 1980 foram as regiões Oeste, Sudoeste e Central, enquanto a Noroeste vem a se destacar somente a partir da década de 1990, principalmente pelas ocupações nos municípios de Querência do Norte, Santa Isabel, Santa Cruz do Monte Castelo e Marilena. Durante esse período, essas áreas foram marcadas por manifestações, ocupações, despejos e ações de violência generalizada, incluindo o assassinato de diversos líderes do movimento. Apesar dos desafios, a cada despejo realizado, os sem-terra responderam com novas ocupações. Como exemplo, destacam-se as ocupações realizadas em Cascavel, Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu na década de 1990. Já a partir dos anos 2000, o Oeste do Paraná, constituído como região origem dos movimentos dos sem-terra, emerge novamente como um espaço de lutas e conflitos. Desse modo, houve uma espacialização da luta pela terra por todo o território paranaense, que não se concentrou em um único centro, mas de forma heterogênea (FABRINI; ROOS; MARQUES, 2007).

Esse contexto histórico da luta pela redistribuição de terras no território paranaense foi marcado pela “resistência ao coletivo”, isto é, a relutância entre os assentados pela adesão às formas de trabalho coletivo. Embora tenha sido demonstrado ao longo desta e de outras pesquisas as diferentes frentes dessa abordagem e os benefícios e trajetórias de sucesso dos assentamentos que optaram por seguir o modelo de trabalho coletivo difundido pelo MST, foram poucos os assentamentos que realmente aderiram tal modelo. Por meio do trabalho coletivo, busca-se viabilizar não somente a permanência dos assentados nas terras conquistadas, mas também oportunizar seu desenvolvimento econômico, social, político e cultural (ANDRADE NETO, 2015).

A cooperação significa, no âmbito das relações de trabalho, a capacidade de sobrevivência econômica a partir da renda monetária gerada direta ou indiretamente do aumento da produtividade e da redução dos custos de produção, a possibilidade de melhorar a infraestrutura produtiva e o aprendizado de formas solidárias e agroecológicas de trabalhar a terra. No âmbito sociocultural, explicita ainda mais a diversidade e heterogeneidade dos trabalhadores no que tange aos seus projetos de vida e de trabalho, e na predominância de valores individualistas, contribuindo para a manutenção de uma tendência entre os assentados de refutar a cooperativa como modelo organizacional (SCOPINHO, 2007). Para Carvalho (1999, p. 32):

[...] no processo de constituição do assentamento, grupos sociais de comportamento muito distintos entre si, encontraram-se numa interação social face a face, independentes das suas vontades. Isso não significa necessariamente que estes grupos sociais ao interagirem tenham

vido ou seriam desarticulados, e tendentes para o processo de homogeneização social simplesmente pelo fato de pertencerem agora a um mesmo assentamento.

A identidade social dos assentados está relacionada à como se dá a construção individual do sujeito que estabelece essas relações de trabalho, o que influencia diretamente no processo de adesão às formas de trabalho coletivo, uma vez que, diante de uma sociedade construída sob um contexto capitalista, o pensamento individualista sobrepõe a ideia de interdependência funcional a partir do trabalho cooperativo. Diante dessa perspectiva, a busca pela obtenção de benefícios pessoais atua como base para a criação de comunidades resistentes à alternativa conjuntural para superação de dificuldades colocadas à pequena agricultura, constituídas pelas cooperativas (TERRA LIVRE, 2002).

Segundo o entendimento do MST, existe uma necessidade de organização de cooperativas nos assentamentos para criar condições favoráveis ao desenvolvimento das forças produtivas e inclusão dos assentados no mercado. A partir dessa organização, criam-se condições para inverter o ordenamento social regido pelo capital, uma vez que o coletivo forjado na esfera política das relações de cooperação no campo é marcado essencialmente pela busca de eficiência econômica como forma de viabilizar as lutas nos assentamentos. Todavia, a falta de consciência coletiva formada a partir da divisão do trabalho constitui um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento do trabalho coletivo nos assentamentos do MST (TERRA LIVRE, 2002). Esse fato de grande parte dos assentados não possuir uma “consciência coletiva”, tem como causa a forma como os camponeses estão inseridos no processo produtivo.

Os camponeses pôr serem produtores autônomos de mercadorias não visualizam de forma clara o seu explorador (não há patrão). Por não compreender o seu processo de exploração, tende sempre a dirigir sua contestação ao Governo, reivindicando sempre melhores condições de preço. Por não entenderem a sua posição e situação de classe, desenvolve uma consciência corporativa e economicista. Estes camponeses pôr organizar o seu processo produtivo de forma familiar (sem divisão técnica do trabalho) e com base na propriedade privada, tende a construir uma visão de mundo subjetivista e oportunista (CONCRAB, 2001, p. 7).

Portanto, nos assentamentos rurais, mesmo que a comunidade já tenha estabelecido uma autonomia e esteja politicamente preparada para o exercício da cooperação, o trabalho coletivo não depende apenas da criação de cooperativas, do treinamento de habilidades ou da educação dos sujeitos para o exercício do trabalho coletivo. É fundamental que uma concepção de cooperação que extrapola o econômico seja construída através de canais de articulação e formação política-ideológica e mecanismos de institucionalização, a fim de superar os obstáculos concretos que atuam como pilares na resistência às práticas de cooperação. Além

disso, é indispensável que o conjunto de condicionantes estruturais que viabilizam aos assentamentos a criação de condições de infraestrutura e sem as quais não se sustenta sua organização, obtidos a partir das políticas de reforma agrária.

## CAPÍTULO 4

### AS DIFERENTES FACES DO COOPERATIVISMO DE PRODUÇÃO

*"Assim vejo este momento  
No enfrentamento com os poderosos  
Querendo impor seu projeto  
Demonstrando um poder raivoso  
Parecesse gente de outro mundo  
Transformando o velho latifúndio  
Em Agrotóxico projeto perigoso*

*O latifúndio e o poder financeiro  
Querendo dominar a nação  
Comprando deputados e nossas terra  
Aproveitando um governo vendilhão  
O governo pôs a venda o país  
Fazendo brasileiros infeliz  
A serviço da destruição*

*Modelo capitalista excludente  
Perigoso e muito arrogante  
São pouco mas são poderosos  
Sempre foram classe dominante  
São cheios de contradição  
Tem medo de povo e organização  
Somos os Davis vezes Golias gigante".*

A economia solidária foi criada nos primórdios do capitalismo industrial no início do século XIX pelos próprios operários, como resposta ao desemprego e à pobreza resultantes da difusão desregulamentada do motor a vapor e das máquinas e ferramentas industriais. Nesse cenário, por meio da estruturação dos valores básicos do movimento operário sintetizados na ideologia do socialismo, pautados na igualdade e na democracia, as cooperativas vieram como tentativas por parte dos trabalhadores de reaver trabalho e autonomia econômica, aproveitando-se das novas forças produtivas. Essa rejeição da reconhecida base do capitalismo, marcada pela separação entre trabalho e a posse dos meios de produção, caracteriza um aspecto primordial das organizações que atuam por meio da economia solidária (SINGER, 2001). Além desses aspectos, o cooperativismo apresenta diversas outras características marcantes. Entretanto, é preciso destacar que não existe apenas um modelo de cooperativa e que cada um desses modelos apresenta inúmeras particularidades que os definem e diferenciam.

Dessa forma, este terceiro capítulo tem como objetivo apresentar as diferentes faces do cooperativismo, em especial, do cooperativismo de produção. Para isso, foi dividido em três tópicos. No primeiro deles, buscou-se caracterizar o cooperativismo de produção, apresentando seu histórico, conceitos, entendimentos e seus principais aspectos, voltando-se para a compreensão de como o cooperativismo atua positivamente para que as organizações obtenham sucesso sem a necessidade de adoção do modelo capitalista. O segundo tópico, discorre sobre como a questão cultural influencia na adesão ao modelo cooperativista entre as organizações no Brasil. Por fim, o terceiro tópico foi desenvolvido com o objetivo de discutir sobre a resistência ao modelo de trabalho coletivo em decorrência do sistema capitalista difundido do país, trazendo algumas teorias de estudiosos voltadas à emergência da cooperação entre os trabalhadores na busca pelo sucesso das cooperativas.

#### 4.1 COOPERATIVISMO DE PRODUÇÃO: CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS

No Brasil, as cooperativas de trabalho e de produção aparecem inevitavelmente em qualquer referência de Reforma Agrária. No entanto, o cooperativismo no país vem sob uma face dupla e contraditória. Por um lado, é considerado um instrumento eficaz e rotineiro de organização econômica da agricultura latifundiária, de abastecimento interno e de exportação. Por outro lado, é apresentado sistematicamente como uma solução para a comercialização de produtos agrícolas de pequenos produtores. Assim, o cooperativismo tem sido visto como instrumento adequado tanto no agronegócio, em termos organizacionais, quanto na agricultura



familiar, por meio da promoção socioeconômica através de políticas de desenvolvimento (RIOS, 2017).

Contudo, antes de apresentar as principais características do cooperativismo, é preciso esclarecer que o cooperativismo e a cooperação são caracterizados como processos sociais distintos, conforme apresentado por Scopinho:

Cooperativismo é um movimento social ou doutrina, cuja corrente hegemônica é a rochdaleana, que se caracteriza pela preocupação política de transformação social aceitando a ideia de que a infraestrutura pode determinar mudanças na superestrutura social. Cooperação é ação social articulada, alinhada por objetivos comuns para solucionar problemas concretos que, por sua vez, é aqui entendida em dois sentidos: (a) como ação-padrão, racionalmente construída à luz de um código e desenvolvida no interior de cooperativas por sujeitos inseridos numa certa divisão social do trabalho, os quais têm objetivos comuns e compartilham benefícios ou prejuízos de forma equitativa (por exemplo, o que se pratica de acordo com o regimento interno); (b) como ação espontânea inerente a determinados grupos e derivada de suas tradições e costumes, pré-existente às instituições, fundamentada na reciprocidade adiada – a retribuição é feita quando for possível ou conveniente – ou instantânea – a retribuição é imediata (SCOPINHO, 2007, p. 85).

Considerando que o cooperativismo se trata de um movimento social e que a cooperação é caracterizada como uma ação, um sistema de cooperação não necessariamente é pautado num sistema cooperativista. De acordo com Marx, o termo cooperação refere-se à “forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (MARX, 1988, p. 374). Scopinho, por sua vez, apresenta o seguinte entendimento sobre a cooperação:

No âmbito das relações de trabalho, a cooperação significa, por um lado, a ampliação da capacidade de sobrevivência econômica através da obtenção de renda monetária, direta e/ou indireta, maior (gerada, principalmente, pelo aumento da produtividade do trabalho e da redução dos custos de produção); o aprendizado de formas solidárias e agroecológicas de trabalhar a terra; a possibilidade de melhorar a infraestrutura produtiva, entre outras vantagens. Por outro lado, o trabalho cooperado explicita ainda mais a diversidade sociocultural e a heterogeneidade dos projetos de trabalho e de vida existentes, as divergências e a predominância dos valores individualistas e, na prática, não elimina as desigualdades e as relações de subordinação típicas do trabalho heterogerido. Contudo, fora do trabalho, no cotidiano das famílias, a cooperação espontânea dá continuidade ao movimento político de luta pela melhoria das condições de vida, amplia e dinamiza as formas e as redes de convivência social que favorecem a resistência e a permanência no assentamento, chegando mesmo a configurar um padrão de assistência social próprio, uma vez que a escassez generalizada torna precárias as condições de vida nesses espaços (SCOPINHO, 2007, p. 84).

A cooperação apresenta, portanto, diferentes faces, atuando positivamente tanto para o desenvolvimento econômico de um assentamento por meio do aumento da receita, quanto para o desenvolvimento social e cultural dessa comunidade, que trabalha de forma conjunta com um

objetivo principal em comum: o sucesso do assentamento. O espírito de trabalho coletivo criado a partir da prática também compõe parte do movimento político voltado a disseminar o trabalho conjunto como meio da melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, ao mesmo tempo que amplia sua capacidade de relação interpessoal e criação de vínculos que contribuem para a manutenção do próprio assentamento.

O cooperativismo baseado na corrente rochdaleana teve origem em 1844, com a criação da *Rochdale Society of Equitable Pionner*, em Rochdale, na Inglaterra, pelo movimento operário, sendo considerado um marco do movimento cooperativista global. Essa cooperativa foi fundada com o objetivo de contornar os efeitos perversos do capitalismo. O sucesso da iniciativa passou a ser considerado como exemplo para a fundação de novas cooperativas, de forma que, até hoje, seus princípios morais e condutas são considerados a base do cooperativismo autêntico. Por sua forma igualitária e social, o cooperativismo passou a caracterizar: “[...] uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social” (PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO, 2016, *on-line*).

A organização cooperativista apresenta uma natureza dupla. Por um lado, constitui-se por um grupo sob o aspecto sociológico, ou seja, é principalmente uma associação na qual os membros são os proprietários e mantenedores da organização. Por outro lado, é uma empresa conjunta de empreendimentos econômicos de seus associados. Nesse contexto, promover economicamente e socialmente seus membros é um dos principais objetivos das cooperativas. A priorização dos benefícios no processo de administração deve focar tanto nos retornos derivados das operações dos cooperados com a cooperativa, quanto no seu próprio fortalecimento, em detrimento dos ganhos econômicos a curto prazo. Por isso, é preciso balancear as vantagens dos cooperados como usuários e dos donos da cooperativa (BARREIROS et al., 2019).

O modelo de associação do cooperativismo é caracterizado basicamente por propriedade, gestão e repartição cooperativa. A propriedade cooperativa define uma associação de pessoas e não de capital, ou seja, independentemente das contribuições financeiras individuais para a constituição da sociedade, a propriedade é atribuída a todos os associados. A gestão cooperativa indica que cabe à assembleia dos associados o poder de decisão último. A repartição cooperativa determina que a divisão das sobras financeiras ao final de um ano de trabalho deve ser realizada de maneira diferente daquela feita em uma empresa capitalista, sendo o capital social uma marca distinta dessa forma de organização. De acordo com a proporção do uso dos serviços comuns, qualquer benefício econômico direto resultante das atividades é dividido entre os associados, tendo como princípio fundamental a restituição do

excedente disponível do trabalho aos cooperados segundo suas participações nas operações comerciais. Portanto, por ser realizado a partir de um trabalho conjunto, as atividades desenvolvidas pelas cooperativas funcionam como um meio de levar mais à risca efetiva e economicamente determinadas funções (RIOS, 2017).

Cabe destacar que, de modo geral, as cooperativas de produção não têm nada em comum com o Movimento Cooperativo Tradicional. Além do elevado número de sócios e capitalização pela autogestão, na prática, as decisões nas cooperativas tradicionais são tomadas em grande parte pelos sócios majoritários e são mais voltadas à competição do mercado e aumento do capital (PINHO, 2004). As cooperativas de produção, por sua vez, são constituídas por associados que contribuem para o processo de produção de bens e produtos, de maneira que a propriedade dos meios de produção é dos próprios cooperados e não há distinção entre patrão e empregado (SESCOOP/RS, 2021).

Como resposta à reestruturação econômica capitalista e a sua conseqüente precarização do trabalho e da vida social, a organização dos produtores com base no modelo cooperativista de autogestão é caracterizada pela gestão democrática; pela propriedade comum de capital; pela igualdade dos direitos de todos os membros; e por uma distribuição mais igualitária (SINGER, 2001). Nesse sentido, entre os seus aspectos positivos, destacam-se a valorização da flexibilidade na organização do trabalho, pautada na maior participação e autonomia do trabalhador. Para isso, valorizam o conhecimento dos operários, o trabalho em equipe e distribuem as funções por meio de células de produção (LIMA, 2004).

Com base em suas características, o cooperativismo de produção tem sido considerado o melhor modelo a ser implementado dentre as cooperativas fundadas nos assentamentos de Reforma Agrária, conforme discutido nos capítulos anteriores e apresentado, ainda, no quarto capítulo deste estudo. A estruturação organizacional dos assentamentos com base nesse modelo contribui para eliminar as barreiras econômicas, sociais e geográficas que atuam de encontro ao estabelecimento e manutenção dos trabalhadores no campo, facilitando desde o processo de produção até a comercialização e geração de renda às famílias. Assim, as cooperativas contribuem para o engajamento de grupos menos favorecidos nos projetos de desenvolvimento, gerando empregos, renda e certa justiça social.

#### 4.2 COOPERATIVISMO NO BRASIL: UMA QUESTÃO CULTURAL

Desde a colonização portuguesa, a união dos jesuítas por meio do trabalho coletivo voltado à catequização dos povos indígenas mostra o processo de criação de uma cultura de

cooperação ao longo da evolução do cooperativismo no Brasil. Contudo, foi somente a partir do século XX que essa cultura de cooperação emergiria no país, abrindo caminho para a criação e expansão de cooperativas dos mais diversos ramos. Esse processo de crescimento teve início em 1889, com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais (PINHO, 2004), sendo a primeira iniciativa liderada por trabalhadores livres após a extinção do escravismo no país, atuando com base na mesma linha dos princípios de Rochdale (LUZ FILHO, 1961).

A partir de então, os anos seguintes foram marcados pela fundação de outras diversas iniciativas, como, por exemplo, a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em 1891 no estado de São Paulo; a Cooperativa Militar de Consumo, em 1894 no Distrito Federal; e a Cooperativa dos Empregados da Companhia Paulista, em 1897. Ainda, o ano de 1911 foi marcado pela fundação da primeira cooperativa Central de caráter nacional, no estado do Rio de Janeiro, denominada Cooperativa Central dos Agricultores do Brasil (LUZ FILHO, 1961).

A legislação cooperativista no país, por sua vez, foi considerada vaga e imprecisa até a regulamentação das sociedades cooperativas, em 1932, a qual foi incorporada a outros assuntos. Assim, por meio do Decreto nº 22.239, mesmo com as imprecisões de redação, o cooperativismo foi regulamentado de acordo com os princípios dos Pioneiros de Rochdale, fato que possibilitou a existência do verdadeiro cooperativismo no país (LUZ FILHO, 1961). Esse marco evidencia o início do interesse pela prática cooperativista por parte do Estado brasileiro, passando a ser fomentada pelo governo como importante instrumento de emprego e disseminação de políticas públicas direcionadas ao setor agrário (NEVES; CASTRO; FREITAS, 2019).

Desde então, as cooperativas passaram por diferentes fases, marcadas tanto por épocas de expansão como de desaparecimento em decorrência de períodos mais agudos de crise. Em 2004, após registrar queda no número de cooperativas, o movimento ganhou força, passando a se manter razoavelmente estável. Todavia, a distribuição das cooperativas pelo território brasileiro é considerada heterogênea, evidenciando as diferenças regionais no país, além da disparidade marcante no que diz respeito à consolidação dessas organizações entre as regiões no território nacional, o número de estabelecimentos agropecuários e taxas de produção. Essas diferenças são reflexo das condições de mercado de trabalho, infraestrutura, localização e, para o caso específico do processo de cooperação, das questões culturais e históricas (NEVES; CASTRO; FREITAS, 2019).

A questão cultural que caracteriza o cooperativismo de produção no Brasil surge a partir de um processo lento e complexo que qualifica a formação de uma cultura autogestionária. Esse fato ocorre porque, para a construção de um relacionamento de sucesso pautado no cooperativismo, é preciso de confiança e comprometimento entre as partes envolvidas, ou seja, entre a cooperativa e seus associados. Todavia, a cultura brasileira predominantemente marcada por fundamentos capitalistas e a consequente falta de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do cooperativismo fazem com que o movimento cultural cooperativista ainda seja pouco disseminado. Dessa maneira, a obtenção de lucros e o pensamento individualista característicos da cultura capitalista se sobrepõem às ideias de trabalho coletivo voltado a atender as necessidades sociais (LIMA, 2004; NUNES et al., 2018).

Outro fator relevante é a heterogeneidade cultural entre os associados dentro das cooperativas, bem como a cultura da sociedade na qual a organização está inserida. Nesse contexto, o comportamento dos associados e seus dirigentes são guiados pelo conjunto desses valores culturais, o que faz com que disponham de um modo particular de lidar com a organização em questão. Desse modo, há identidade entre os cooperados quando estes possuem ideias ou objetivos em comum, compondo uma cultura própria da cooperativa. Essa aderência à cultura da cooperativa é muito importante para o sucesso do negócio (NUNES et al., 2018). Conforme Morin (2002, p. 56):

A cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social.

Portanto, através da cultura, um grupo de valores específicos pode ser formado por um conjunto de pessoas, tal como ocorre dentro das cooperativas. Não se deve, porém, ver a cultura como um complexo de comportamentos concretos, mas sim um mecanismo de controle, regras, receitas, planos e instruções voltadas a governar o comportamento de um grupo. Cabe destacar que a cultura está relacionada à prática e ao hábito. Assim, o desinteresse e a passividade dos associados frente ao esforço adicional que a gestão democrática demanda é considerado o maior inimigo da autogestão nas cooperativas (NUNES et al., 2018).

Não se pode deixar de mencionar também as questões culturais relacionadas à ampla distribuição das cooperativas no Brasil, que podem ser explicadas, em parte, por uma forte influência de imigrantes, especialmente os italianos, alemães e japoneses. Estes, ao chegar em território nacional, instalaram-se nas regiões Sul e Sudeste – aquelas com os maiores números

de cooperativas – muitos dos quais já tinham como experiência a prática do associativismo, contribuindo para introduzir, dessa forma, a cultura e a educação cooperativa nessas áreas. Além disso, seu elevado nível de capital social, caracterizado pela combinação de aspectos como reciprocidade, confiança, coesão social e civismo, atuaram como bases para o processo de estruturação do cooperativismo em bases competitivas (SILVA et al., 2003).

Desse modo, é evidente a interferência dos aspectos culturais no cooperativismo, os quais impõem desafios ao desenvolvimento e manutenção dessas organizações. Isso porque, a cultura dentro das cooperativas permeia as interações do meio social, funcionando de forma dinâmica e em constante transformação e movimento. Em vista disso, tem se buscado, aos poucos, modificar o campo cultural dentro das cooperativas, a fim de enfrentar as fragilidades que interferem nos seus avanços, especialmente no que diz respeito à manutenção do trabalho coletivo, fator preponderante no processo de desenvolvimento dos assentamentos rurais.

#### 4.3 A RESISTÊNCIA AO “NOSSO” E O APEGO AO “MEU”

O comprometimento mútuo é tido como um fator fundamental de coesão entre a cooperativa como empresa e seus associados. Nesse tipo de organização, o comprometimento deve ser considerado um modelo de tradução e controle de suas estratégias (BARREIROS et al., 2021). Entretanto, dentro de países que têm como base o sistema predominantemente capitalista, a proposta coletivista trazida pelas cooperativas apresenta diversas dificuldades de implementação, pois com o pressuposto da adesão voluntária e com os objetivos sociais e solidários, o apelo do trabalho em cooperativas dentro da cultura individualista e materialista do capitalismo é muito baixo (CORNFORTH; THOMAS, 1990). Dessa forma, um problema que desde sempre tem influenciado o estabelecimento e a manutenção das cooperativas é justamente relacionado à inserção do compromisso e de seus efeitos sobre a fidelidade dos associados (BARREIROS et al., 2019).

Outro ponto relevante está relacionado à compreensão da proposta autogestionária das cooperativas, que visa a divisão do trabalho entre aqueles que os fazem. Esse entendimento é dificultado por elementos culturais, como aqueles presentes no modelo de assalariamento empregado pelo sistema capitalista, ou seja, o acesso a direitos de cidadania. Além disso, a intensificação do trabalho inicial, aspecto fundante e único capital dos associados, contribui para que nem sempre o cooperativismo seja bem compreendido e aceito. Somando-se à fragilidade econômica das cooperativas, essa resistência ao trabalho coletivo se torna ainda mais preponderante. Nesse sentido, mesmo que muitas vezes sejam ofertados até cursos sobre

cooperativismo aos trabalhadores por órgãos estatais e empresas parceiras, as características e peculiaridades de uma cooperativa ainda são pouco entendidas pelos trabalhadores (LIMA, 2004, p. 55).

Muitas vezes, a gestão a partir das cooperativas é vista negativamente pelos trabalhadores, que se associam devido à falta de opção de emprego, percebendo sua permanência na cooperativa como algo temporário. Esses problemas de adaptação e resistência ao trabalho coletivo, até mesmo em cooperativas formadas pelo movimento dos trabalhadores, tendem a elevar as taxas de redução de quadros e rotatividade de associados. Isso significa que quando comparado ao número de trabalhadores existentes no período inicial, o número de trabalhadores que aceitam permanecer como associados é reduzido. Cabe mencionar também que a autogestão implementada nessas organizações, sem distinção entre patrão e trabalhador é um aspecto preponderante nas dificuldades de compreensão do cooperativismo, resultando em frequentes problemas de disciplina, participação e hierarquia no processo de adaptação dos trabalhadores (LIMA, 2004, p. 55).

Embora a questão cultural tenha um papel significativo dentro do cooperativismo, as condições necessárias para a emergência da cooperação entre indivíduos podem ser explicadas utilizando-se conceitos da Teoria dos Jogos, de maneira que a emergência do comportamento cooperativo pode ser elucidada a partir do conceito de reciprocidade. Isso significa que mesmo que os envolvidos não saibam como ou por quê ou, em outras palavras, não sejam racionais, o processo evolucionário possibilita que tais estratégias prosperem. Ao se estabelecer um campo de reciprocidade entre as ações dos jogadores, o comportamento de cooperação pode surgir até mesmo entre pessoas egoístas. O reconhecimento e a lembrança das interações com outro jogador contribuem para que estes estabeleçam responsividade entre si, atuando para a emergência, crescimento e manutenção da cooperação (AXELROD, 1984, p. 8).

A teoria da ação coletiva criada por Ostrom (2009), elenca sete aspectos principais que influenciam no processo de cooperação entre grupos sociais: a heterogeneidade dos participantes; o tamanho do grupo envolvido; rede de relacionamentos; a comunicação face a face; a condição de os benefícios serem ou não subtrativos; informação sobre ações passadas; e a possibilidade de os indivíduos poderem entrar ou sair voluntariamente. Já para Fulton (1999), o comprometimento entre os associados é um fator inerente às sociedades cooperativas que, mesmo diante de situações típicas desse tipo de organização, contribui para que possam se manter competitivas no mercado. O comprometimento é “[...] a preferência dos associados por algo que é oferecido, de forma diferenciada pela cooperativa, em relação às empresas mercantis” (BARREIROS et al., 2019, p. 113).

Desse modo, a problemática da organização e gestão dos assentamentos rurais utilizando como base cooperativismo mediante a busca de alternativas para a crise do desemprego tem sido objeto de investimento de políticas públicas e da disputa de projetos no âmbito do desenvolvimento econômico-social nas últimas décadas (LEITE et al., 2004, p. 147). A resistência ao trabalho coletivo ainda é um fator preponderante entre a maioria dos indivíduos, o que faz com que mesmo que as cooperativas dentro dos assentamentos coletivos apresentem maior sucesso em relação àquelas que têm como base o trabalho individual, não haja uma boa adesão ao modelo de cooperação entre os assentados. É preciso, portanto, continuar avaliando como contornar esse cenário, especialmente através de políticas públicas, a fim de que os assentados possam se estabelecer e produzir de forma eficaz e gerar renda que atue para manter condições de vida dignas aos pequenos trabalhadores rurais.



## CAPÍTULO 5

### AS RELAÇÕES INTERNAS NA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA – COPAVI

*“Lutar, insistir, obter...  
Conseguiram a terra e continuam lutando.  
Precisam vencer o desgaste do chão,  
Machucado pela cana, e driblar as intempéries.  
As crianças crescem cientes da sua capacidade de mudar o mundo,  
De conquistar seu espaço.  
A democracia está presente não apenas na estrutura,  
Mas nos corações de crianças, jovens, adultos e velhos.  
Rostos, vidas que se fundem nas esperanças  
De vencer as dificuldades da luta pela terra.”*

Camila Vanzella e Paula Mikami

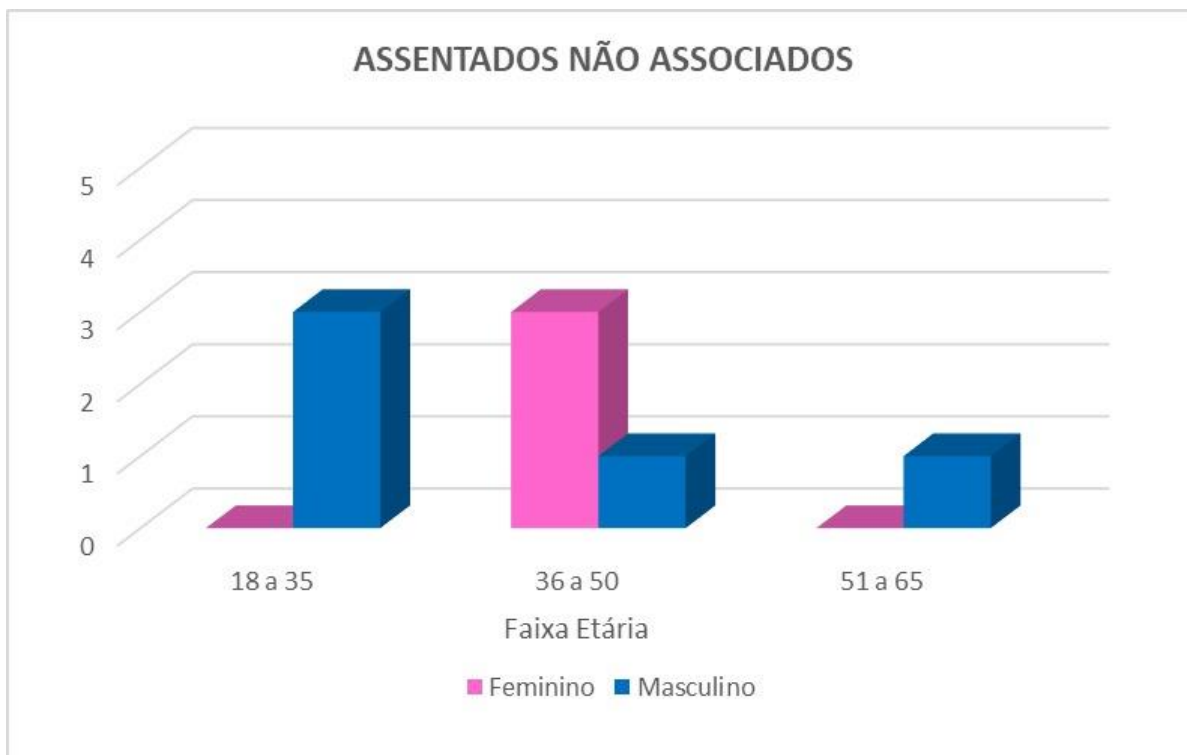
O assentamento Santa Maria, administrado pela COPAVI, passou por uma longa trajetória de luta pela terra até a consolidação da cooperativa. Apesar de todas dificuldades vivenciadas por esse grupo, a superação e o suporte a partir do pensamento coletivo o mantiveram firme em suas reivindicações, levando ao que é hoje a COPAVI. Dessa forma, esta seção foi dedicada a analisar como se desenvolveu a dinâmica de funcionamento dessa organização, com um enfoque no papel desempenhado pelas mulheres e jovens dentro da cooperativa, apresentando uma breve contextualização da importância do trabalho desses grupos nos assentamentos rurais do MST. Com isso, buscou-se possibilitar a compreensão das relações internas de cada setor que compõe a cooperativa e os fatores que contribuíram para uma história de sucesso.

### 5.1 ASSENTAMENTO COPAVI: DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

Desde a fundação do assentamento, a COPAVI organizou-se basicamente em três setores principais: o setor de lavoura; o setor de hortaliças; e o setor de laticínios, conforme apresentado anteriormente. Com o passar do tempo, foram testando meios de produção e diversificando a criação desses novos ramos. A introdução de cada setor sempre é considerada como um novo desafio, pois precisa passar por um período de adaptação dos associados àquela determinada atividade, além de verificar se o tipo de produção atende às necessidades da cooperativa, garantindo o sustento das famílias assentadas.

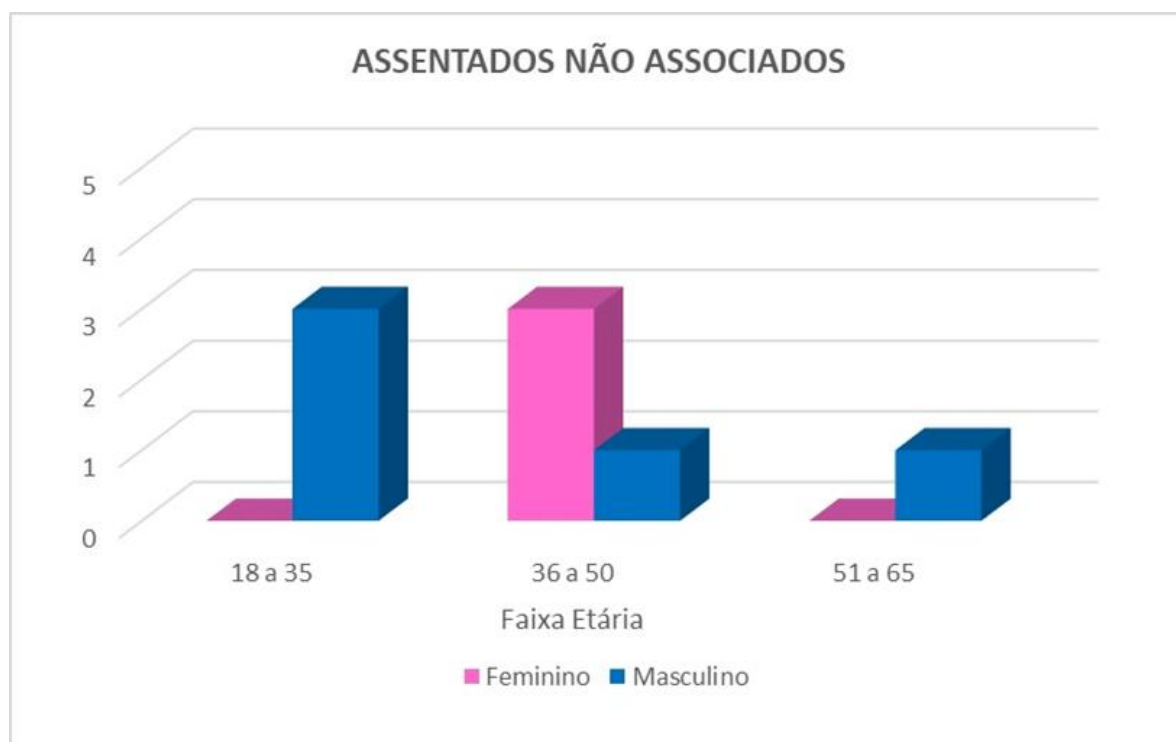
Qualquer decisão referente à implementação, construção ou compras de alto valor é discutida primeiramente nos núcleos de base, conselhos ou assembleias. Vale ressaltar que qualquer pessoa assentada, seja ela associada ou não à cooperativa, é livre para contribuir com ideias e/ou sugestões que sejam pertinentes ao crescimento e bom desenvolvimento da COPAVI, ou seja, não precisa necessariamente ser um associado. Contudo, para que seja validada ou colocada em prática alguma proposta, é necessário o apoio da maioria dos cooperados.

Atualmente, considerando pessoas ativas na faixa etária de 14-65 anos, estão assentadas no assentamento 49 pessoas. Destas, 38 são associadas à cooperativa (Gráfico 1), sendo 15 do sexo masculino e 23 do sexo feminino.



**Gráfico 1:** Assentados associados à COPAVI de acordo com a faixa etária e sexo.  
**Fonte:** Da Autora (2021).

Existem, ainda, 11 pessoas não associadas (Gráfico 2), das quais 6 são do sexo masculino e 5 do sexo feminino, englobando parceiros de associados e dependentes.



**Gráfico 2:** Assentados não associados à COPAVI de acordo com a faixa etária e sexo.  
**Fonte:** Da Autora (2021).

De acordo com os dados representados no Gráfico 1, a maioria dos associados à cooperativa é do sexo feminino, pelo fato de mulheres solteiras migrarem para o assentamento vislumbrando novas condições sociais de vida, além do fato da cooperativa contar com pessoas associadas que fazem parte da segunda geração, ou seja aquelas famílias que iniciaram a instalação do assentamento vieram com crianças pequenas predominante do sexo feminino, essas meninas cresceram, se tornaram mulheres e passaram a ser associadas a COPAVI. Uma menor parcela pertence ao sexo masculino, ou seja, há uma predominância de mulheres associadas à COPAVI.

Identificar os associados e não associados é importante para compreender como funcionam as relações internas e a divisão de tarefas dentro do assentamento. Essa classificação é válida pelo fato de que as regras, deveres, obrigações, bem como benefícios ou privilégios se distinguem de sócios e não sócios, conforme estabelecido no regimento interno da COPAVI.

Trata sobre a possibilidade de pessoas, maiores, poderem viver e conviver na área do Assentamento Santa Maria mesmo que não estejam vinculadas à Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda, o que era proibido até então. Entende-se como “Não Vinculadas” pessoas que estejam residindo no Assentamento Santa Maria, maiores de idade, e que não sejam sócios da COPAVI (REGIMENTO INTERNO COPAVI, 2009, *on-line*).

Dessa forma, para se conviver em um espaço no qual as pessoas possuem culturas diferentes, é necessário que todos estejam dispostos a seguir as regras, objetivos e propostas que regem e estão expostas no Estatuto e Regimento Interno da Cooperativa. Segundo esse Estatuto, capítulo III, art. 6º, para se tornar um associado da COPAVI é necessário ser maior de 18 anos, obter a indicação de pelo menos três sócios e estar apto para contribuir com as necessidades da cooperativa.

Todos os candidatos a sócios passam pela assembleia para serem apreciados pelos demais associados. Após se tornarem associados, todos possuem direitos e deveres. Dentre os direitos estão: participar de todas assembleias; participar das atividades da cooperativa; e deixar a cooperativa quando achar pertinente. Já os deveres dos sócios incluem: contribuir com as taxas e encargos descritos no regimento interno; participar da produção e prestação de serviços das atividades; e zelar pelo bom funcionamento da cooperativa.

Além disso, existem aquelas pessoas que são associadas à cooperativa, mas não moram no local ou, ainda, aqueles associados que moram na cooperativa, mas prestam serviços externos. Essas pessoas são chamadas de associados liberados, pois precisam prestar serviços

fora ou referentes a atividades externas de produção ou administração da cooperativa. No caso dos associados liberados, é preciso informar à cooperativa qual função estará exercendo e por quanto tempo estará fora da cooperativa, de forma que a cada três meses esse indivíduo deve atualizar as informações prestadas.

É importante destacar que mesmo estando fora da cooperativa, esses associados possuem os mesmos direitos que os demais moradores do assentamento, em todos os critérios de horas trabalhadas ou distribuição das sobras. A saída ou exclusão de um associado somente ocorre quando o membro não deseja mais fazer parte da cooperativa; não atende aos critérios estabelecidos no estatuto e regimento interno; ou em caso de falecimento.

### **5.1.1 O caso das pessoas não associadas**

As pessoas assentadas que não são associadas à cooperativa são caracterizadas no regimento como “não vinculadas”. Segundo o regimento, aquelas pessoas que sejam parentes de primeiro grau podem morar na cooperativa, não necessitando obrigatoriamente associar-se a esta. No entanto, existem algumas regras: os não vinculados devem morar na mesma casa do parente de primeiro grau; ficar sob total responsabilidade do associado que está cedendo a moradia; não podem passar de mais de duas pessoas maiores de idade; caso seja um casal de não vinculados, é necessário que um deles se associe à cooperativa; os não vinculados podem ficar por tempo indeterminado na cooperativa, porém, devem pagar uma taxa de condomínio para cobrir despesas básicas de moradia, alimentação e segurança, que deve ser quitada pelo sócio responsável; já aqueles que são aposentados por idade ou dependentes dos associados ficam dispensados das taxas atribuídas.

Outras normas ainda determinam que: todas as pessoas não vinculadas devem seguir as regras descritas no regimento interno e não podem, de maneira alguma, se envolver em agressões verbais ou físicas, estando sujeitas à expulsão imediata; os não vinculados não podem conduzir os veículos ou ter acesso à Internet e telefone da cooperativa e, em casos específicos, devem assumir todas as despesas, reembolsando os custos; também não podem promover festas ou eventos dentro das dependências da COPAVI. Caso os não vinculados não cumpram com as obrigações expostas no regimento interno, poderão receber até duas advertências por escrito e, na terceira vez, ocorre a expulsão do assentamento. Portanto, apesar de todos os assentados morarem na cooperativa, pode-se perceber que existem diferentes casos no que se refere a associados e não associados. Essa diferenciação demonstra uma organização estratégica para a manutenção da ordem e do relacionamento de todos os indivíduos dentro do assentamento.

### 5.1.2 A Inserção das Mulheres e Jovens nos assentamentos rurais do MST

Os assentamentos rurais do MST têm se consolidado como eixo principal das políticas de reforma agrária no país, oferecendo aos camponeses uma alternativa concreta de permanência no campo com condições adequadas de sobrevivência. Os espaços inserem esses sujeitos em redes produtivas mais amplas por meio do desenvolvimento de projetos associativistas e de cooperação em maior escala de produção, dando visibilidade não só à diversidade de práticas produtivas que refletem as características regionais, mas também às diferentes propostas de estrutura organizacional e administrativa, que envolve uma participação mais igualitária entre homens e mulheres, e valoriza os jovens como fontes de mudanças substanciais. Assim, recrutam e sensibilizam esses dois segmentos a compor suas comissões de frente (SCHWADE; PAIVA, 2014).

Sob o prisma de gênero, cabe mencionar que foi a partir da promulgação da CF/88 que as mulheres passaram a dispor de direitos iguais em relação aos homens, tendo, independentemente de seu estado civil, o direito à propriedade em seu nome. Isso se deve ao fato de que a sociedade tem se transformado cada vez mais, de forma que as mulheres passaram a assumir a gerência de suas famílias e a incorporar o papel que tradicionalmente era atribuído e desempenhado pelos homens, como o trabalho fora do âmbito domiciliar (MORAES et al., 2011). Entretanto, Melo e Sabato (2008) defendem em sua pesquisa que essa igualdade de direitos nem sempre ocorre dentro dos assentamentos, diagnosticando em sua pesquisa um êxodo das mulheres e jovens para os centros urbanos em decorrência da modernização da agricultura, o que leva muitos assentamentos a sofrerem uma masculinização de sua estrutura.

Na Marcha das Margaridas de 10 de agosto de 2000, essa não seguridade às necessidades específicas das mulheres envolvidas na reforma agrária foram pautas

Temos 2000 razões para marchar contra a fome, pobreza e violência sexista, pois dentre a população mais pobre, somos as que mais sofremos a privação das necessidades básicas à vida. De 1964 a 1996 de todos os benefícios com a Reforma Agrária, apenas 12,6% eram para mulheres; de todos os beneficiados com o Pronaf – Programa Nacional de Assistência às famílias, apenas 7% eram mulheres; e 81% das trabalhadoras em atividades agrícolas não receberam nenhum rendimento em 1998 (Pauta de Reivindicações da Marcha das Margaridas –Brasília – 10/08/2000); (MELO; SABBATO, 2008, p. 157).

Nesse sentido, a mulher foi a luta a fim de reivindicar pautas para o coletivo, especialmente aquelas que priorizavam as atividades desempenhadas por homens. Desse modo,

passaram a ser criadas políticas de ações afirmativas com vistas a contribuir para as mudanças das relações entre os sexos dentro dos assentamentos rurais. Assim, por meio da Portaria n.º 981 de 2003 do INCRA, foi regulamentada a titularidade conjunta e obrigatória da terra para pessoas casadas ou em união estável, determinando que, em caso de separação, à mulher será mantida a propriedade da terra quando esta detiver a guarda dos filhos (MELO; SABBATO, 2008).

Hoje, a participação da mulher nos movimentos de mobilização dentro dos assentamentos já lhe permite sua percepção como um sujeito detentor de direitos, fator esse que transformou a postura das mulheres na esfera pública e também no seu cotidiano. Portanto, pesquisar essas relações de gênero dentro do contexto da reforma agrária, sobretudo nos assentamentos rurais, permite conhecer a realidade das relações estabelecidas no seu cotidiano, indo muito além do enfoque socioeconômico, oportunizando a compreensão dos moldes de vida existentes nesses locais, os quais repercutem significativamente na esfera pública (MORAES et al., 2011).

Quando se trata das diferentes gerações que desempenham papéis singulares dentro dos assentamentos de reforma agrária, os jovens têm um enfoque especial, uma vez que desempenham um potencial político diferencial. Caracterizada como um período de autoafirmação e construção de projetos, a juventude se destaca quanto ao “fazer política”, por meio do seu engajamento em relação aos interesses que estão envolvidos e das experiências adquiridas pelos sujeitos sociais ao longo de suas trajetórias. Esse caráter participativo se dá a partir da sua inserção nas redes de formação, especialmente, nos processos de escolarização dos jovens através dos cursos do Programa Nacional de educação na Reforma Agrária – PRONERA (MORAES et al., 2011).

Dessa forma, observa-se em diferentes contextos que os jovens apresentam uma maior preocupação em frequentar a escola e alcançar um diploma, a fim de trazer maiores oportunidades às suas condições de vida. Nesse cenário, o MST investe em estratégias de escolarização dentro dos assentamentos, associadas à formação de militantes, que darão continuidade ao trabalho desempenhado, com o objetivo de manter a luta pela efetivação das políticas de reforma agrária. Por meio da formação em cursos técnicos e universitários, o projeto político do MST é viabilizado, oportunizando o contato dos jovens às diferentes realidades e o diálogo com estilos de vida urbanos, mas também às novas necessidades dos assentamentos. Assim, ao permanecer nos assentamentos, esses jovens assumem principalmente papéis de professores ou nas práticas formativas e de organização do MST (MELO; SABBATO, 2008; MORAES et al., 2011).

Portanto, mulheres e jovens desempenham funções primordiais dentro dos assentamentos rurais do MST, tendo uma participação cada vez mais efetiva, reivindicando seus espaços nas atividades econômicas e atuando na construção de relações sociais e ativismo político que são estabelecidos nas diferentes dimensões do cotidiano. Percebe-se, desse modo, interpelações significativas no que tange ao gênero e à geração, tanto em situações que envolvem a organização política, quanto na inserção em atividades econômicas e produtivas dos assentamentos rurais. Esses posicionamentos apresentam reflexos nas organizações familiares, nos afetos e em vários aspectos da construção subjetiva.

#### 5.1.2.1 A Inserção das Mulheres nas relações de Trabalho na COPAVI

Pelo fato do MST se organizar desde sua fundação com base em famílias compostas por homens, mulheres, crianças, jovens e idosos, a figura feminina nas organizações e comissões se tornou um fator determinante para ir de encontro a toda forma de opressão e discriminação de gênero. A maioria dos assentados é composto pelo sexo feminino, assim, as mulheres estão à frente de grande parte das atividades realizadas dentro dos setores, tendo uma participação ativa no processo de tomada de decisões tanto na organização política quanto na administrativa.

Durante as visitas a campo, foi possível presenciar a atuação da mulher nas relações de trabalho da empresa, nas atividades de plantio de hortaliças, na ordenha das vacas, no processamento e industrialização da cana, no escritório e padaria. Das 10 mulheres entrevistadas, 50% delas afirmaram que quando chegam em casa, ainda realizam os afazeres domésticos sozinhas, sem ajuda do companheiro.

Apesar de haver uma educação para igualdade entre homens e mulheres no assentamento, o que a diferencia da realidade da propriedade familiar urbana, na qual a mulher fica responsável pelos afazeres domésticos e muitas vezes necessita trabalhar fora para contribuir com as despesas da casa, sobrecarregada por uma rotina exaustiva de tarefas e afazeres do lar, somadas ao trabalho externo, diferencia-se da realidade encontrada na COPAVI, na qual foi possível observar homens comumente realizando atividades do lar como lavando roupas, cozinhando ou fazendo a limpeza da casa.

Embora ainda não houvesse uma contribuição total dos homens com as companheiras para realização das atividades no lar, a cooperativa busca incentivar e discutir em suas reuniões nos núcleos de base que o homem tem que participar sim, de todos os afazeres dentro do assentamento seja ele no posto de trabalho dentro dos setores ou mesmo nas atividades dentro do ambiente familiar.



De maneira geral, foi observado que as mulheres da cooperativa estão envolvidas não só com a realização das atividades dentro dos setores, mais também, encontram-se em posições de liderança na empresa como coordenadoras de atividades dentro dos setores, representantes do núcleo de base, ocupam áreas da administração da empresa bem como já foram nomeadas ou indicadas para presidentas da cooperativa.

Vale destacar também, a importância da voz da mulher dentro da cooperativa. Durante as entrevistas, foi procurado saber se as opiniões dadas por mulheres são levadas em consideração dentro do assentamento durante as reuniões, núcleos e assembleias. Por exemplo, temos a introdução de uma nova agricultura sugerida por uma mulher cooperada. No caso, a introdução da agricultura do feijão, implementado nos novos plantios de cana, onde foi sugerido plantar fileiras de feijão entre as fileiras de cana.

Quando apresentado para os demais cooperados na assembleia, houve de início, uma resistência por alguns associados porém, após alguns testes realizados logo foi verificado que a introdução desta cultura não interferiria na agricultura da cana, pois o feijão leva em torno de três meses para se desenvolver e estar pronto para colheita enquanto que a cana nesse período, apresenta apenas 90 cm de altura e dependerá de aproximadamente mais 7 meses para estar pronta.

Essa ideia, apresentada pela cooperada foi muito importante pois permitiu a introdução de uma nova agricultura, reaproveitamento do solo e mais um alimento orgânico na mesa das famílias assentadas, evidenciando um exemplo da voz da mulher dentro do assentamento. O fato da mulher ter voz dentro do assentamento, demonstra que não existe uma divergência entre gêneros na empresa visto que tanto a distribuição da divisão de tarefas bem como os ganhos e repartição dos lucros da empresa são distribuídos de forma igualitária entre todos, não fazendo acepção entre homem e mulher, o que demonstra uma diferença quando comparado a empresas convencionais de base capitalista, no qual mulheres exercem os mesmos cargos e horas trabalhadas que homens, porém recebem um salário inferior pelo simples fato de pertencer a este gênero.

Quando perguntadas as assentadas sobre a representatividade, valorização, participação e voz ativa das mulheres na cooperativa, (100%) responderam que se sentem ouvidas, acolhidas, e que tem poder de mudança para falar dentro da empresa sobre qualquer assunto, demonstraram que se sentem respeitadas pelos demais colegas dentro das atividades exercidas e que se sentem inseridas como mulher representadas pelo MST. Segundo falas das entrevistadas, essa representatividade ocorre principalmente por meio de eventos direcionados pelo MST com foco na mulher, como o Encontro Nacional das Mulheres Sem-Terra e a

Marchas das Mulheres Sem-Terra que buscam representar a importância da mulher no Campo e expressa toda luta contra a posição patriarcal machista enraizada em nossa sociedade.

#### 5.1.2.2 A Inserção dos Jovens nas relações de Trabalho na COPAVI

Quem são os jovens da COPAVI? Foi a partir desta indagação que foi traçado um roteiro de perguntas pré estruturadas em um questionário afim de analisar, compreender e conhecer os jovens que moram atualmente no Assentamento Santa Maria e são pertencentes ao MST. Atualmente, dos jovens que moram na cooperativa, 60% são caracterizados por filhos de associados que estão no assentamento desde sua fundação, ou seja, nasceram no assentamento; os outros 40% migraram com os pais quando ainda eram crianças.

Constam na COPAVI 14 jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, os quais foram entrevistados com objetivo de conhecê-los e analisar sobre as relações internas de trabalho e socialização com os demais assentados na cooperativa, em outras palavras, se estão satisfeitos em morar na COPAVI e pertencer ao MST, além de analisar qual a perspectiva futura de vida destes jovens relacionados a permanência no assentamento.

Dos jovens assentados na COPAVI, 57,14 % concluíram ou completaram o ensino médio, 28,57% possuem graduação completa em cursos de Economia, Ciências Contábeis, e Agroecologia, e 14,28 % estão cursando cursos superiores como Medicina Veterinária, e *Design* de Moda, por exemplo.

Foi questionado sobre a participação dos jovens nas relações de trabalho da cooperativa afim de compreender como eles se inserem nas atividades rotineiras do dia a dia. Observou-se que jovens a partir de 18 anos participam de atividades que demandam mais tempo e esforço físico como ordenhar as vacas, trabalhar na industrialização da cana e pecuária como ensacamento, cozimento e peneiramento. Enquanto outros jovens a partir de 15 anos trabalham em atividades que demandam menos esforço físico e tempo, como trato dos bezerros, limpeza do refeitório, administração das mudas na atividade de hortaliças e parte de empacotamento na atividade de indústria.

Não foram abordadas neste tópico questões sobre os jovens quanto ao tempo e valor da hora trabalhada, pois essa relação já foi discutida nos parágrafos anteriores. Buscou-se também analisar se os jovens estão à frente das decisões políticas e administrativas da empresa, sendo constatado que sim, esses jovens fazem parte das reuniões dos conselhos, são participativos nos núcleos de base familiar, podendo expressar suas opiniões e contribuir com tomadas de decisões pertinentes ao bom andamento da convivência em grupo e administração da empresa. Ainda,

aqueles que possuem a maior idade participam ativamente das reuniões de assembleia e têm poder de voto para validação das pautas levantadas.

Existem no assentamento outros projetos voltados exclusivamente para os jovens. Um exemplo é o grupo de jovens que se reúnem uma vez por mês a fim de discutirem questões internas vinculadas à COPAVI e temáticas externas voltadas para eventos do MST como manifestações, jornadas de agroecologia e encontros dos jovens regionais, estaduais. Por meio desses eventos externos, os jovens demonstram sua representatividade, força e luta em defesa da reforma agrária.

Nas reuniões internas, envolvem-se em eventos de datas comemorativas, colaborando com a produção de lembrancinhas, homenagens e místicas. Realizam pinturas feitas à mão em determinados ambientes, no qual expressam sua arte e criatividade, deixando assentamento mais bonito e harmonioso.

Em relação às atividades de lazer dos jovens, segundo os entrevistados, estão associadas à passeios na praça do município, jogos no campo da cooperativa, socialização nas casas um dos outros, nas quais desfrutam de conversas e jogos aleatórios, além de uma vez por ano se organizarem para passearem em parques aquáticos e pousadas.

No que se refere à permanência desses jovens no assentamento, quando perguntado sobre as oportunidades no assentamento para fixação do jovem na COPAVI, responderam que há oportunidade de trabalhar, estudar e ter qualidade de vida, além de poderem se relacionar com outros jovens em encontros promovidos pelo MST, fator que contribui para que vejam a luta pela terra e pela reforma agrária como uma missão herdada pelos pais e que eles precisam dar continuidade. Um dos jovens afirma que há oportunidade de crescer e se tornar líderes do futuro, através da cooperação.

Ainda sobre as oportunidades para os jovens dentro do assentamento Santa Maria, os entrevistados destacaram em suas falas o fato de poderem ser donos daquilo que é fruto do esforço do seu trabalho, salientando a importância dos estudos de graduação e especializações como indispensáveis para o desenvolvimento e avanço da cooperativa. Neste sentido, destacam-se as falas de dois jovens: *“Temos várias oportunidades, principalmente quando se trata de qualidade de vida (bem estar, ser cooperado, poder se conectar com a natureza). Mas a principal é de também sermos donos da cooperativa”* (CX6). Ainda, *“temos muito apoio e oportunidade de estudos, fazendo com que nós nos especializemos para tocar a cooperativa para frente”* (CX7)

De modo geral, foi observado nas falas dos jovens da COPAVI que estes estão satisfeitos com as decisões políticas e administrativas da empresa e o modo como estão

inseridos nas relações de trabalho. Verificou-se também que eles se sentem à vontade para dialogar sobre quaisquer assuntos com os mais velhos, caso desejem incluir ou mudar algo no assentamento. Ainda demonstraram que estão decididos em dar continuidade nos trabalhos e continuar contribuindo com a evolução da empresa. Isso foi percebido nas visitas a campo, principalmente pelo fato do envolvimento dos jovens em todos setores e atividades da cooperativa, demonstrando o interesse e comprometimento deles com a COPAVI e a história do MST, seja na participação em eventos direcionados aos jovens ou mesmo nas relações internas do assentamento, evidenciando a representatividade do jovem sem-terra.

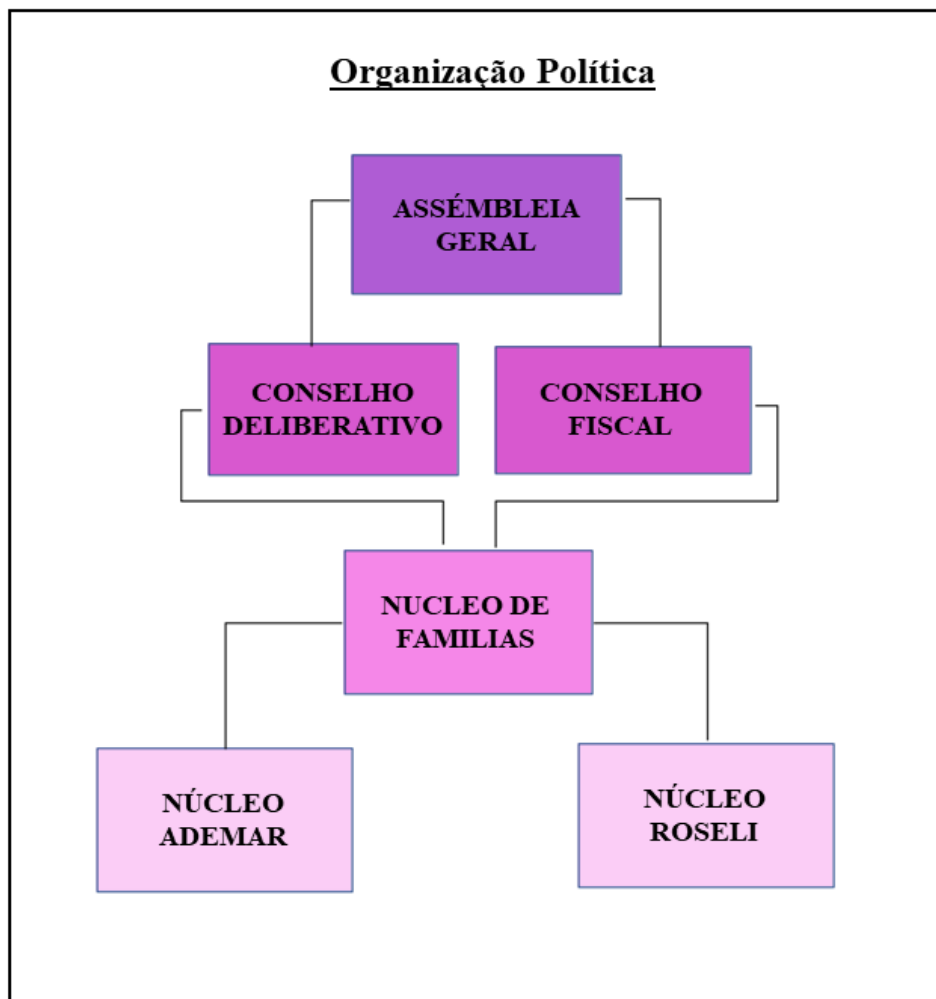
### **5.1.3 A Organização Política e Administrativa da COPAVI**

A COPAVI está vinculada à Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), organizando-se com base nos princípios do cooperativismo, juntamente com a Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná (CCA-PR), de forma que todos que vivem nesse assentamento seguem as políticas e princípios do MST. Assim, todos estão ligados aos mesmos objetivos descritos no Regimento Interno:

- Ser uma Cooperativa de Produção Comercialização e Industrialização em vista de organizar o trabalho de seus sócios;
- Liberar mão de obra para contribuir no MST e seus setores de organização;
- Ser uma organização Social de Reivindicação e de luta em favor de Reforma Agrária e do interesse de seu quadro social;
- Dar exemplo através dos resultados econômicos e social de que a Reforma Agrária dá certo;
- Especialização de mão de obra;
- Garantir a participação nas decisões, execução, controle e divisão das sobras através de gestão democrática.

Com base nos seus objetivos, princípios e valores, a COPAVI se organiza pautada nos critérios de legislação das demais cooperativas que também atuam no Brasil, de acordo com suas necessidades específicas. A partir desses critérios, a cooperativa consegue manter uma estrutura organizacional, garantindo as exigências da lei e, ao mesmo tempo, modificar, caso seja necessário, o regimento interno para promover uma boa convivência e produção do trabalho entre os associados.

Dessa forma, desde sua fundação, a COPAVI segue seu modelo organizacional sobre duas linhas de base essenciais: o modelo político e o modelo administrativo (Figura 2). No modelo político (Figura 1), são realizadas reuniões que visam estipular estratégias para serem adotadas. Já, no administrativo, todas as decisões traçadas pelo modelo político são colocadas em prática com base no Regimento Interno e Estatuto da Cooperativa (ANEXO I). As relações entre estas duas instâncias de planejamento são determinantes para o direcionamento, inclusão, exclusão e organização dos setores ou qualquer outra atividade dentro do assentamento.



**Figura 1:** Organograma representando a Organização Política da COPAVI.

**Fonte:** Registros, COPAVI.

No caso da organização política, a assembleia geral é o poder supremo que rege as demais instâncias, ou seja, não existe poder maior dentro da cooperativa. A assembleia geral é formada por todos os assentados e ocorre uma vez por mês, na qual são discutidas propostas relevantes para a cooperativa que vão direcionar as tomadas de decisões. Alguns assuntos discutidos na assembleia geral são referentes a investimentos de alto valor, introdução de novos

associados à cooperativa, introdução de novas formas de agricultura; prestação de contas referente ao mês; formação do conselho deliberativo e conselho fiscal; entre tantos outros. É importante lembrar que, na reunião da assembleia geral, todos os assentados são livres para apresentar sugestões que atendam às necessidades da cooperativa, porém, o poder do voto somente é concedido para os cooperados.

Após a assembleia geral, é realizado o encontro do conselho fiscal, que é formado por seis pessoas eleitas a cada três anos. Destas, três são efetivas e três são suplentes. A função do conselho é bastante abrangente, ficando responsável por fiscalizar se as decisões realizadas na assembleia estão sendo cumpridas; realizar a conferência das horas trabalhadas pelos assentados; acompanhar e solicitar prestações de contas do setor financeiro; e elaborar relatórios trimestrais referentes ao andamento das atividades na cooperativa.

O conselho deliberativo é formado pelo presidente, tesoureiro, secretário geral, coordenadores dos núcleos de famílias e coordenadores das atividades. É dever do conselho garantir que as atividades realizadas em cada setor da cooperativa estejam se desenvolvendo dentro dos deveres e obrigações expostos no regimento e estatuto da empresa, bem como identificar e apresentar soluções para as suas necessidades ou deficiências.

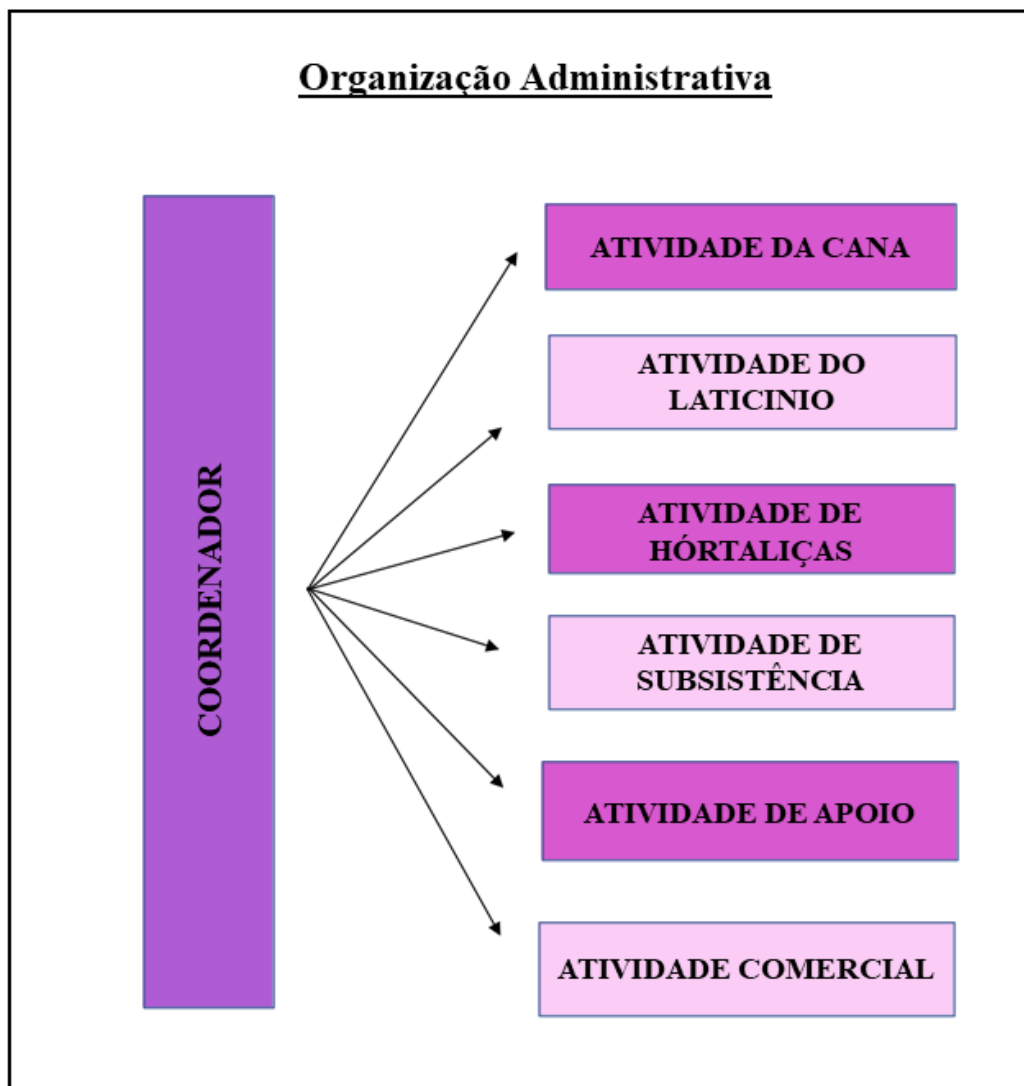
A direção do conselho deliberativo (presidente, vice-presidente, tesoureiro, vice-tesoureiro e secretário geral) deve ser formada pela assembleia geral por meio do poder do voto secreto de todos os associados, com atuação no período de três anos. O presidente é responsável por coordenar as assembleias e também as reuniões dos conselhos deliberativos, além de representar a empresa externamente no que diz respeito a fatores econômicos, políticos ou sociais de ordem burocrática.

Após a assembleia geral, conselho fiscal, e conselho deliberativo, tem-se o núcleo de base ou núcleo de família, que é subdividido em dois núcleos: Núcleo Ademar e Núcleo Roseli. Vale destacar que estes nomes dados aos núcleos, ocorreram em forma de homenagem que infelizmente, vieram a falecer decorrente da luta pela Reforma Agrária. No caso do Ademar, este era um associado vinculado a cinco anos na cooperativa, que acabou falecendo em um acidente de trabalho trágico no qual caiu de uma altura considerável que levou a sua morte enquanto realizava manutenção de um aparelho na empresa. Roseli, não era vinculada a COPAVI, contudo veio a falecer em uma manifestação do MST no qual um caminhoneiro não respeitou a sinalização marcada pelos manifestantes invadindo a área demarcada, que resultou em pessoas feridas e conseqüentemente na morte de Roseli Martins.

O núcleo Ademar reúne dez famílias e o núcleo Roseli conta com 13 famílias assentadas. Essa divisão foi realizada de acordo com a proximidade das casas, a fim de promover reuniões

entre as famílias mais próximas para discussões de aspectos gerais da cooperativa e solucionar conflitos internos de caráter social. Os encontros normalmente acontecem na casa dos assentados, quinzenalmente, com caráter democrático e coletivo.

Posterior à ordem estrutural da organização política, tem-se a organização administrativa (Figura 2). Esta última difere da primeira pelo fato de concentrar-se somente em questões de caráter executivo de tarefas realizadas nos setores da cooperativa, ou seja, não se abordam assuntos referentes a aspectos políticos ou sociais. Nesse modelo de organização são apresentadas questões relacionadas à produção, administração e execução das culturas ou atividades implementadas na COPAVI.



**Figura 2:** Organograma representando a Organização Administrativa da COPAVI.

**Fonte:** Registros, COPAVI.

A organização administrativa é direcionada por um coordenador que representa cada atividade desenvolvida na cooperativa. Esse coordenador fica responsável por todas as atividades realizadas dentro do setor, ou seja, verifica e fiscaliza o trabalho em todas as etapas, desde sua fase primária, até a fase de agroindustrialização, a fim de garantir a efetivação da produção.

Essa forma de organização permite ao coordenador responsável participar de todas as atividades realizadas no setor, tendo controle das necessidades referentes à matéria-prima, bem como atender às demandas estabelecidas pelo mercado externo à cooperativa e garantir a qualidade dos produtos ofertados. É importante destacar que a forma de organização estabelecida pela COPAVI inclui relações de trabalho internas entre os assentados, que são orientadas por normas de boas práticas. Desse modo, analisar como se desenvolvem essas relações também é imprescindível, a fim de garantir uma produção de qualidade e boa procedência.

#### **5.1.4 As relações de produção e de trabalho**

A organização e as relações de trabalho na COPAVI demandam profissionais especializados que atendam às necessidades da cooperativa. Por isso, os assentados têm buscado especializar-se em cursos de formação para garantir a eficiência e qualidade do trabalho dentro da empresa. Assim, dentre os assentados, existem aqueles que são formados em diversas áreas do conhecimento, como: Administração; Agroecologia; Agronomia; Economia; Pedagogia; e Contabilidade. Existem, ainda, aqueles que estão em processo de formação e desenvolvem cursos na área da Medicina Veterinária, Enfermagem e Comunicação. Essa especialização é fundamental, pois os conhecimentos obtidos pelos assentados ou associados são aplicados dentro das relações internas de trabalho da cooperativa, permitindo associar a prática, ou experiência do conhecimento, com a técnica e a ciência.

As relações de trabalho na cooperativa são organizadas a partir da divisão dos setores ou atividades de produção, nos quais cada atividade é direcionada por um coordenador responsável por auxiliar os demais assentados no desenvolvimento e organização das tarefas. Essa divisão de trabalho interna dentro de cada setor é realizada de acordo com a aptidão de cada assentado com determinada atividade. Dessa maneira, todos podem trabalhar na atividade com que tenham mais afinidade. Um trabalhador só é direcionado a outra atividade quando ocorre algum problema que atrapalhe o desempenho da produção naquele determinado setor.



Atualmente, a cooperativa se divide em três setores, sendo eles o da cana, do leite e o de apoio. No setor da cana, estão inclusas as atividades da lavoura, industrialização e cachaça; no setor do leite estão inclusas as atividades de laticínio e ordenha, manejo e autossustento; no setor de apoio, estão inclusas atividades de escritório, padaria e refeitório. Um aspecto importante a ser ressaltado é a existência de coordenadores de setores que, embora sejam responsáveis por monitorar o desenvolvimento das atividades, controlar as horas trabalhadas e prezar pelo bom andamento do trabalho, não desempenham função meramente administrativa e/ou fiscalizatória, pelo contrário, sua principal atribuição é trabalhar juntamente com os demais no desenvolvimento das atividades.

Desse modo, a relação entre o coordenador e os assentados é horizontalizada, não se enquadrando no padrão capitalista de hierarquização, como indicado na fala de um dos assentados. Esse coordenador monitora o trabalho realizado pelos demais associados somente com a finalidade de garantir que a mão de obra esteja atuando com segurança e ordem, sendo responsável, ainda, por informar ao setor administrativo e financeiro, antecipadamente, sobre a verificação das necessidades de insumos dentro daquela atividade, para que não interferira na produção. Além disso, contabiliza as horas trabalhadas pelos assentados e se estes estão desempenhando a função de acordo com a necessidade da produção. Por isso, são realizadas reuniões semanalmente, com vistas a solucionar eventuais problemas internos.

Portanto, embora seja coordenador, esse cooperado trabalha tanto quanto os demais trabalhadores e sua posição no setor não é verticalizada, mas, sim, horizontalizada, como destaca um assentado: *“Nós tentamos sempre discutir as relações dentro dos setores para solucionar os problemas, né, aí, se for o caso, trocamos o coordenador para dar oportunidade para outros também experimentar a função, e o que estava poder descansar um pouco também, né”* (CX8).

A maneira como ocorre a organização dentro dos setores é oriunda das experiências entre os assentados desde a fundação da cooperativa, a partir das suas relações de trabalho que antecedem a vida nesse ambiente. Assim como no relato de alguns entrevistados, buscaram sempre trabalhar em atividades de acordo com aquilo com que já tinham trabalhado anteriormente ou com que desenvolveram afinidade com o passar do tempo. Considerando os três setores da cooperativa, buscou-se identificar as relações de trabalho dentro de cada um deles, com a finalidade de compreender como ocorrem o controle e contabilização das horas trabalhadas, bem como a rotatividade das atividades exercidas dentro do assentamento (Tabelas 1 e 2).

**Tabela 1:** Quantidade média de horas trabalhadas/dia na COPAVI 1994 a 2000.

Ano	Quantidade de Trabalhadores	Quant. Média de horas/ semana/trab.	Var. ano-ano da quant. de horas (%)
1994	54	28,59	–
1995	52	31,36	9,67
1996	51	30,53	-2,64
1997	36	45,00	47,40
1998	31	47,00	4,47
1999	29	52,50	11,67
2000	37	47,97	-8,62

**Fonte:** Registros, COPAVI.

**Tabela 2:** Quantidade média de horas trabalhadas/dia na COPAVI 2014 a 2020.

Ano	Quantidade de Trabalhadores	Quant. Média de horas/ semana/trab.	Var. ano-ano da quant. de horas (%)
2014	41	33,70	–
2015	38	36,00	–
2016	32	39,41	9,49%
2017	36	40,68	3,22%
2018	38	39,32	-3,36%
2019	37	39,81	-1,25%
2020	37	40,18	0,92%

**Fonte:** Registros, COPAVI.

Tomando como base dias trabalhados de segunda a sexta-feira. Na Tabela 1, é possível observar que o número de trabalhadores na COPAVI reduziu em 42 % entre os anos de 1994 e 1999. Essa redução ocorreu devido ao fato de algumas famílias não terem se adaptado ao modelo coletivo e terem deixado o assentamento. Com a redução no número de pessoas trabalhando e a demanda de produção permanecendo a mesma, houve a necessidade de os trabalhadores aumentarem a carga horária de trabalho.

Já na tabela 2, a título de comparação, em 2014, eram 41 pessoas trabalhando 6,74 horas/dia, enquanto que em 2017 o número reduziu para 36 pessoas trabalhando 8,13 horas/dia. Uma diferença de 27,9 horas/mês reduziu o número de pessoas e houve o aumento na carga horária de trabalho. Verifica-se que, entre os anos de 2014 a 2020, não houve redução significativa do número de trabalhadores da cooperativa. Em contrapartida, houve um aumento das horas trabalhadas diariamente entre os assentados, quando se comparara o ano de 2014 com

2019. Em 2014, havia 41 trabalhadores que atuavam em média 33 horas semanais, ao passo que, em 2019, a cooperativa contava com 32 trabalhadores com média de 31,84 horas semanais trabalhadas.

Quando se analisa os dados apresentados nas duas tabelas, é possível identificar que, durante os anos, na cooperativa, os trabalhadores aumentaram sua carga horária de trabalho, tanto no passado, quanto no presente. Na Tabela 1, o ano de 1999 foi aquele no qual os agricultores mais trabalharam, chegando a realizar 52 horas semanais. Na Tabela 2, o ano em que os cooperados mais trabalharam foi o de 2017, no qual realizaram 32,52 horas semanais.

Esse aumento na carga horária se justifica pela redução do número de trabalhadores, uma vez que algumas famílias deixaram o assentamento e não foram substituídas. Além disso, o aumento da demanda de produção fez com que os trabalhadores tivessem que trabalhar mais horas mensais para atender as necessidades do mercado. Independentemente do setor em que os assentados ou associados efetuem suas tarefas, a quantidade de horas trabalhadas é a mesma. Isto pois, na cooperativa, não se difere o valor da hora trabalhada de acordo com o local de trabalho. Assim, aqueles que trabalhem na lavoura irão receber o mesmo valor que aqueles que trabalhem na industrialização da cana ou no escritório.

Todos os assentados maiores de 18 anos trabalham em média oito horas e meia por dia tomando como base 22 dias do mês, de forma que o valor da hora trabalhada durante a semana, entre segunda e sexta-feira, é de R\$8,24 (oito reais e vinte quatro centavos). No final do mês, os assentados recebem, em média, um salário de R\$1.400,00 reais pelo trabalho de 42 horas semanais que quando comparado ao salário mínimo em vigor do ano de 2021, correspondente a 1100,00 (um mil e cem reais) mensais. Percebemos a diferença de 300,00 (trezentos reais) a mais repassados aos trabalhadores da cooperativa mensalmente em comparação a um trabalhador assalariado em empresas convencionais. Deve-se considerar ainda, que essas famílias tem acesso a alimentos plantados e produzidos na área do assentamento, e ainda não pagam água devido aos poços artesianos instalados, além da taxa de energia elétrica ser mais baixa devido estarem instalados em área rural. Todos estes fatores logicamente, levam a um custo de vida reduzido quando comparado aos custos de vida de um trabalhador que reside na cidade e precisa arcar com as despesas de aluguel, água, luz e cesta básica.

No caso dos adolescentes entre 14 e 17 anos, estes são livres para decidir se querem ou não trabalhar na cooperativa, devendo priorizar as atividades escolares. Para aqueles que decidem trabalhar, o valor da hora a ser recebida é 75% do valor total pago para os demais assentados, no caso, R\$6,18 (seis reais e dezoito centavos).

Em atividades que requeiram o trabalho aos finais de semanas, a cooperativa estabeleceu o valor de acordo com a dificuldade das tarefas a serem realizadas em cada setor. O exercício dessas atividades é realizado pelo sistema de rotatividade entre os assentados. Esse tipo de trabalho é característico da área rural e da vida no campo, uma vez que se trata de atividades que envolvem seres vivos, como destaca Tsukamoto (2009, p. 11), ao dar o exemplo de camponeses que criam bichos da seda ou trabalham com sericultura.

O processo de produção de casulos necessita que o produtor se dedique tanto no cultivo da amoreira, para obter um fio de melhor qualidade, quanto nos tratos das larvas no barracão dando uma alimentação correta e cuidados sanitários adequados para a formação de bons casulos. É uma jornada de trabalho exaustiva necessitando dedicação de até 18 horas na 5ª idade do bicho-da-seda (TSUKAMOTO, 2009, p. 11).

A maneira como os assentados se organizam em suas relações de trabalho se diferencia das relações de trabalho na área urbana, pois no comércio tradicional sempre existirão o patrão e o empregado, de forma que o patrão visa apenas o lucro da empresa. Em uma cooperativa, por outro lado, todos trabalham com vistas a alcançar o mesmo objetivo, sempre pregando o cooperativismo e companheirismo entre os associados.

Assim, na COPAVI foi elaborada uma escala que estabelece quem deve ou não deve trabalhar aos finais de semana. Essa escala é necessária, pois são atividades que não podem deixar de serem realizadas, como o trato das vacas, manutenção da horta e alimentação das aves, por exemplo (Tabela 3)

**Tabela 3:** Atividades realizadas aos finais de semana na COPAVI.

<b>Descrição/ Atividade</b>	<b>Tempo médio/ativ.</b>	<b>Valor fixo/ativ.</b>	<b>Dias trabalhados sábado/domingo</b>	
Ordenha	6h	R\$60,00	X	X
Trato Das Galinhas	1h	R\$20,00	X	X
Manutenção Da Horta	1h	R\$20,00	X	X
Corte Da Cana	2h	R\$20,00	–	X
Trato das Vacas/ Bezerros	6h	R\$40,00	X	X

**Fonte:** Pesquisa De Campo (2021).

Conforme a representação, essas atividades são realizadas todos os finais de semana, no sábado e domingo. No caso da ordenha, os assentados escalados para fazer a atividade realizam o trabalho três vezes, em períodos alternados: no sábado à tarde, domingo de manhã e domingo

à tarde. Em média, são gastas 2 horas por período para realizar a ordenha, totalizando 6 horas de trabalho entre o sábado e domingo.

No caso do trato das galinhas e manutenção da horta, a ordem de períodos é feita da mesma forma que a ordenha. O que difere entre elas são o grau de dificuldade e o tempo que se leva para realizar essas atividades. Enquanto na ordenha são gastas 2 horas por período para realizar a atividade, no trato das galinhas e manutenção da horta são gastos apenas 20 minutos por período, totalizando uma hora por final de semana. Essa diferença explica a alteração entre os valores fixos por atividade a serem recebidos pelo assentado no final do mês. Vale ressaltar, ainda, que as atividades de manutenção da horta dependem das condições do clima, ou seja, em dias chuvosos fica dispensado o exercício das mesmas aos finais de semana.

A colheita da cana é realizada durante a semana, e aos finais de semana é feita somente aos domingos, sendo exercida apenas uma vez por período, ou de manhã ou à tarde, gastando-se em média 2 horas para fazer todo processo. Assim, o valor a receber será de R\$20,00 (vinte reais) por fim de semana trabalhado. O corte da cana deve ser feito todos os domingos, porque é necessário que haja cana suficiente para se realizar o trabalho de industrialização no dia seguinte.

No caso do trato dos bezerros, o período a ser trabalhado é semelhante às demais atividades, a diferença se estabelece entre a dificuldade do exercício, quando comparado com a ordenha, na qual o tempo gasto será o mesmo. A atividade de trato dos bezerros se caracteriza por ser tranquila, porém, demanda mais atenção, pois alguns bezerros necessitam de cuidados especiais. Já a atividade da ordenha requer um trabalho mais exaustivo e técnico, explicando, então, a divergência dos valores atribuídos por cada tarefa.

Em feriados, é seguida a mesma ordem estabelecida para os finais de semana, porém, as variáveis de tempo médio gasto e valor recebido por atividade são reduzidas, visto que geralmente se trata de apenas um dia trabalhado, enquanto nos finais de semana são dois dias. Considerando o processo de rotatividade entre os assentados, é interessante pelo fato de não sobrecarregar as mesmas pessoas. Assim, tanto aos finais de semana quanto em feriados, todos, em algum momento do mês, estarão livres dos afazeres para poderem aproveitar com a família ou exercerem outras atividades, ou seja, não têm o compromisso de necessariamente estar na cooperativa nesses dias. Todos os assentados têm o direito a 30 dias de férias anuais não remuneradas.

Importante destacar que as mulheres são liberadas para o trabalho porque os filhos ficam na Creche e recebem o mesmo valor pelas horas trabalhadas. Os homens ajudam em algumas tarefas domésticas. As mulheres participam parcialmente das atividades

produtivas apenas nos casos de doença dos filhos e de familiares próximo como pai e mãe. No geral, elas estão presentes em todos os setores e atividades. Seja aqueles voltados para a comercialização ou aqueles com importância relacionada ao autoconsumo (REGIMENTO INTERNO, 2009, *on-line*).

Nesse caso, as mulheres têm direito à licença-maternidade de sete meses e os homens, de licença-paternidade de 5 dias. Ainda, é válido ressaltar que a maioria da direção da cooperativa atualmente se encontra composta por mais mulheres do que homens, fazendo parte de todas as atividades, desde padaria, industrialização da cana, hortaliças, escritório, pecuária, entre outras. Nesse sentido, quando questionadas em pesquisa de campo sobre a satisfação e representação da mulher no assentamento, todas responderam que se sentiam respeitadas, valorizadas e ouvidas na cooperativa.

### **5.1.5 Relações de trabalho e produção: setor da cana**

O início efetivo da atividade da cana se deu por volta do ano de 1995, quando a cooperativa recebeu um recurso intermediado pela prefeitura do município, o que possibilitou a construção de um pequeno galpão de 280 m<sup>2</sup>. Anteriormente, a concentração da produção era direcionada para a produção do leite, com uma grande parte da lavoura direcionada para o pastoreio de vacas leiteiras. A decisão de trabalhar com essa lavoura ocorreu devido à predominância da cultura voltada para esse plantio na região. Desse modo, os membros da cooperativa decidiram também introduzir essa agricultura, porém, com uma prática diferente, adotando, dessa forma, a prática agroecológica. O objetivo era introduzir uma agricultura orgânica a fim de produzir açúcar mascavo, uma vez que na região existiam somente produções convencionais de açúcar branco.

Nesse contexto, com um trator que a cooperativa conseguiu adquirir com recursos de fomentos provenientes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foi realizada a preparação da terra para plantio da cana. Quando esta estava pronta para a colheita, os assentados se organizavam para realizar o corte e colocavam o produto na carreta. Todo esse processo era realizado de forma manual pelos assentados, conforme relata um dos entrevistados: “*O plantio era o mais tranquilo, o trator preparava a terra e o resto era feito manualmente, o corte da cana, nós carregávamos a cana para colocar em cima de um caminhão velho que tínhamos, era uma quantidade bem menor*” (CX9).

Para a industrialização da matéria-prima, os assentados possuíam pequenos engenhos e tachos onde eram realizadas a moção e cozimento da cana. Esse processo era trabalhoso e

lento, pois a cooperativa não dispunha de recursos suficientes para investir em equipamentos mecanizados para a industrialização. Essa rotina de trabalho manual persistiu por 12 anos (Imagem 4). “*Antes de termos a caldeira, o cozimento da cana era feito no fogo com os tachos, depois que começamos a cozinhar com o vapor, depois conseguimos o engenho, mais ainda era tudo manualmente e tudo era bem devagar, bem complicado*” (CX10).



**Imagem 4:** Primeiro engenho manual utilizado pela cooperativa  
**Fonte:** Imagem disponibilizada pela COPAVI.

Vale ressaltar que neste período, cinco pessoas ficavam responsáveis por fazer o corte da cana e transportá-la até o engenho manual e duas pessoas se responsabilizavam para fazer a moção e cuidar das fornalhas, controlando o fogo que ficavam na área externa da indústria. Já na área interna da indústria, ficavam aproximadamente três pessoas responsáveis por cuidar da apuração do ponto do caldo nos tachos e processo de embalagem final dos produtos.

Na época de 1995-1997, eram produzidos rapadura, melado e cachaça. Para fazer o melado, primeiro moía-se a cana no engenho manualmente. Depois de moída, separavam o caldo do bagaço da cana, que era utilizado nas lavouras para fazer cobertura do solo, enquanto o caldo era levado para os tachos para ser fervido (Imagem 5). Três pessoas cuidavam dos tachos para dar o ponto do melado e da rapadura.



**Imagem 5:** Primeiros tachos de fervura do caldo da cana.

**Fonte:** Imagem disponibilizada pela COPAVI.

Quando o melado estava no ponto, o caldo era envazado em garrafinhas de plástico de meio litro compradas numa empresa chamada Zanella Plásticos, e as rapaduras eram colocadas em fôrmas para esfriar e serem cortadas em barras, sendo posteriormente embaladas com plástico para serem vendidas. As vendas eram realizadas em feiras do município (Imagem 6) e pessoas da região vinham até a cooperativa para comprar o melado, que era vendido a R\$0,50 (cinquenta centavos) e a rapadura a R\$0,80 (centavos), com peso de 500 g<sup>5</sup>.



**Imagem 6:** Produtos da cooperativa sendo comercializados nas feiras do município.

**Fonte:** Imagem disponibilizada pela COPAVI.

<sup>5</sup> Salário mínimo em vigor no ano de 1995 era R\$100,00 (cem reais).



Na cachaça, apenas uma pessoa era responsável pelo processo de fermentação e destilação. A estrutura era manual, assim, no processo de fermentação o caldo da cana fermentava em tachos de ferro e depois era feito fogo embaixo do taxo ou do cebolão, que fervia para dar o ponto da cachaça, para posterior processo de destilação. Nesse processo eram divididas três partes da cachaça: cabeça, coração e calda. A cabeça refere-se à cachaça mais forte; o coração é a cachaça boa para consumo; e a calda é a cachaça mais fraca.

Após esse processo, a cachaça boa era levada para ser envelhecida em 4 toneis de carvalho e 2 toneis de amendoim por 6 meses. Nessa época, a cooperativa não possuía embalagens adequadas para vender seus produtos, assim, uma pessoa era responsável por envasar a cachaça em garrações de vidro de 4 litros e meio para ser vendida aproximadamente a R\$6,00 (seis reais) e garrafas pets de 1 e 2 litros, vendidas a aproximadamente R\$1,20 (um real e vinte centavos). Após embaladas, eram vendidas aos moradores do município e da região ao entorno.

Nos primeiros cinco anos, os assentados entregavam estes produtos de charretes nas casas dos moradores de Paranacity e Cruzeiro do Sul. Nessa época, não se vendia açúcar, pois os assentados não conseguiam dar o ponto certo desse produto, necessitando, assim, de equipamentos adequados para fazer a medição da acidez da cana, que era indispensável para dar o ponto correto do açúcar. Somente no ano de 2000 é que os envolvidos na atividade da cana começaram a se organizar para fazer cursos na cidade de Engenheiro Beltrão, a fim de aprender a produzir o açúcar mascavo. A partir de então, a cooperativa investiu em um medidor de pH para verificar acidez e produzir o açúcar.

O processo de produção do açúcar é o mesmo do melado ou da rapadura, com a diferença somente no ponto certo da temperatura. Antes do curso, os assentados tinham dificuldades no processamento, pois o açúcar ficava com pedras, pastoso ou muito úmido. Após o curso, os assentados conseguiram dar o ponto correto do açúcar por meio da medição da temperatura e correção da acidez. Assim, depois que o caldo atingia uma temperatura de 125°C, transformava-se em uma pasta e era levado para uma batadeira, onde era batido até começar a esfarelar, dando o ponto do açúcar mascavo. Em seguida, o açúcar era transportado para uma peneira manual para serem removidas pequenas pedrinhas e embalado em sacos de 50 kl vendidos aproximadamente a R\$40,00 (quarenta reais), e de 1 kg, vendidos a R\$1,20 (um real e vinte centavos).

É importante destacar que diferente do processamento do melado no qual duas pessoas eram suficientes para todo o processo, o açúcar mascavo necessitava de três pessoas pra fazer a industrialização, devido ao tempo de evaporação necessário para o ponto ideal do açúcar.

As condições de produção eram precárias, pois tudo era realizado manualmente, além de não se ter o mercado para vendas e logística adequada, principalmente, pela falta de equipamentos adequados para esta atividade. Assim, existia uma grande necessidade de recursos. Apesar das dificuldades, os assentados acreditaram nessa atividade e conseguiram, através de doações, empréstimos e emendas parlamentares, recursos que possibilitaram investimentos e facilitaram a ampliação e processamento da cana. Após 12 anos trabalhando na atividade da cana com infraestrutura precária, a cooperativa conseguiu verbas para ampliar o espaço de trabalho e, principalmente, adquirir equipamentos que possibilitaram a mudança do trabalho manual para o mecanizado.

Atualmente, o plantio da cana é feito por nove funcionários contratados pela cooperativa e são utilizados aproximadamente 75 hectares de terra no assentamento para o cultivo de cana-de-açúcar. A terra passa por uma avaliação técnica, na qual é realizada uma análise do solo para identificar as deficiências a serem corrigidas com adubos orgânicos. Após a correção do solo, é realizada a preparação da terra para plantio, normalmente entre novembro e fevereiro, porém, dependendo das condições climáticas, os meses de plantio podem variar durante os anos.

Para o plantio, inicialmente se prepara o solo utilizando trator, subsolador, globia e sulcador. O trator é utilizado para puxar os demais equipamentos. Assim, realiza-se a subsolação com um equipamento chamado bico de pato, a fim de afofar a terra. Em seguida, é usado o arado para arrancar os matos ou tombar a terra. Em outro momento, a globia é manipulada para realizar a inversão do solo superficial e a niveladora, para nivelar o solo. Posteriormente, é utilizado o sulcador, responsável por fazer as valetas de 40 a 50 cm para o plantio. Por fim, espalha-se a cana nessas valetas, que irá germinar e gerar mudas. O plantio é feito utilizando a técnica “meiosa” (Imagem 7), na qual são realizadas duas fileiras com 1 m e 30 cm de espaçamento entre linhas, onde é colocada a cana. A seguir, inserem-se mais oito fileiras da mesma medida, onde serão plantados outros produtos.



**Imagem 7:** Processo de transição da agricultura de cana e feijão utilizando a técnica meiosa.  
**Fonte:** Da Autora (2021).

A cana é plantada nas duas valetas, enquanto nas outras são plantados feijão ou amendoim (Imagem 8). No período de 6 meses, retira-se a plantação de feijão para se plantar as mudas da cana, que germinaram nas duas fileiras anteriores. Dessa forma, realiza-se a rotatividade da cultura, além de conservar e reaproveitar as propriedades do solo.



**Imagem 8:** Colaboradores terceirizados preparando o solo para plantio da cana.  
**Fonte:** Da Autora (2021).

Esse método de plantio é feito para que ocorra o manejo da lavoura e também para impedir a intervenção de maquinários agrícolas que facilitem a compactação do solo. Assim, no mesmo espaço em que se planta a cana também se plantam feijão e amendoim, ou seja, há uma diversificação da agricultura. A cana plantada só estará pronta para ser colhida e industrializada após um ano e 6 meses de plantio. A colheita é feita entre março e dezembro de cada ano, por duas pessoas, sendo um operador contratado pela cooperativa responsável pela

operação da máquina colheitadeira, e outro responsável por dirigir o caminhão transbordo (Imagem 9).



**Imagem 9:** Processo de colheita da cana.

**Fonte:** Da Autora (2021).

No período de colheita, um assentado fica responsável por dirigir o caminhão transbordo e um funcionário contratado pela cooperativa por regime de CLT é responsável por fazer o corte da cana com a colheitadeira de cana mecanizada. Enquanto é realizado o processo de corte da cana o caminhão é dirigido paralelamente a colheitadeira para que a cana cortada seja despejada no caminhão transbordo.

Em média, são colhidas em média de 30 toneladas de cana por dia, as quais são levadas para o processo de industrialização. Para isso, o caminhão carregado leva o produto para a indústria e despeja-o no engenho mecânico (Imagem 10).



**Imagem 10:** Caminhão transbordo despejando a cana no engenho.

**Fonte:** Da Autora (2021).

Posteriormente o caminhão transbordo despeja a cana no engenho (Imagem 10). A mesma cana passa por uma esteira, onde é levada para o picador para facilitar a moagem, depois, é espalhada pelo espalhador para ser direcionada para as moendas, onde é extraído todo o caldo da cana. Uma esteira é responsável pelo transporte do bagaço da cana no qual, uma parte é direcionada para a caldeira, que serve como combustível para geração de vapor que permitirá o cozimento do caldo extraído, enquanto a outra parte é utilizada para trato dos animais e cobertura do solo (Imagem 11).



**Imagem 11:** Bagaço da cana sendo utilizado na caldeira e cobertura do solo.

**Fonte:** Da Autora (2021).

Com o caldo extraído, inicia-se o processo de decantação. Nele, o caldo é direcionado para três tipos de tachos (Imagem 12): um com capacidade de 5000 litros; um de com capacidade de 1000 litros, e outros dois de 500 litros, nos quais são retiradas as impurezas. Esse processo que leva de 30 a 40 minutos.



**Imagem 12:** Tachos de decantação para retirada das impurezas do caldo.  
**Fonte:** Da Autora (2021).

Todo esse processo do engenho é realizado na área externa da indústria, na qual uma pessoa fica responsável por operar o maquinário, a fim de controlar o processo de moagem e realizar a limpeza do local, e outra fica responsável por operar a caldeira, controlando a temperatura, colocando bagaço ou lenha, medindo a pressão entre outros fatores de operação da caldeira que tem por finalidade garantir o vapor para os tachos que estão dentro da indústria.

Após o processo de decantação, inicia-se o procedimento interno da indústria. É nesse momento que ocorre a industrialização do açúcar, melado e cachaça. Para industrialização do açúcar, o caldo limpo é direcionado para quatro tachos de evaporação (Imagem 13), sendo três deles com capacidade de 200 litros e um de 300 litros, onde ficará, em média, três horas fervendo até atingir uma temperatura de 105 °C, sendo monitorado por duas ou três pessoas responsáveis por controlar a temperatura .



**Imagem 13:** Tachos de evaporação para armazenamento do caldo.  
**Fonte:** Da Autora (2021).

Após atingir essa temperatura, o caldo é direcionado para três tambores (Imagem 14) de inox com capacidade de 2000 litros, onde ficará armazenado, e posteriormente será direcionado para outros três tachos menores com capacidade de 30 litros, onde será fervido novamente por cerca de 30 minutos, até atingir uma temperatura de 125 °C.



**Imagem 14:** Tambores de armazenamento e tachos de apuração do melaço da cana.  
**Fonte:** Da Autora (2021).

Após atingir essa temperatura, o caldo já está no ponto denso pastoso de açúcar mascavo, sendo direcionado para três batedeiras com capacidade de 25 kg, onde ficará agitando por 25 minutos até esfarelar, dando o ponto do açúcar mascavo no qual é monitorado pela mesmas pessoas.

Após esse tempo, o açúcar é retirado manualmente da batedeira e levado por estas mesmas pessoas para as peneiras. As peneiras são administradas por dois trabalhadores, onde primeiramente é peneirado o açúcar automaticamente onde será retirada a umidade em forma

de pelotas maiores e posteriormente, é direcionado para outra peneiras mais finas administrada por duas pessoas, onde são retiradas as pelotas menores, a fim de deixar o açúcar airado e uniforme (Imagem 15). Os trabalhadores ficam responsáveis por espalhar o açúcar e transportar de uma peneira para outra.



**Imagem 15:** Batedeiras de agitação e peneiras.

**Fonte:** Da Autora (2021).

Em seguida, ocorre o processo de empacotamento que normalmente é realizado por 6 pessoas mais dependendo da demanda da produção pode chegar a 15 trabalhadores envolvidos neste processo. Atualmente o açúcar é embalado em sacos de 25 kg, pacotes de 1 kg e 500 g, que são levados para área de estoque (Imagem 16). Para o processo de embalagem são utilizadas quatro seladoras, uma empacotadora mecanizada emprestada e uma impressora de embalagens digital. Em média, são produzidas duas toneladas de açúcar todos os dias.



**Imagem 16:** Açúcar mascavo embalado para comercialização e área de estocagem.

**Fonte:** Da Autora (2021).



Para a industrialização do melado é realizado o mesmo processo do açúcar mascavo, porém, quando o caldo da cana chega nos tachos de evaporação, a temperatura de fervura deve atingir 100 °C, diferente do açúcar, que atinge até 125 °C. Após a medição da temperatura, esse caldo é direcionado para um tambor de aproximadamente 300 litros, no qual se inicia o processo de envasamento em baldes de 5 kg e frascos de 330 g. Quatro trabalhadores têm a função de fabricar o melado, sendo dois responsáveis por remover as impurezas e controlar a temperatura dos tachos e dois, por realizar o processo de envasamento.

Após envazados, são encaixotados quatro baldes e 12 frascos por caixa e levados para estocagem (Imagem 17). A produção do melado é realizada de acordo com os pedidos enviados à cooperativa. Diferente do açúcar, o melado não pode ser estocado em grandes quantidades pelo fato de cristalizar. Assim, são produzidos de acordo com a demanda da produção, atualmente são fabricados 10 toneladas de melado todo mês.



**Imagem 17:** Melado pronto para comercialização.  
**Fonte:** Da Autora (2021).

Ao serem industrializados, tanto o melado quanto o açúcar são levados para área de estocagem de aproximadamente 150 m<sup>2</sup> e, posteriormente, são comercializados. Vale lembrar que ainda existe outra área somente para armazenagem de embalagens, de aproximadamente 30 m<sup>2</sup> (Imagem 18).



**Imagem 18:** Área de armazenamento do açúcar, melado e embalagens.  
**Fonte:** Da Autora (2021).

### 5.1.6 Relações de trabalho e produção: setor da cachaça

Para a industrialização da cachaça, é realizada a moagem da cana para extração do caldo. Esse caldo é levado para um tambor de aço inoxidável com capacidade de 500 litros, no qual é medido o teor de sacarose do caldo utilizando um aparelho chamado sacarímetro. O caldo deve atingir 15°C de sacarose para ser transformado em álcool no processo de fermentação (Imagem 19).



**Imagem 19:** Tambor inoxidável para preparação do caldo e dornas utilizadas para fermentação do caldo da cana.  
**Fonte:** Da Autora (2021).

Após a análise da sacarose e temperatura de 28 °C medida por um termômetro, é levado para quatro dornas de 1000 litros, onde é realizada a fermentação utilizando leveduras, que tem por finalidade zerar o teor de sacarose. Esse processo de fermentação leva cerca de 35 a 40 horas. Posteriormente, o vinho está pronto para ser destilado dentro de um alambique ou

destilador, que dará início ao processo de destilação por uma hora, podendo chegar à temperatura de 90 °C. O processo de destilação é feito por meio do aquecimento do vinho por vapor. Nele, o vinho é transportado para outro equipamento chamado serpentina, que irá fazer o resfriamento e condensação para transformar o produto em cachaça. Em média, levam-se 5 horas pra realizar todo processo (Imagem 20).



**Imagem 20:** Cebolão utilizado para destilação do caldo e serpentina utilizada para condensação do vapor.

**Fonte:** Da Autora (2021).

Após o processo de destilação, a cachaça vai para uma caixa de cobre e inox onde é feita uma análise através da medição utilizando um aparelho chamado alcoômetro densímetro, que tem a função de determinar ou identificar a porcentagem de álcool. Neste momento, uma pessoa é responsável por fazer a medição do teor de álcool para realizar a separação da cachaça em três partes: cabeça, coração e calda. Cada parte apresentará uma porcentagem de álcool de acordo com o volume de 1200 litros. A cabeça apresentará 0,007% do vinho colocado para destilação, que terá uma graduação alcoólica de 70 gl (teor alcoólico). Utilizando a mesma média de 1200 litros, o coração deve atingir 13% do volume do vinho e terá uma graduação alcoólica de 49 a 50 gl. A calda, por sua vez, deve apresentar 1,5% do volume do vinho e apresentar um teor alcoólico aproximadamente de 25 gl. A calda e a cabeça são posteriormente misturadas e destiladas novamente em uma coluna de destilação (Imagem 21) para se transformar em álcool 70% ou 96%.



**Imagem 21:** Coluna de destilação para fabricação de álcool.

**Fonte:** Da Autora (2021).

Já, na parte conhecida como coração, que é boa para consumo humano, é bombeada por uma pessoa através de uma bomba para um container de 1000 L onde será transportado para tonéis (Imagem 22) para ser envelhecida por um período de no mínimo 6 meses. Atualmente a cooperativa possui 30 tonéis de carvalho de 180 litros, cinco tonéis de amburana de 700 litros, dois tonéis de inox de 3000 litros, cinco de bálsamo de 700 litros e dois tonéis de amendoim com capacidade de 3000 litros, que são identificados por ordem numérica para controle do tempo de envelhecimento da cachaça.



**Imagem 22:** Tonéis de armazenamento para envelhecimento da cachaça.

**Fonte:** Da Autora (2021).

Após esse período, a cachaça é envazada por dois ou três trabalhadores (Imagem 23) em garrafas de vidro de 700 ml, 150 ml e garrafas pets de 1 litro. Posteriormente, são rotuladas e embaladas em caixas de papelão para serem estocadas. A produção da cachaça depende da quantidade de tonéis desocupados. Dessa forma, a estocagem não se limita ao tempo, se comparada ao melado, mas, sim, à quantidade de tonéis vazios e demandas de comercialização disponíveis, ou seja, não existe uma produção mensal, pois varia de acordo com a disponibilidade de tonéis. Em média, anualmente se produz cerca de 15 mil litros de cachaça na cooperativa.



**Figura 23:** Processo de envasamento da cachaça em frascos de vidro.  
**Fonte:** Da Autora (2021).

Em geral, a atividade da cana conta com um grupo de 17 pessoas do próprio assentamento e quatro que prestam serviços no regime por carteira assinada, conforme as leis trabalhistas em vigor, somando um total de 21 pessoas que trabalham nesta atividade. O número de colaboradores cresceu a partir de investimentos empregados nos anos de 2008 e 2009, por meio de recursos do governo federal via programa Terra Sol, que possibilitou aumentar a capacidade da indústria de 8 toneladas/dia para 22 toneladas/dia de cana-de-açúcar. Além disso, toda produção é agroecológica e seus produtos são comercializados com total certificação.

Podemos observar que desde a implementação deste setor, houve muitas dificuldades enfrentadas pelos assentados a destacar o processo de industrialização ocorrido de forma manual que passou a ser realizado de maneira mecanizada. Além da evolução da infraestrutura

atual no processo de industrialização mecanizado, no qual, a cooperativa comporta aproximadamente 400m de instalação entre area coberta e descoberta.

Ainda existe uma grande evolução da cooperativa nesse setor. Muitos equipamentos foram adquiridos para que o processamento dessa atividade se tornasse mais amplo e efetivo a fim de atender às demandas do mercado ao longo dos anos. Todo investimento foi importante para que a cooperativa conseguisse ter mais rendimento na produção a partir da ampliação das áreas. A tecnologia permitiu aos assentados desempenhar menos esforços físicos na produção, uma vez que a maior parte da indústria foi totalmente mecanizada. Assim, são poucos os trabalhos que demandam uso da força física por parte dos trabalhadores rurais, mais especificamente, o da área de plantio.

Contudo, existem muitos pontos que ainda precisam ser melhorados nesse setor, conforme afirma um dos entrevistados, demandando a realização de mais investimentos, como uma nova caldeira que permitirá o uso de mais bagaço ao invés de lenha, e um vaporizador, que irá substituir os tachos de vaporização, permitindo maior rendimento da produção. Esses equipamentos já foram adquiridos recentemente pela cooperativa, porém, até o momento da realização deste estudo ainda não tinham sido instalados por falta de recursos.

### **5.1.7 Relações de trabalho e produção: setor do leite**

O setor de leite iniciou-se na cooperativa por volta do ano de 1993, a partir de um empréstimo de dez vacas leiteiras. Na época, as vacas eram tratadas com o que já estava plantado na área e duas pessoas eram responsáveis por extrair o leite, que era destinado para autossustento das famílias assentadas. Somente em 1994 é que começaram as primeiras vendas, diretamente nas casas de moradores de Paranacity por meio de charretes ou carroças (Imagem 24).

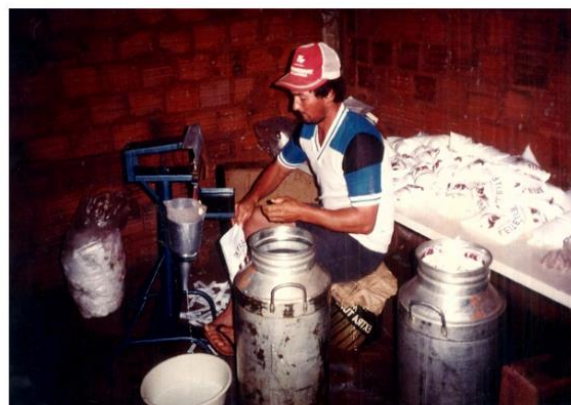


**Imagem 24:** Venda do leite feita nas casas dos moradores de Paranacity.

**Fonte:** Imagem disponibilizada pela COPAVI.

O leite era extraído por duas pessoas, colocado em tarros<sup>2</sup> e posteriormente transferido para garrafas pets de 2 litros para serem comercializadas a R\$0,80 (oitenta centavos) o litro. Então, basicamente a extração de leite era feita manualmente e não se tinha nenhum tipo de aparato mecânico para facilitar este trabalho.

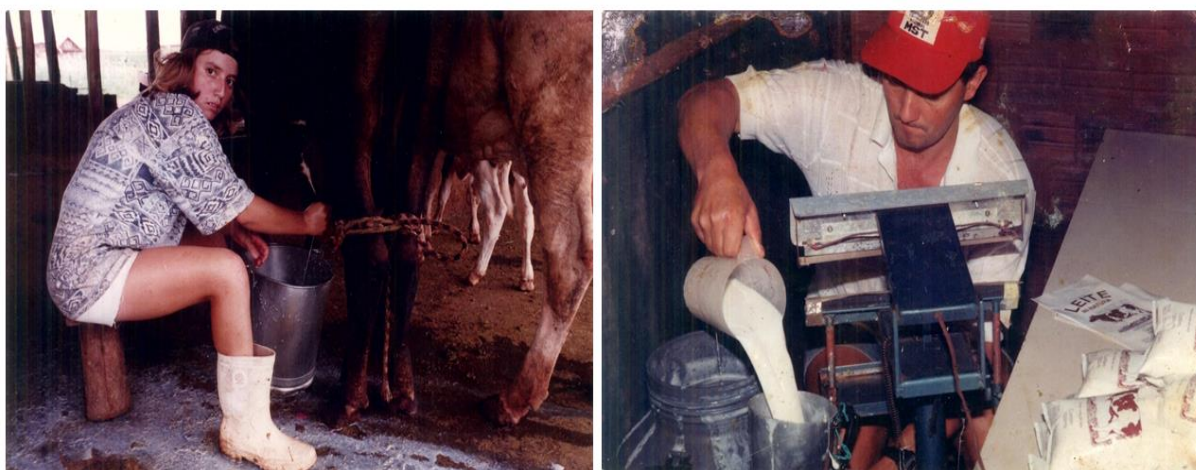
No final do ano de 1994 e início de 1995, a cooperativa conseguiu um fundo rotativo junto à entidade Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), que permitiu investimentos neste setor. Com este recurso, foram construídos um estábulo (Imagem 25), uma sala para envasamento do leite de 6 m<sup>2</sup>, comprados aproximadamente 20 animais, entre touros, vacas e novilhos, uma seladora e embalagens de plástico de 1 litro para facilitar o envasamento do leite.



**Imagem 25:** Antigo estábulo e sala de laticínio.

**Fonte:** Imagem disponibilizada pela COPAVI.

A partir desse empréstimo feito em parceria com a ASSESOAR pela cooperativa, foram realizados os primeiros investimentos no setor, o que permitiu maior reprodução dos animais e, conseqüentemente, o aumento da produção do leite. Apesar de a produção ter aumentado, ainda se realizava todo o processo de ordenha manual (Imagem 26), porém, nesse momento, já era realizada por um número maior de pessoas: seis.



**Imagem 26:** Ordenha e envasamento do leite manual na COPAVI.

**Fonte:** Imagem disponibilizada pela COPAVI.

Enquanto cinco trabalhadores extraíam o leite no estábulo, uma pessoa fazia o processo de envasamento *in natura* numa sala e essa mesma pessoa realizava as vendas, com auxílio de uma charrete emprestada, locomovida por animal (Figura 28). Cada vez mais, as famílias do município adquiriam e consumiam o leite produzido na COPAVI, o que trazia mais renda para as famílias do assentamento. Uma parte desta renda era direcionada para a manutenção dessa atividade e a outra era dividida entre as famílias.

No ano de 1996, a partir de recursos provindos do INCRA e do PROCERA, iniciam-se novos investimentos nesse setor, agora voltados para a construção de uma sala de ordenha de aproximadamente 100 m<sup>2</sup> (Imagem 27), dividida entre área aberta e fechada, e um laticínio de 80 m<sup>2</sup> para dar início ao processo de industrialização mecanizada do leite e derivados. Para o laticínio, foram comprados um pasteurizador, uma embaladeira automática, um tanque de 15 mil litros para resfriamento do leite e a construção de uma camera fria de aproximadamente 12m<sup>2</sup> para armazenamento.





**Imagem 27:** Laticínio e sala de ordenha mecanizada.  
**Fonte:** Da Autora (2021).

Nessa época, a cooperativa investiu fortemente na área de pastoreio, implementando plantio de sorgo e napiê para sustento dos animais. Assim, mudou-se o trato das vacas, que antes se alimentavam de cana e capim e passam a se alimentar com recursos específicos para maior produção do leite. Após 6 meses, iniciaram-se os trabalhos do laticínio e ordenha mecânica que facilitaram a industrialização do leite e potenciaram sua qualidade durante os anos. Para realização do trabalho na ordenha, os assentados precisavam passar por cursos de boas práticas para aprenderem a manusear os equipamentos e os animais.

Para essa atividade, uma pessoa busca as vacas leiteiras no pasto, enquanto a outra faz a higienização da ordenha. As vacas são colocadas em uma sala de espera aberta e, posteriormente, 12 vacas são direcionadas para a sala coberta, ficando seis delas do lado direito e as outras seis do lado esquerdo, onde é realizada a higienização das tetas. Após o processo de higienização, são colocadas as teteiras mecânicas que irão extrair o leite (Figura 27). Uma pessoa fica responsável por fazer o resfriamento e estocagem na câmara fria e, depois de dois dias, essa mesma pessoa fica responsável por fazer o sistema de pasteurização, empacotamento e armazenamento do leite.

Atualmente, esse processo do resfriamento do leite mudou. Agora não é mais necessário resfriar o leite e esperar este tempo (48 horas) pois a cooperativa já dispõe de um resfriador e um equipamento chamado clarificador ou desnatadeira, que tem a função de remover as impurezas. Somente depois desse processo é que o leite é pasteurizado. A pasteurização ocorre por meio do controle da temperatura do leite, que deve atingir 75 °C, sendo posteriormente levado a uma temperatura de 2 °C, ocasionando um choque térmico e finalizando o processo.

Em seguida, essa mesma pessoa faz envasamento, utilizando uma embaladeira totalmente automática, o que antes era realizado de forma manual. O leite sai pronto para ser

estocado ou comercializado. Nos dias de hoje, são produzidos 350 litros de leite por dia, vendidos a R\$3,00 (três reais) o litro. Além do leite, são produzidos queijo de 500 g, iogurte de 1L, 500 ml e 200 ml, nata de 500 g, manteiga de 250 g e doce de leite de 500 g<sup>6</sup> (Figura 28). Portanto, o setor do leite teve uma evolução técnica muito grande no decorrer dos anos, sendo aquele que deu os maiores resultados financeiros e garantia o sustento das famílias nos primeiros anos da cooperativa



**Imagem 28:** Leite e iogurte prontos para serem comercializados.

**Fonte:** Da Autora (2021).

É válido ressaltar que 65 hectares de terra do assentamento estão reservados para pastagens, e o rebanho bovino conta com aproximadamente 200 animais, entre vacas, touros, novilhos e bezerros. Ainda, em média 70 vacas são mantidas em lactação durante todo ano.

### 5.1.8 As relações de trabalho e produção: setor de autossustento e pecuária

Este setor está dividido em duas atividades: atividade de hortaliças e atividade de pecuária. Apenas um coordenador é responsável por dar apoio a este setor.

#### 5.1.8.1 Atividade de Hortaliças

Atualmente, na produção de hortaliças estão envolvidos cerca de cinco pessoas adultas e dois adolescentes, os quais trabalham todos os dias, tendo cada um deles uma função

<sup>6</sup> Salário mínimo em vigor do ano de 2021 é de R\$1100,00 (Um mil e cem reais).

específica. Um deles é responsável por coordenar os demais. As tarefas dentro do setor se definem em preparar os canteiros, realizar plantios e limpar os canteiros. Há um responsável pela colheita do dia, que deve ser levada ao refeitório da cooperativa, outros dois são responsáveis para acompanhar o plantio de batatas e mandiocas, e os adolescentes ficam responsáveis pela produção das mudas e preparo dos legumes para vendas (Imagem 29).



**Imagem 29:** Colheita de cebolas na COPAVI.

**Fonte:** Da Autora (2021).

O manejo de plantio é realizado pelo sistema de plantio direto. Nesse sistema, os canteiros devem ficar mais próximos ao solo, voltados para o plantio agroecológico. Anteriormente, eram realizados plantios nos quais se levantavam os canteiros e introduziam maquinários para plantio, já essa nova forma de manejo permitiu menos intervenções de maquinários e mais aproveitamento da qualidade do solo. Nas visitas a campo, foram registradas algumas imagens do setor de hortaliças (Imagem 30).



**Imagem 30:** Agricultura de hortaliças da COPAVI.  
**Fonte:** Da Autora (2021).

Existe uma grande diversidade verduras e ervas medicinais e algumas frutas produzidas atualmente pela cooperativa (Tabela 4). Por isso, buscou-se identificar parcialmente algumas delas. Vale ressaltar a qualidade dos produtos orgânicos plantados, pois todos são vistosos e saudáveis, sem qualquer tipo de uso de agrotóxicos.

**Tabela 4:** Algumas variedades de frutas, verduras e ervas medicinais produzidas na COPAVI.

FRUTAS	VERDURAS	ERVAS MEDICINAIS
Banana	Abóbora	Coentro
Maracujá	Acelga	Losma
Mamão	Alface	Erva Doce
Limão	Alho/Alho Poró	Confrei
Abacaxi	Almeirão	Penicilina
Jabuticaba	Batata Doce	Mira Cavalinha
Melão	Berinjela	Boldo
Seriguela	Beterraba	Carqueja
Amora	Brócolis	Balsamo
Melancia	Cebola	Espinheira Santa
Goiaba	Cebolinha Verde	Orégano
Acerola	Cenoura	Alecrim
Abacate	Chuchu	Babosa

Uva	Couve Manteiga	Melissa
Tamarindo	Ervilha	Capim Limão
Caju	Espinafre	Ginseng
Cereja Preta	Feijão	Lavanda
Tomate	Repolho	Erva De São João
–	Milho	Calendula
–	Mandioca	Amatronto

**Fonte:** Da Autora (2021).

São utilizados equipamentos manuais para plantio, como enxadas, cavadeira, tesourão etc.; além da utilização de rega por aspersão através de um reservatório de água e equipamentos mecanizados como roçadeira e trator tobata para limpeza da area e canteradeira com auxilio de outro trator para preparação de canteiros. Dentre as dificuldades destacadas neste setor, encontram-se as plantas espontâneas (mato), insetos, irrigação depreciada, além da constante tiririca, que requer constante análise e readequação do solo. O espaço reduzido para áreas de processamento de lavagens, secagem, refrigeração e armazenagem dos produtos colhidos também é outro fator que deve ser melhorado.

As hortaliças produzidas são direcionadas às escolas estaduais, creches e à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), por meio do Programa Nacional de Educação Escolar (PNAE). A cooperativa direciona as hortaliças para as escolas dos Municípios de Paranacity, Cruzeiro do Sul, Inajá, Colorado, entre outros das proximidades, além de vendas para NATURINGÁ, na cidade de Maringá e consumo próprio dos assentados.

#### 5.1.8.2 As Relações de Produção e de Trabalho – Setor de Apoio

Inclui atividade de padaria e refeitório, iniciou-se quando os próprios assentados começaram a produzir pães para o autoconsumo das famílias. Após um período, perceberam que poderiam investir nesta atividade a fim de contribuir com o rendimento interno das famílias assentadas, e assim o fizeram. Atualmente, a cooperativa produz diversos alimentos, entre doces e salgados, como biscoitos caseiros, cuca doce, bolos, etc. Esses produtos são vendidos e comercializados em padarias e mercados do próprio município, além de serem entregues através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal, que possibilita a compra direta dos produtos através de instituições como creches e escolas, para complementação da merenda escolar.

Para produzir estes produtos, a cooperativa dispõe de alguns equipamentos, como forno a gás, bolacheiras, batedeiras, cilindros, fôrmas e utensílios de cozinha em geral. Três pessoas são responsáveis por fazer todo o trabalho. Diferente das demais atividades, os produtos da padaria são, em sua grande maioria, terceirizados e, conseqüentemente, não são agroecológicos. Além da padaria, tem-se o refeitório, o qual também fica sob responsabilidade das mesmas pessoas para realizarem a manutenção e limpeza do local. É no refeitório que acontece a maioria das refeições dos assentados, no qual são servidos o café da manhã e o almoço todos os dias da semana.

Vale ressaltar que na atividade de padaria estão envolvidas 5 pessoas, sendo que esta atividade demanda da quantidade de produção. Por ser uma atividade instável, dependente de contratos governamentais por licitação pública, quando não há a requisição destes alimentos para serem comercializados, estes trabalhadores se envolvem em outras atividades de outros setores que demandam mais mão de obra.

### **5.1.9 As relações com o mercado e a capitalização da cooperativa**

Os produtos comercializados pela COPAVI são de caráter alimentício, derivados tanto de origem animal quanto vegetal, sendo todos livres de agrotóxicos, com exceção dos produtos de padaria. Para vender seus produtos, desde a implementação da cooperativa, a COPAVI introduziu algumas estratégias de vendas, como apresentadas nos próximos tópicos.

#### **5.1.9.1 Venda direta ao consumidor**

Esta estratégia acompanha a empresa desde o início da instalação do assentamento, quando os assentados não tinham recurso algum e precisavam introduzir seus produtos no mercado. Eles produziam e industrializavam a matéria-prima manualmente e saíam oferecendo para os moradores da cidade, de porta em porta, leite, rapadura, hortaliças e frango. Essa estratégia de venda perdura até hoje, porém, houve algumas modificações ao longo dos anos. No passado, mais precisamente até o ano de 1995, os assentados ofereciam seus produtos e os vendiam com auxílio de uma charrete, e posteriormente foi substituída por uma Kombi até 2002. Nessa época, duas pessoas eram responsáveis por fazer as vendas, de forma que uma mantinha o controle das vendas, anotando em fichas o nome do cliente, descrição, quantidade e valor do produto, enquanto a outra atendia o cliente, ensacando e pesando a mercadoria com auxílio de uma balança manual.

Nesse período, a cooperativa já atendia aproximadamente mil famílias e o que mais se vendia na época eram o leite e seus derivados. Além disso, também se comercializavam mandioca, hortaliças e frutas. O leite era vendido, o litro, a R\$ 0,90 (noventa centavos), e as vendas em grandes quantidades tinha um custo de R\$ 0,80 (oitenta centavos). O público que comprava o leite da cooperativa era diversificado, caracterizado por comerciantes, professores, motoristas, bancários, boias-frias e a grande maioria aposentados e pessoas desempregadas que moravam na periferia dos municípios. Na época, muitas destas pediam para comprar o leite “fiado”, a fim de pagar o produto mais tarde, ou seja, não se pagava no ato da compra.

Para essas pessoas, o valor do litro do leite saía por R\$0,95 (noventa e cinco centavos) o litro, sendo combinada a data de pagamento com o cliente, porém, o que ocorria é que muitas vezes demorava meses para essa clientela pagar o produto, ou alguns não pagavam a dívida com a cooperativa. Devido a um déficit de aproximadamente 8% da receita total da cooperativa por inadimplência de pagamento dos produtos por parte dos clientes, bem como os problemas em conseguir aumentar as vendas, os associados chegaram à conclusão de que esse tipo de venda e comercialização estava trazendo mais transtornos e prejuízos do que lucros para a empresa, considerando que as vendas realizadas eram muito pequenas, perto dos gastos que se tinha para levar os produtos até os clientes. Por este motivo, desde 2018 não se adota mais essa estratégia de venda na cooperativa, ou seja, não se leva mais o produto direto ao consumidor.

Atualmente, a cooperativa ainda comercializa seus produtos direto ao consumidor, porém, são os clientes que se direcionam à cooperativa para poder comprá-los, não mais a cooperativa leva os produtos até os clientes. Tem-se, então, o movimento inverso, no início a cooperativa buscava seus clientes, agora os clientes vêm atrás do produto ofertado pela empresa. Assim, as vendas diretas com o consumidor são feitas na cooperativa, de forma que os moradores de Paranacity e dos municípios ao entorno, como Cruzeiro do Sul, Maringá, Sarandi, e até mesmo São Paulo, direcionam-se para comprar os produtos.

Nos dias atuais, o leite está sendo comercializado a R\$3,00 (três reais) o litro, e R\$2,80 (dois reais e oitenta centavos) no valor atacado. As vendas são realizadas todos os dias pela cooperativa, não precisando necessariamente agendar horário. Assim, qualquer cliente que tenha interesse em comprar os produtos da cooperativa pode ir ao local, de segunda a sexta-feira, em horário comercial. Aos finais de semana, também são vendidos os produtos, com uma pessoa escalada para trabalhar nessa atividade, de acordo com o planejamento mensal.

### 5.1.9.2 Venda para o comércio institucional

Segundo o entrevistado responsável pela parte de finanças da cooperativa, o mercado institucional teve início no ano de 2004, através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e do Programa Aquisição de Alimentos (PAA). Quando a cooperativa decidiu participar das vendas desse mercado, já estavam cientes da sua instabilidade, pois trata-se da destinação de alimentos produzidos na copavi a instituições públicas municipais por meio de licitação. Atualmente, o que mais se destina para este comércio são os produtos como hortaliças, panificados, leite e derivados, que atende creches, escolas municipais e estaduais por meio da autorização do Serviço de Inspeção Municipal – SIM do município de Paranacity, Cruzeiro do Sul e Inajá. Para municípios como Uniflor, São Carlos do Ivaí, São Mateus, Japurá, Jussara, Turneira do Oeste, Tapejara, Cidade Gaucha, Rondon, Guaporema, Indianópolis, São Manoel, Paraíso do Norte, Mirador, Amaporã, Planaltina do Paraná, Santa Mônica, Tamboara, Guairaça, Paranaíba, São Antônio do Caiua, Paranapoema, Jardim Olinda, Nova Aliança do Ivaí são entregues somente produtos de hortaliças e padaria através da licença de programas PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PENAEE.

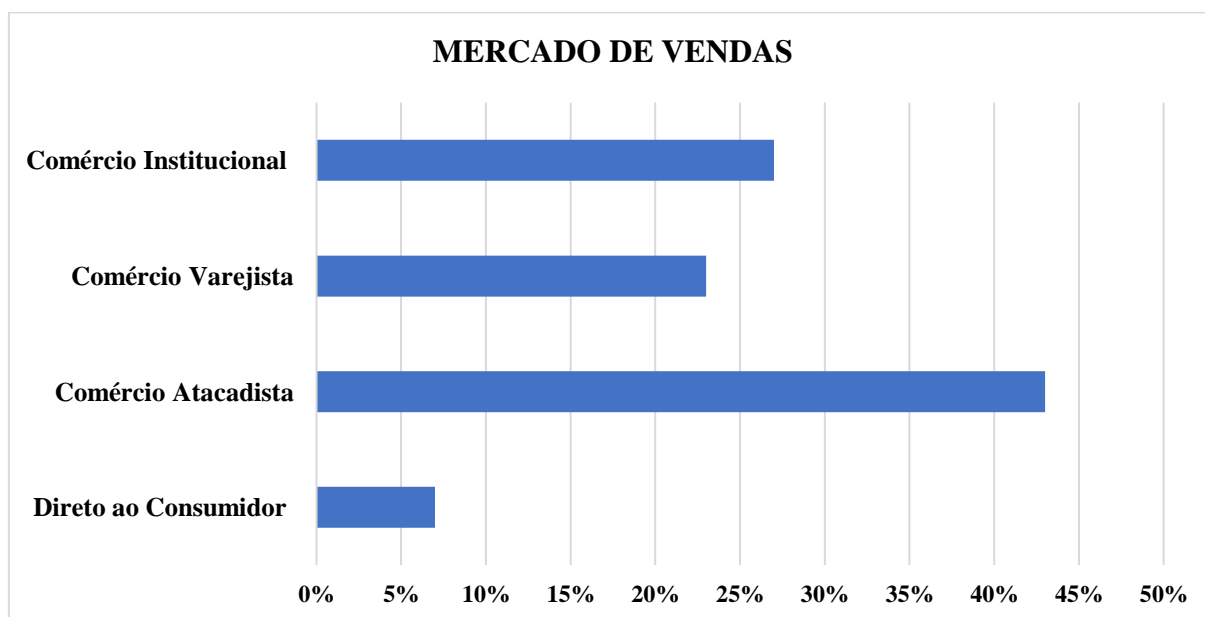
### 5.1.9.3 Venda para o comércio varejista e atacadista

Outra estratégia de venda utilizada pelos assentados é a venda aos mercados varejista e atacadista, que iniciou atendendo os comércios de Paranacity e Cruzeiro do Sul, tais como mercados e padarias do município. Além de Paranacity, os produtos são destinados para casas de produtos naturais e casa de doces em Maringá. O mercado varejista e atacadista é o comércio que mais intensifica as produções da cooperativa e permitiu a expansão do alcance dos seus produtos às demais localidades. Ambos comércios varejista e atacadista, destinam-se principalmente os derivados da cana-de-açúcar que, além de atenderem as regiões ao entorno no Paraná, atendem estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Minas Gerais, Santa Catarina, também é comercializado internacionalmente para países como França, Espanha e Itália.

Vale ressaltar que a destinação destes produtos para estados mais afastados ocorre normalmente por meio das transportadoras por se destinar quantidades menores, quando se trata de quantidades de cargas fechadas é transportada pela própria cooperativa com transporte próprio.



Quando a cooperativa decidiu introduzir esse modelo de comercialização, os associados tiveram que se adequar às exigências do mercado, tais como legislações sanitárias, padronização das rotulagens, entre muitas outras. A introdução nesse mercado ocorreu pelo fato de a demanda da produção ter aumentado e a cooperativa precisava vender os produtos em grandes quantidades, o que foi um investimento de sucesso para eles, conforme pode ser observado no Gráfico 3.



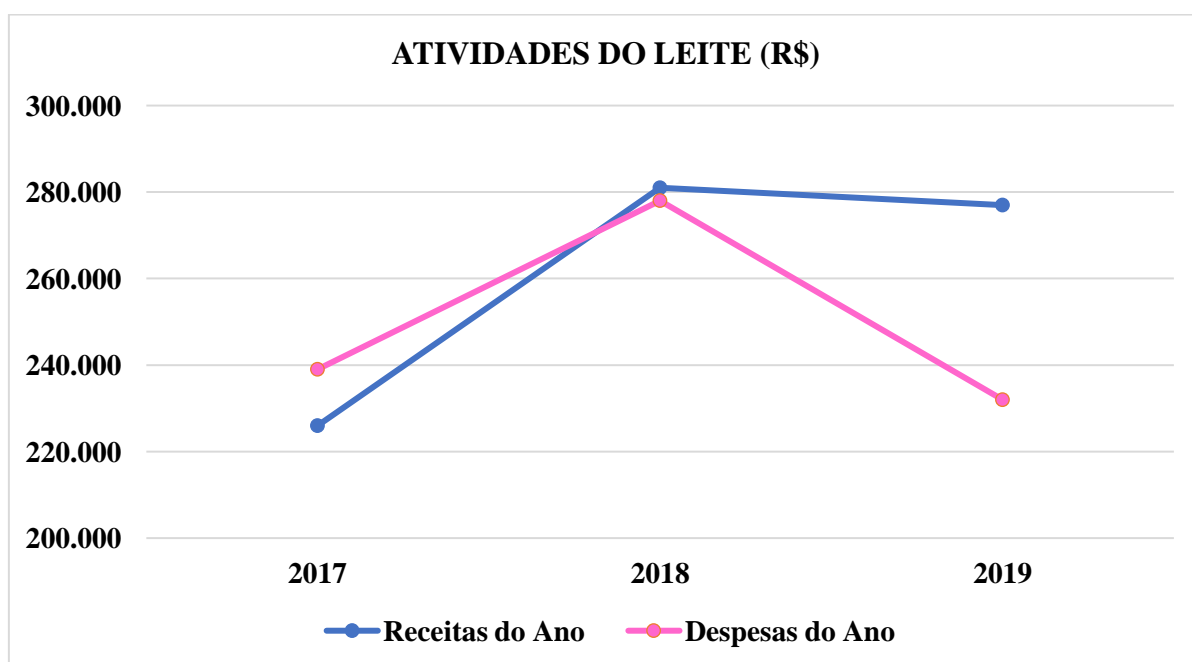
**Gráfico 3:** Índice de comercialização total de vendas da COPAVI em 2019.  
**Fonte:** Da Autora (2021).

Como pode ser observado, 43% das vendas efetuadas na cooperativa em 2019 ocorreram por meio do comércio atacadista, pois se trata de vendas em grandes quantidades. Nessa atividade, destaca-se a comercialização dos derivados da cana. Em segundo lugar, segue o mercado institucional, com 27% do volume total das vendas, caracterizadas, principalmente, pela comercialização dos derivados de leite. Ainda, tem-se o comércio varejista, que chegou a 23% das vendas totais da cooperativa, destacando-se, principalmente, pelas vendas realizadas nas regiões de Paranacity de derivados do leite e cana-de-açúcar. Por fim, 7% das vendas foram destinadas direto ao consumidor, representando o mercado que menos vendeu, de acordo com o período analisado. Isso ocorre porque a cooperativa não leva mais seus produtos de porta em porta, como no início das atividades da organização.

Assim, entende-se que, entre o período de análise, os produtos adquiridos da cooperativa são vendidos, principalmente, para os mercados atacadistas e institucional, ou seja, em médias e grandes quantidades. Atualmente, o carro-chefe da cooperativa são os derivados da cana-de-

açúcar, que são comercializados em pacotes de 500 g a R\$4,50 (quatro reais e cinquenta centavos); 1 kg a R\$7,00 (sete reais), e 25 kg a R\$100,00 (cem reais); o melado também é comercializado em frascos de 360 g a R\$4,00 (quatro reais). Todos os produtos possuem a marca COPAVI destacada, juntamente com o símbolo do MST, além da identificação de certificação de produtos agroecológicos em parceria com a rede ECOVIDA. A identificação dos produtos com o símbolo MST e da rede ECOVIDA é muito importante, pois mostra para o consumidor que aquilo que ele consome é fruto da luta pela terra e da Reforma Agrária, além de evidenciar que toda a produção é agroecológica e garante o acesso desses produtos alimentícios de boa qualidade para pessoas de classes sociais mais baixas.

No início das atividades na cooperativa, o carro-chefe que manteve o sustento das famílias e trouxe renda para a empresa foi a atividade do leite. O Gráfico 4 demonstra que esta atividade ainda representa um importante contribuinte para a empresa, visto que em 2018 alcançou a receita de R\$277.000,00 (duzentos e setenta e sete mil reais) entre os produtos comercializados, a destacar as vendas de leite e iogurte.

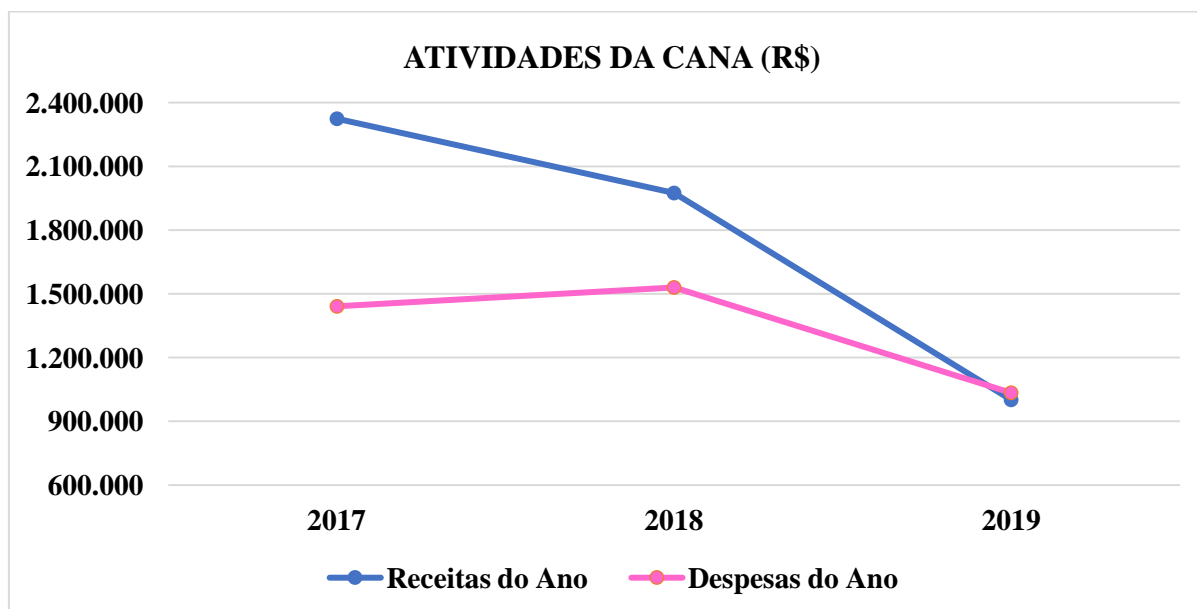


**Gráfico 4:** Evolução da atividade do leite nos anos de 2017, 2018 e 2019.

**Fonte:** Da Autora (2021).

Com o passar do tempo, a atividade que passou a ter mais rentabilidade foi a industrialização da cana-de-açúcar. Com base nos anos de análise exemplificados no Gráfico 5, 2017 foi o ano em que essa atividade mais contribuiu, com uma receita de R\$2.324.000,00 (dois milhões e trezentos e vinte e quatro mil reais). Segundo os assentados, essa atividade se

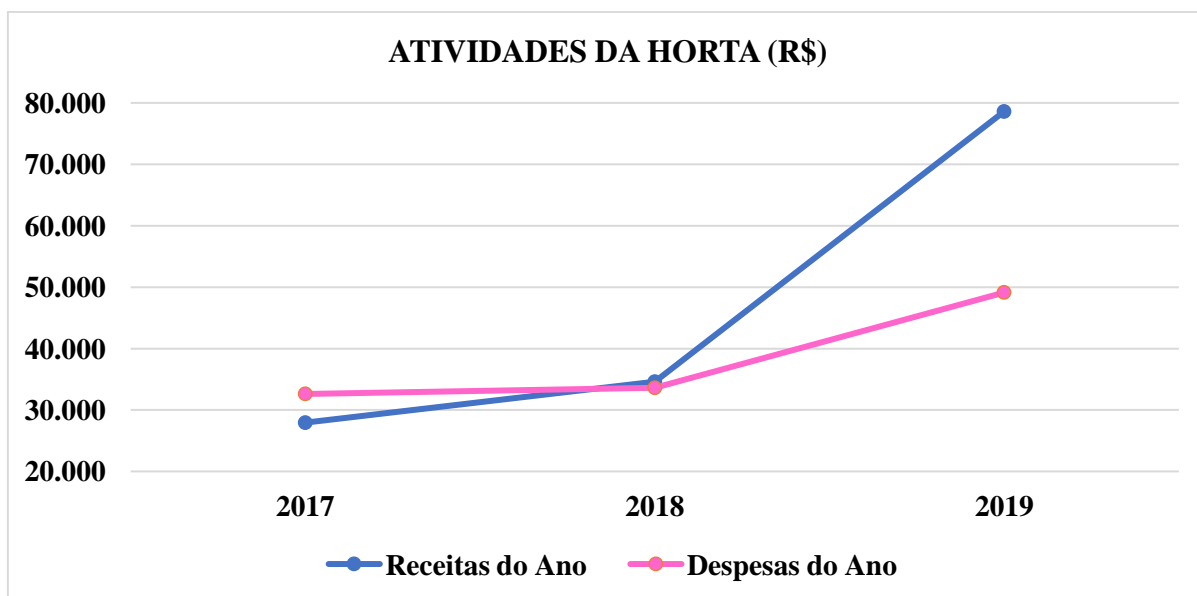
destaca entre as demais, pois a maior parte de comercialização dos seus produtos é destinada às grandes empresas de comércio atacadista.



**Gráfico 5:** Evolução da atividade da cana nos anos de 2017, 2018 e 2019.

**Fonte:** Da Autora (2021).

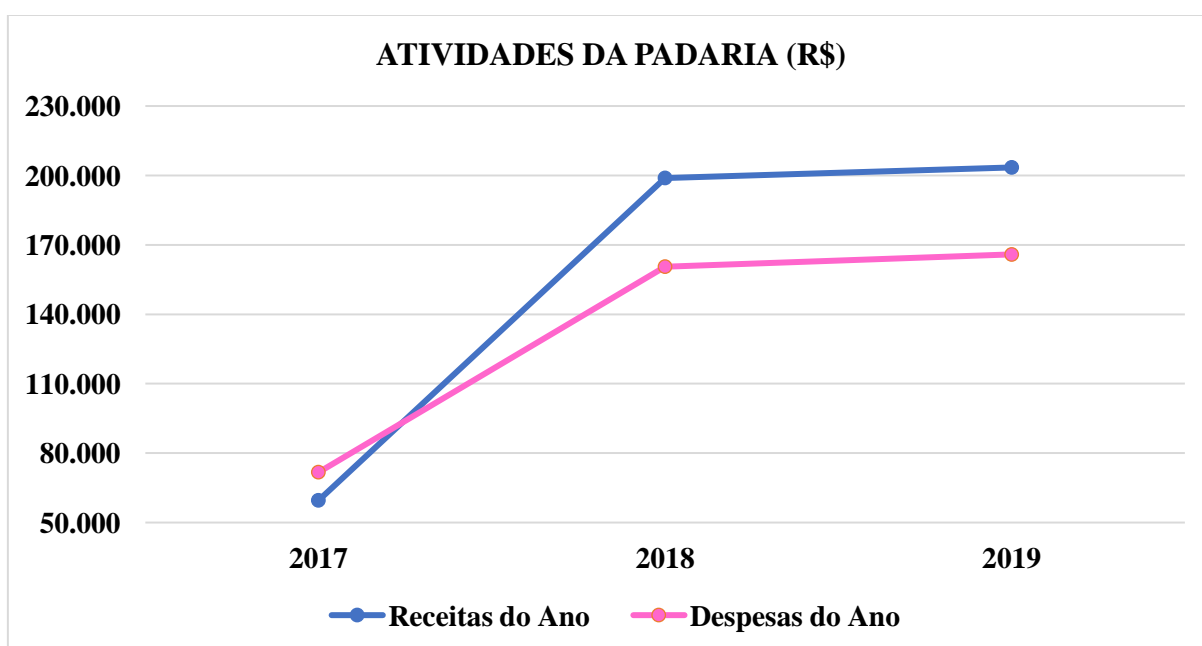
Além dessas atividades, as hortaliças contribuem com o orçamento da cooperativa através da venda, principalmente, de alface, mandioca, salsinha e cebolinha. Só no ano de 2019, essa atividade contribuiu com uma receita de R\$78.610,00 (setenta e oito mil seiscentos e dez reais) (Gráfico 6). Esse setor acompanha os assentados desde o início da formação do assentamento, porém, inicialmente, era voltado basicamente para o sustento das famílias e comercialização nas feiras de município. Atualmente, esses produtos se destacam pela venda direta ao consumidor e abastecimento das escolas municipais



**Gráfico 6:** Evolução da atividade da horta nos anos de 2017, 2018 e 2019.

**Fonte:** Da Autora (2021).

A atividade da padaria tem contribuído com a caixa econômica da cooperativa (Gráfico 7). No ano de 2017, contudo, houve alguns prejuízos nesse setor, porém, nos anos subsequentes, mais especificamente em 2019, pôde-se observar uma receita de R\$203.405,00 (duzentos e três mil quatrocentos e cinco reais), com um faturamento de R\$37.500,00 (trinta e sete mil quinhentos e setenta reais).



**Gráfico 7:** Evolução da atividade da Padaria nos anos de 2017, 2018 e 2019.

**Fonte:** Da Autora (2021).

Apesar de essa atividade ainda não representar um índice expressivo nas vendas de seus produtos, como as demais atividades mencionadas, ela faz parte da agregação de valor, assim como os demais produtos comercializados pela cooperativa. Toda a produção agrícola realizada na COPAVI segue um caráter agroecológico que visa atender às demandas do mercado, seja ele direto ao consumidor ou varejista e, ainda, fornecer o autossustento das famílias assentadas. Assim, a cooperativa utiliza-se das implementações de agroindústrias (Tabela 5) para industrialização e processamento da produção agropecuária.

**Tabela 5:** Caracterização, quantidade e principais produtos comercializados pelas agroindústrias na COPAVI.

<b>Caracterização</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Principais Produtos Comercializados</b>
Um Barracão de Cana de açúcar	10000 litros/ dia de extração do caldo de cana	Açúcar, Melado, Cachaça
Um Laticínio	3500litros de leite pasteurizado	Leite, Iogurte, Nata, Queijo, Doce de Leite
Um Barracão de Aves	150 Aves 3600 Ovos/mês	Ovos
Hortaliças	1000 Kl de Folhosa e Tubérculos/ dia	Alface, Cebolinha Verde,

**Fonte:** Da Autora (2021).

É por meio da administração das agroindústrias que a COPAVI consegue gerenciar as produções em nível qualitativo e quantitativo, por meio do coordenador da atividade. Assim, este fica responsável por manter as fichas de controle de produção e repassá-las ao setor administrativo e financeiro. A aproximação do coordenador juntamente aos demais colaboradores da atividade permite manter a qualidade de acordo com as regras de cada setor. No que se refere aos procedimentos de caráter sanitário para o processamento dos alimentos, a cooperativa está regularizada por lei, junto aos órgãos competentes, como legislação tributária, sanitária e ambiental.

Vale ressaltar que todos os produtos comercializados pela cooperativa são produzidos e comercializados utilizando como estratégia de sustentação da empresa a agregação de valor em cima deste produto. Dessa forma, para se introduzir no mercado, a cooperativa necessitou se adequar às vigências necessárias de produção e comercialização. Isso envolve modificações em todas as áreas da empresa, desde o processo de industrialização à destinação final do produto, ou seja, foi necessário implementar técnicas padronizadas utilizadas pelas grandes empresas.

Essas técnicas exigiram da cooperativa conhecimentos técnicos abstratos e aos assentados, especialidades em áreas como economia, autogestão, engenharia e administração. Para isso, a cooperativa conta com a companhia de técnicos especializados em áreas afins, para assessorá-la quanto às exigências do mercado no que se trata de conservação, qualidade, padronização, nutrição e valorização dos produtos. Cada vez mais, os associados têm buscado se especializar, participando frequentemente de cursos técnicos de capacitação ofertados pela CONCRAB voltados para diversas áreas do conhecimento e auxílio das atividades gerais da cooperativa, como: agroecologia, empreendedorismo rural, gestão, comercialização; produção de leite agroecológico; inseminação artificial; administração de doenças do gado; produção agroecológica; produção de açúcar mascavo; produção de cachaça; cursos gerais de manejo e sanidade dos animais; produção de derivados de leite; entre outros.

É perceptível essa mudança na qualidade dos produtos ofertados, quando se observa a evolução na retratação e evolução histórica da cooperativa. Como, por exemplo, o leite, que iniciou sendo vendido em garrafas pets in natura e atualmente é pasteurizado, resfriado e envasado. Todos os assentados necessitaram, mesmo que de forma indireta, aprender a lidar ou se adequar às novas medidas adotadas, bem como perceberam a necessidade de implementação e ampliação de novas áreas, como um barracão de derivados de cana-de-açúcar, um barracão de industrialização de leite e um barracão de criação de aves.

Em todo processo de produção dos alimentos, a COPAVI tem se preocupado com a qualidade da produção, por isso, a introdução de técnicas para aperfeiçoamento de matérias-primas totalmente orgânicas, além de todos os cuidados no processamento dos produtos, até a chegada ao consumidor. Assim, tanto o plantio da cana, hortaliças ou trato das vacas e aves são tecnicamente pensados para a qualidade do produto final industrializado ser totalmente livre de contaminação ou agrotóxicos. Além da qualidade do produto, a empresa tem buscado garantir a capacidade de demanda de produção tanto para o mercado externo, quanto para as famílias do assentamento, beneficiando-se do bom aproveitamento das terras para plantio, a fim de não faltar matéria-prima.

Entretanto, apesar de todos os investimentos realizados pela cooperativa para ampliação e melhoramento das estruturas vigentes, ainda existem muitos fatores a serem melhorados para garantir a produção com qualidade. A exemplo disso, atualmente, no setor de cana-de-açúcar já estão sendo instalados uma nova caldeira e dois vaporizadores que permitirão maior rendimento da produção. Apesar dos fatores que ainda precisam ser melhorados, é válido ressaltar que a administração baseada na divisão dos setores, assim como a criação das

agroindústrias, possibilitou à COPAVI ampliar suas vendas para os mercados, principalmente atacadistas, varejistas e institucionais.

#### 5.1.10 Índice de satisfação dos assentados

A infraestrutura da COPAVI garante aos associados e todos os assentados qualidade de vida, seja nos afazeres das atividades como empresa ou em suas casas. Quando não estão trabalhando, os assentados ficam em suas casas. Atualmente a cooperativa tem 25 casas, das quais 24 servem para moradia dos assentados e uma casa é destinada para a escolinha dos filhos dos associados. Essas casas estão divididas em duas ruas, esse espaço é conhecido pelos moradores como Agrovila. As ruas são de chão de solo batido e bastante arborizadas. Entre uma casa e outra não existem cercas de separação, apenas cercas verdes, porque os assentados veem a cerca como uma limitação entre as relações e o direito de ir vir, porém, aqueles que decidem cercar seus lotes têm liberdade para fazê-lo.



**Imagem 31:** Agrovila, COPAVI.

**Fonte:** Da Autora (2021).

Nesse cenário, cada associado pode plantar em volta do seu lote aquilo que lhe agrada. Existem casas cercadas de coqueiros, videiras, mangueiras e aquelas que são totalmente abertas. Vale lembrar que os lotes têm em média 450 m<sup>2</sup>. Nas entrevistas de campo, foi perguntado aos assentados sobre a qualidade da infraestrutura das casas em uma ordem que foi de ótimo, bom, razoável até péssimo. Destes, 35% responderam ótimo, 65% avaliaram como bom e nenhum entrevistado respondeu as alternativas razoável ou péssimo.

Ainda sobre as condições de moradia, todas as casas são de alvenaria, a maior parte com acabamento em reboco e piso de cerâmica. Todas possuem energia elétrica e água potável encanada. Apenas duas casas não possuem reboco e algumas apresentam rachaduras, mas, no geral, todas estão em boas condições de uso, de forma que 50% das casas têm de 7-8 cômodos, 40% têm entre 5-8 cômodos e 10% comportam de 3-4 cômodos. Os assentados têm o direito de morar nas casas e podem fazer melhorias a partir das suas condições. Caso algum dia o assentado queira deixar o assentamento, o valor investido nessa moradia é totalmente ressarcido, porém, em forma de parcelas.

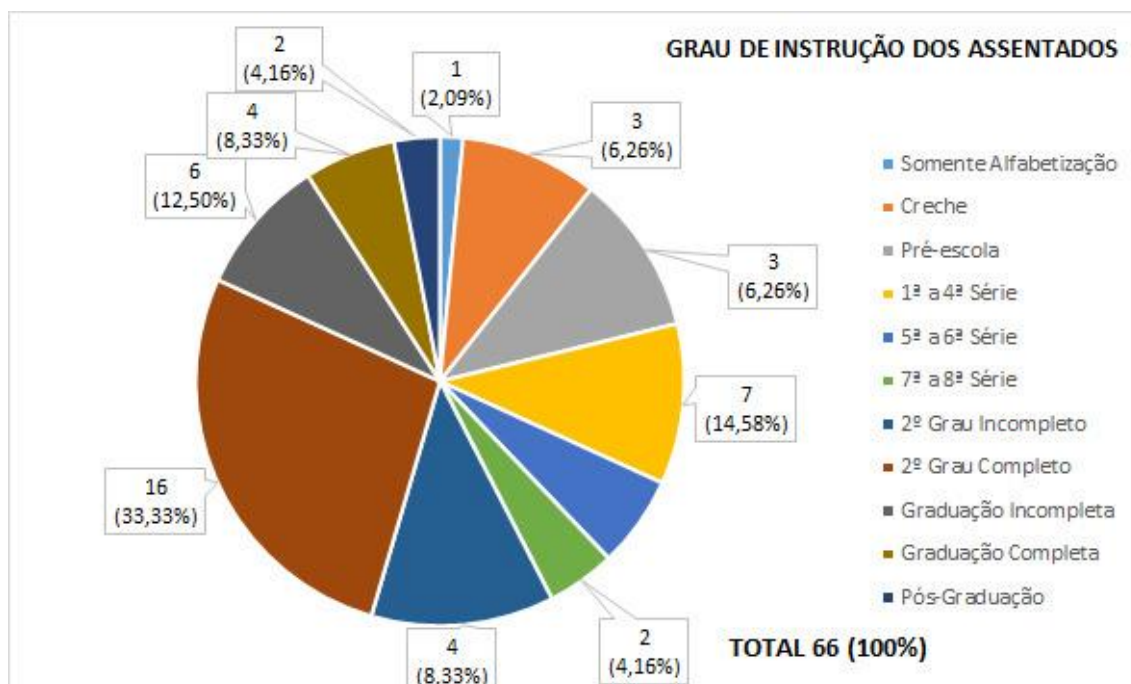
Cerca de 90% das casas possuem instalação de Internet e todas possuem aparelhos eletrodomésticos no geral, como geladeiras, televisão ou smart-TV, máquina de lavar roupa, rádios, etc. Ainda, 10% dos assentados possuem carro e moto, 60% possuem apenas carro e 30% não possuem meio de transporte mecânico. Todos os associados podem utilizar os veículos da cooperativa, desde que sejam habilitados e aceitem arcar com as taxas de utilização do veículo, que poderão variar de acordo com a quilometragem rodada.

Todas as famílias têm acesso a leite, hortaliças, carnes e todos os alimentos produzidos no assentamento. A quantidade a ser direcionada a cada família dependerá de quantas pessoas cada uma possui. As refeições como café da manhã e almoço são realizadas todos os dias no refeitório. O almoço funciona como um self-service, no qual o assentado se serve, é pesado o alimento e anotado o valor em uma ficha para ser descontado no adiantamento do valor das sobras a serem recebidas. Esse controle é realizado para que haja o desconto correto referente às refeições realizadas pelo cooperado.

É interessante o fato de os assentados realizarem suas refeições juntos, pois não sobrecarrega as famílias ou as mães do assentamento, fazendo com que se preocupem com o trabalho e o preparo do almoço para os filhos. Além disso, o fato de os assentados se reunirem todos os dias para almoçar possibilita relações e interações entre eles, permitindo discussões de ideias pertinentes ao desenvolvimento da cooperativa. Outro ponto que chama a atenção na cooperativa é que todos os associados têm direito a 30 dias de férias anuais, diferenciando-se dos assentamentos individuais, onde os indivíduos não têm essa liberdade, pois são responsáveis sozinhos pelo seu lote. Ainda, segundo relatos durante as entrevistas, todos se sentem tranquilos em sair e ficar dias fora do assentamento, sabendo da segurança de seus bens.

Com isso, buscou-se aqui levantar o nível de escolaridade dos assentados, conforme demonstrado no Gráfico 8.





**Gráfico 8:** Nível de escolaridade dos assentados na COPAVI.

**Fonte:** Da Autora (2021).

Com base no gráfico de escolaridade, 33,3% dos assentados possuem o segundo grau completo e 8,3% não chegaram a terminar esse nível. Ainda, quatro pessoas fizeram cursos de graduação sendo que destes, 12,5% não chegaram a concluir os estudos. Cerca de 4,1% fizeram cursos de pós-graduação.

Apenas duas pessoas maiores de idade estudaram até o ensino fundamental, sendo as demais caracterizadas por crianças, representando 19,1%, e apenas uma pessoa possui somente a alfabetização básica.

Além do nível de escolaridade dos assentados, buscou-se também analisar o índice de satisfação deles em relação à vida no assentamento. Foi perguntado durante as entrevistas sobre a satisfação em morar no assentamento, apresentando as alternativas ótimo, bom, razoável ou péssimo. Do total, 80% dos entrevistados responderam bom, 18% responderam ótimo e 2% responderam razoável. Ao justificar suas respostas, no geral, aqueles que responderam bom, disseram que se sentiam seguros e contentes por saberem de onde provinham seus alimentos. Os que responderam ótimo disseram que morar na cooperativa os torna diferente daquilo que o sistema impõe e que o coletivo quebra com o individualismo imposto pela sociedade. Aqueles que responderam razoável alegaram ser um local que dá para se viver, mas que não concordavam com algumas posições ou atitudes dos companheiros, porém não foram relatadas quais atitudes seriam essas. Outro ponto questionado nas entrevistas foi acerca do entretenimento e lazer. Segundo os assentados, os únicos meios de entretenimento têm sido o

campo de futebol, utilizado principalmente pelos homens, e festas comemorativas em datas específicas do ano, como aniversário da cooperativa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Natal e Dia de Confraternização Universal. Além disso, os assentados se distraíam com passeios no centro da cidade, porém, com baixa frequência, e evidenciaram que o lazer tem deixado a desejar na cooperativa, pois todos se preocupavam muito com o trabalho. Como se pode observar, a grande maioria dos assentados estava contentes em viver na cooperativa e se sentiam seguros e satisfeitos com os direitos e deveres que regem as normas de boas práticas, tanto nas relações de trabalho, como nas relações sociais.

### **5.1.11 Viabilidade socioeconômica e suas bases de sustentação**

Trabalhar em uma terra e fazê-la produzir com escassez de recursos não é tarefa fácil, mas, quando pessoas se unem com um mesmo propósito, torna-se possível. Em lotes individuais, a viabilização econômica ocorre mais lentamente, visto que esses pequenos produtores estão subordinados a concorrer com a produção de grandes empresários que, diferente deles, obtêm recursos de sobra para investirem em adaptação e correção do solo ou outras constantes, a fim de garantir uma produção de qualidade e em grande quantidade.

Esses pequenos agricultores poderão ter a oportunidade de se introduzir no mercado e concorrer com as grandes empresas e valores dos produtos comercializados. As cooperativas de produção se diferenciam das empresas convencionais, pois, para o patrão, o que interessa é lucrar, enquanto para as cooperativas não funciona dessa forma, uma vez que não existem patrão e empregado. Nas cooperativas, todos têm igual importância e trabalham com o mesmo objetivo, independente do resultado financeiro no final de cada mês.

Desse modo, tanto pode haver sobras para serem repartidas, como pode haver dívidas a serem pagas. Não existe, portanto, uma segurança do orçamento no final do mês, como para um trabalhador convencional, mas, sim, a inconstância de obter lucros ou perdas. Assim, todo capital contribuído por cada associado é somado, a fim de impulsionar os investimentos da empresa, como é o caso da COPAVI, que é organizada como uma empresa que realiza a divisão social do trabalho entre os associados e lida com todo o processo administrativo e econômico relacionado ao controle de receitas e despesas, bem como o ordenamento e equilíbrio dos gastos financeiros.

Destacar a evolução da COPAVI, que passou por um começo extremamente difícil, com poucas pessoas e sem recursos, sem mesmo as condições necessárias básicas de higienização,

acesso a água encanada, energia elétrica ou até mesmo fogo à gás. Portanto, os primeiros passos só foram possíveis através de muita persistência entre os assentados.

Na Tabela 6, se percebe como a administração da cooperativa vem sendo bem-sucedida ao longo dos anos. Foi preciso recorrer a financiamentos bancários, a fim de impulsionar sua produção, o que possibilitou o retorno financeiro e quitação dos empréstimos. Apesar disso, a cooperativa, ainda recentemente, precisou recorrer a empréstimos bancários, sendo dois realizados no ano de 2018 – um no valor de R\$135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), financiados em 46 parcelas, e outro no valor de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), em 12 parcelas, este já quitado. Foi realizado, ainda, no ano de 2020, um empréstimo de R\$80.000,00 (oitenta mil reais) parcelado em 36 vezes. Todos os empréstimos feitos pela cooperativa ocorreram, segundo informações do responsável atual, pelo setor financeiro da cooperativa, por necessidade de caixa e capital de giro e, principalmente, para investimentos na empresa.

**Tabela 6:** Balanço patrimonial COPAVI 2019.

<b>Ordem Numérica</b>	<b>Descrição do Patrimônio</b>	<b>Valor em R\$</b>
01-	Edificações e Instalações gerais	R\$378.503,78
02-	Máquinas e Equipamentos Industria	R\$880.824,31
03-	Máquinas e Equipamentos Agrícola	R\$86.347,86
04-	Outras Edificações e Instalações	R\$100.913,24
05-	Móveis e Utensílios	R\$14.653,55
06-	Veículos Automóveis em Geral	R\$154.097,03
07-	Outros Imobilizados	R\$53.071,27
08-	Ferramentas e Equipamentos Comercial	R\$1.386,86
09-	Computadores e Periféricos	R\$11.954,48
10-	Gado Leiteiro	R\$235.070,18
11-	Muare	R\$1.472,72
12-	Suínos	R\$18.244,00
13-	Outros Bovinos	R\$2.350,00
14-	Estoques	R\$338.681,59
<b>Patrimônio Total</b>		<b>R\$2. 277.570,87</b>

**Fonte:** Da Autora (2021). Adaptação de dados disponibilizados pela COPAVI.

Apesar dos empréstimos, a cooperativa vem fazendo prosperar a empresa a partir da sua própria produção. Esse fator é interessante, visto que todos os associados recebem as vantagens

da distribuição de sobras na comercialização dos produtos. No início da instalação da cooperativa, não havia retornos referentes às sobras, somente depois de alguns anos começaram a ter um retorno financeiro mais efetivo. Mas, apesar disso, decidiram que o valor das sobras não se destinaria a cada associado, por outro lado, preferiram retornar o dinheiro para a própria empresa, visando à realização de melhorias na produção e qualidade dos produtos ofertados (Tabela 7).

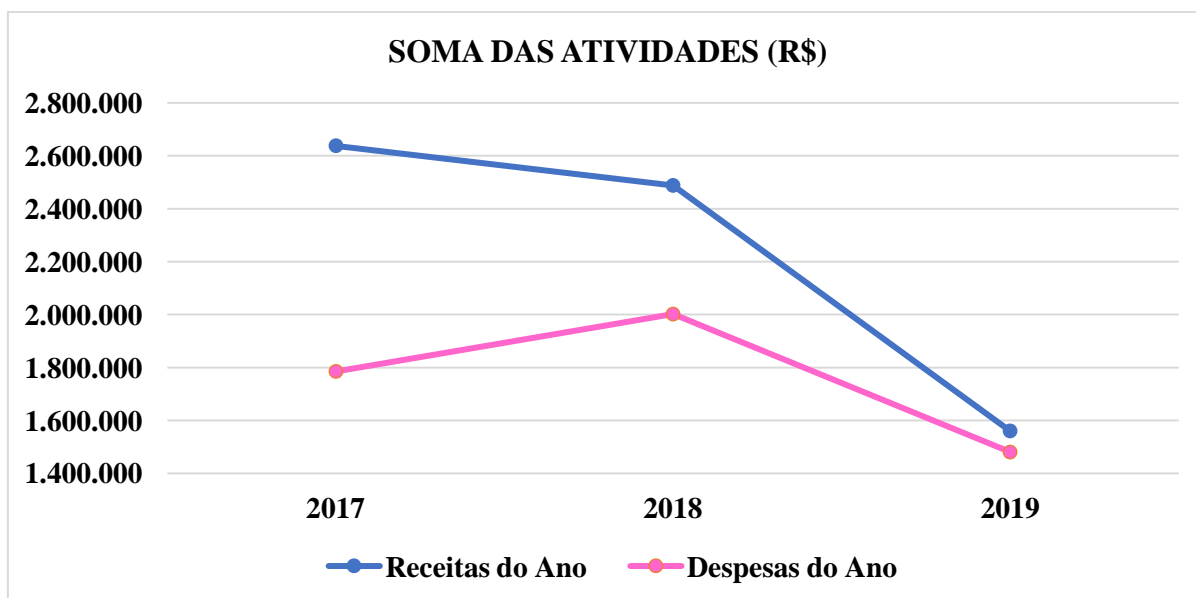
Tabela 7: Receita total da COPAVI, média de trabalhadores, sobras distribuídas e valor/trabalhador.

<b>Ano</b>	<b>Receita Total (R\$)</b>	<b>Nº. Médio de trabalhadores</b>	<b>Sobras Distribuídas(R\$)</b>	<b>Valor/ Trabalhador(R\$)</b>
2019	1.481,270	36	494.101,00	13.725,00
2018	2.448,470	38	602.790,00	15.862,00
2017	2.637,550	36	514.859,00	14.301,00

**Fonte:** Da Autora (2021).

Assim, nos últimos anos foram distribuídos entre todos os associados valores referentes às sobras da produção da cooperativa. No ano 2019 esse valor representou R\$13.725,00 (treze mil setecentos e vinte cinco reais) repassados a cada associado num período de 12 meses. Esse valor normalmente é discutido entre os associados na assembleia, a fim de decidirem o que irão fazer com o valor das sobras e como investir em lazer, reservar para o caixa, fazer a divisão entre os sócios, investir em compras para adequação e ampliação das áreas de atividade, entre outras questões.

O Gráfico 9 demonstra que houve uma evolução crescente na receita total da cooperativa entre os anos de 2017 e 2019. Pode-se verificar que 2017 foi o ano em que a cooperativa obteve o maior valor em receita total, chegando a R\$2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), a maior parte da entrada foi referente à atividade da cana, seguida da atividade do leite



**Gráfico 9:** Evolução das receitas e despesas totais da COPAVI.

**Fonte:** Da Autora (2021).

Em relação às despesas totais da cooperativa, o ano de 2018 foi o que teve maior valor gasto com despesas, chegando a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais). Apesar de o faturamento da empresa ter diminuído entre os anos de análise, percebe-se que há um equilíbrio e uma boa administração financeira na empresa, na qual os gastos referentes a investimentos acompanham a variação da receita total da cooperativa. O fato de os associados agregarem valor aos produtos industrializados possibilita à cooperativa ter um planejamento estratégico para vendas e comercialização dos produtos, além de intensificar as vendas, que fizeram dessa empresa o que ela é atualmente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ocupação de áreas improdutivas que caracteriza a luta dos pequenos produtores rurais pela Reforma Agrária no Brasil foi desencadeado em reação ao monopólio a distribuição de terras, que favoreceu os grandes latifundiários e empresários estrangeiros. Como detentores de capital, esse grupo seletivo ainda apresenta uma forte influência sob o estado, que foi utilizada em benefício próprio para a aquisição das propriedades.

A posse de terras no Paraná, quando comparada aos demais estados, é marcada por uma história de rápida ocupação e estímulo ao desenvolvimento, associada ao desmatamento e exploração de recursos naturais, a uma desordem fundiária e os consequentes conflitos de interesses e à espacialização territorial determinada pelas loteadoras responsáveis pela distribuição das propriedades em conjunto com o Estado. Essa concessão do domínio das terras aos membros da aristocracia transformou esse grupo em grandes pecuaristas, constituindo um fator determinante para a atual distribuição de terra no território paranaense.

Neste cenário de discrepante desigualdade social, a Reforma Agrária surgiu com uma proposta de redistribuição das áreas e uma esperança para o enorme contingente de trabalhadores rurais desempregados e que não dispunham de um pedaço de terra para trabalhar e garantir seu autossustento. No entanto, o cumprimento do objetivo de realizar uma distribuição fundiária mais justa que contemplasse os pequenos produtores não foi efetivo. Isso contribuiu para a mobilização ainda maior dos movimentos que se contrapõem ao modelo econômico capitalista imposto. Por meio da apropriação de propriedades que não cumpriam com seu dever social, esses movimentos lutavam para conquistar espaço para os pequenos produtores. O MST destaca-se como principal líder das ocupações.

O processo de conquista de terras se deu a partir da formação de assentamentos rurais de uso individual ou coletivo. Nos assentamentos coletivos, o MST traz como pilar a construção de uma economia solidária baseada na cooperação e administrada através de cooperativas de produção. A finalidade é facilitar o estabelecimento e crescimento do assentamento por meio do acúmulo de capital que possibilite a aquisição de instalações, compra de maquinários e implementos agrícolas, bem como a realização de outros investimentos que induzam ao aumento da produção e, por conseguinte, de receita. Como resultado final, os trabalhadores dispõem de renda para se manter e podem investir ainda mais em prol do benefício coletivo, como em melhorias estruturais ou aquisição de bens voltados à produção.

A partir dessa estrutura foi fundado o assentamento coletivo Santa Maria, no Município de Paracity, noroeste do Paraná. A constante luta pela posse dessas terras gerou conflitos com

outro grupo de sem-terra e com um grande empreendimento instalado no local, que perduraram por anos. Até o seu efetivo estabelecimento e período inicial de atividades, os trabalhadores também enfrentaram condições precárias de sobrevivência. Passado esse período, em 1992, recebeu oficialmente a emissão de posse e, no ano seguinte, com o objetivo de administrar e organizar o assentamento, foi fundada a COPAVI.

A COPAVI apresenta uma organização política e administrativa que determina todo o processo de funcionamento do assentamento, bem como os direitos e deveres dos assentados associados ou não à cooperativa. As relações entre estas duas instâncias de planejamento são fundamentais para o direcionamento, inclusão, exclusão e organização dos setores ou qualquer outra atividade dentro do assentamento. Esse modelo de trabalho é caracterizado por relações horizontais entre os cooperados, sem distinção entre patrão e empregado, aspecto marcante do capitalismo.

A produção de cana, de leite e de hortaliças são o carro chefe da cooperativa. Inicialmente, essas atividades não foram fáceis, pois havia poucos recursos, os quais muitas vezes eram disponibilizados por parceiros e apoiadores do movimento. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, com o espírito de cooperação e confiança no trabalho coletivo, a COPAVI foi crescendo e se desenvolvendo ao longo dos anos, o que resultou no acúmulo de capital que possibilitou a construção de moradias e um refeitório para as famílias assentadas, a aquisição de animais, equipamentos e recursos destinados à produção, e expansão significativa da comercialização de seus produtos através da introdução de estratégias de vendas.

Como diferencial em seus meios de produção e, conseqüentemente, grande parte de seus produtos comercializados, a COPAVI estabeleceu suas atividades através de práticas agroecológicas. Com um sistema de manejo do solo adotado a partir da diversificação da agricultura, seus membros trabalham a fim de evitar a compactação do solo, processo que afeta diretamente a produtividade das culturas, para garantir uma produção eficiente. Além disso, atuam reaproveitando todos os recursos obtidos ao longo de sua produção. Por meio dessas práticas, conseguem fornecer aos consumidores produtos de qualidade.

A infraestrutura construída sob a administração da COPAVI consegue garantir aos associados e todos os assentados uma boa qualidade de vida. Aos trabalhadores também são ofertadas oportunidades de aprimoramento das técnicas de trabalho e, até incluindo acesso ao ensino superior, a fim de capacitar profissionais qualificados que possam atuar dentro da cooperativa. Em geral, a satisfação dos assentados com a dinâmica no assentamento é boa, pois, além da estrutura e suporte oferecidos, também contam com uma política democrática de

trabalho, onde todos são vistos como iguais, e com oportunidades de crescimento pessoal e profissional.

Contudo, ainda há uma certa resistência à adesão ao modelo de trabalho coletivo entre os assentamentos rurais, pois a criação de uma consciência sobre a importância do “trabalhar junto” para o crescimento e desenvolvimento de todos é vista como uma dificuldade entre muitos trabalhadores. Essa relutância à cooperação é marcada principalmente por aspectos culturais, que têm como pilar o modelo capitalista baseado no comportamento individual, e reverter esse quadro é um desafio atual.

Com o intuito de compartilhar os princípios fundamentais do cooperativismo, as cooperativas de produção como a COPAVI têm sido bastante difundidas. A formação dessa cultura autogestionária vem se mostrando cada vez mais relevante para gerar empregos e renda aos trabalhadores rurais nos assentamentos, de maneira mais eficaz e em um menor período de tempo. Desse modo, trabalhar permanentemente a relevância do trabalho coletivo e o comprometimento é fundamental para a manutenção da organização e funcionamento das cooperativas e, conseqüentemente, dos assentamentos.

O cooperativismo fez a COPAVI se tornar uma empresa próspera e bem-sucedida. Por meio da consciência coletiva sobre a relevância de “trabalhar junto”, poucas famílias instaladas em barracos de lona e madeira, desprovidas de recursos, mas munidas de esperança e força de trabalho, foram capazes de constituir o acampamento e fazê-lo prosperar. Portanto, a COPAVI é um exemplo do porquê as cooperativas de produção podem ser vistas como o modelo mais adequado para alcançar bons resultados de forma mais eficiente. Por isso, a elaboração de políticas públicas voltadas a esse objetivo deve ser encorajada. Espera-se que mais histórias de sucesso como as da COPAVI possam ser compartilhadas em um futuro próximo.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. F.; SANCHES, F. R. Um grão menos amargo das ironias da história: o MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo. **Lutas Sociais**, n. 5. p. 77-91, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18892/14043>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- ANDRADE NETO, J. A. A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 18, n. 27, p. 159-182-2015.
- ANJOS, E. G.; JESUS, V. S.; VIRGINELLI, M. C. F. **Os dilemas e os desafios enfrentados no processo de organização coletiva em assentamentos do MST: uma experiência na incuba da URF**. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/santoamaro.pdf>. Acesso em: 06 de ago. 2021.
- AXELROD, R. **The Evolution of Cooperation**. Basic Books, 1984. 223 p. Disponível em: [http://www.sfs.uni-tuebingen.de/~roland/Literature/Axelrod\(81\)\\_the\\_evolution\\_of\\_cooperation.pdf](http://www.sfs.uni-tuebingen.de/~roland/Literature/Axelrod(81)_the_evolution_of_cooperation.pdf). Acesso em: 01 dez. 2021.
- BARREIROS, R. F. et al. O comprometimento como um fator crítico de sucesso em modelo de tradução e controle da estratégia em cooperativas agroindustriais paranaenses. *In*: RODRIGUES, J. F. (Org.). **Inovação, gestão e sustentabilidade 2**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. cap. 9. p. 107-128.
- BATISTA, M. R.; SOUZA, I. F. Colonização e Reforma Agrária: vivência e prática no assentamento rural COPAVI. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA UNICESUMAR. 9., 2015, Maringá. **Anais [...]** Maringá: Unicesumar, 2015.
- BELO, D. C.; PEDLOWSKI, M. A. Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do Sem Terra. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 17, n. 24, p. 71-85, 2014.
- BRENNEISEN, E. **Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais**. Edunioeste, 2002.
- CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Revista Estudos Avançados**, v.15, n. 43, p. 207-224, 2001.
- CARTER, M. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: NEAD UNESP, 2010. 564 p.
- CARVALHO, H. M. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil**. Curitiba: NEAD, 1999.
- CELSONO, A. **MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, 2014. Disponível em: <https://www.cedem.unesp.br/#!/acervo/mst/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

COELHO, F. **A prática da mística e a luta pela terra no MST**. 2010. 284 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017.

CONCRAB. **O que levar em conta para a organização do assentamento**. São Paulo: CONCRAB, 2001.

CORNFORTH, C.; THOMAS, A. Cooperative development barriers: support structures and cultural factors. **Economic and Industrial Democracy**, v. 11, p. 451-461, 1990.

CUNHA, L. A. G. Paraná: desenvolvimento rural e questão regional. **REPV – Revista Eletrônica Polidisciplinar**, n. 2, p. 68-79, 2006.

DOMINGUES, E. Militância no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): Um Olhar Psicanalítico. **Agora**, Rio De Janeiro, v. 19, n. 3, 2016.

EID, F. et al. Políticas de agroindustrialização em assentamentos da reforma agrária: uma análise do diálogo entre a prática das cooperativas do MST e as políticas governamentais. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 11, n. 22, p. 1-31, 2015.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Zoneamento agroecológico de cana de açúcar**. Documentos, v. 110, 2009.

ESTATUTO E REGIMENTO INTERNO COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA Vitória. **Normas**. 2009.

FABRINI, J. E. et al. Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 15, n. 21, p. 33-49, 2012.

FABRINI, J. E.; ROOS, D.; MARQUES, E. B. A espacialização da luta pela terra no Paraná. **Espaço Plural**, v. 8, n. 16, p. 33-41, 2007.

FERREIRA, G. M. V. et al. O cooperativismo como estratégia de inserção dos assentados da reforma agrária nos mercados dinâmicos: o caso da COPERTERR. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 11, n. 5, p. 1164-1181, 2018.

FIGUEIREDO, G. C.; PINTO, J. M. R. Acampamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 562-571, 2014. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/psoc/a/ykySVmhYVqbS5xLY7TrtRmh/?format=pdf&lang=pt>.  
Acesso em: 06 de ago. 2021.

FRANÇA, J. P. A ocupação do Noroeste do Paraná e a cidade de Umuarama: uma retrospectiva do processo de ocupação. **Akrópolis**, Umuarama, v. 19, n. 3, p. 164-174, 2011.

FULTON, M. Cooperatives and member commitment. **Finnish Journal of Business Economics**, v. 48, n. 4, p. 418-437, 1999.

GROFF, A.; MAHEIRIE, K.; PRIM, L. A experiência de coletivização em um assentamento de Reforma Agrária do MST. **Psicologia Política**, v. 9, n. 17, p. 113-128, 2009.

HARTWIG, M. **Migração campo cidade: trajetórias de vida, trabalho e escolarização de jovens trabalhadores**. 2005. Disponível em:

<http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2001/Marisa%20Hartwig.pdf>.

Acesso em 10 abr. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Paranacity: população**. 2010.

Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/paranacity/panorama>. Acesso em 2 dez. 2021.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras Regionais: Mesorregiões geográficas do Paraná**. Curitiba, 2004.

LEITE, S. et al. **Impacto dos assentamentos: Um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo, SP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2004.

LEONI, T. G. D. T. T.; LEONI, G. L. Desapropriação de imóvel rural para fins De Reforma Agrária. **Direito Ambiental Brasileiro**, v. 13, p. 1-14, 2005.

LIMA, J. C. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. **RBCS**, v. 19, n. 56, 2004.

LOERA, N. R. **Tempo de acampamento**. São Paulo: Editora UNESP, 2014. 231 p.

LUZ FILHO, F. **Teoria e prática das sociedades cooperativas**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1961.

MACIEL, M. C. O individual e o coletivo nos assentamentos: entre o ideal e o real. **Retratos de Assentamentos**, n. 12, p. 217-242, 2009.

MARCONI, I. C.; SANTOS, L. M. L. Cooperativismo no MST: o caso da COPRAN. **Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 2, p. 173-183, 2016.

MARQUES, E. B. **A espacialização das ocupações de terra no estado do Paraná (1988-2006) e os limites da luta pela Reforma Agrária**. 2008. 110 p. Monografia (Graduação em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4 ed. Petrópolis: Vozes. 1990.

MARX, K. **O Capital: livro 1, volume I**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1988,

MELO, H. P.; SABBATO, A. D. Um Olhar de Gênero nos Assentamentos da Reforma Agrária. *In*: LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (Orgs). **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008. 240 p.

MORAES, A. P. S. et al. A participação da mulher nos assentamentos rurais: um estudo no pontal do Paranapanema. **Retratos de Assentamentos**, v. 14, n. 1, 2011.

- MOREIRA, F. G. Cooperativas agrícolas nos assentamentos rurais: o caso do município de Nova Andradina/MS. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v. 29, n. 15, p. 95-112, 2019.
- MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MORISSAWA, M. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p.
- MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.
- MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Quem Somos**. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 27 set. 2021.
- NEVES, M. C. R.; CASTRO, L. S.; FREITAS, C. O. O impacto das cooperativas na produção agropecuária brasileira: uma análise econométrica espacial. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 559-576, 2019.
- NUNES, A. F. P. et al. Os traços da cultura brasileira que estão interferindo nos avanços do cooperativismo brasileiro. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, 2018. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/caribe/2018/11/tracos-cultura-brasil.html>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- OLIVEIRA, A. U. **Crise dos alimentos ou do neoliberalismo**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 2008.
- OSTROM, E. Social cooperation in collective-action situations. In: RÖSNER, H. J.; NIESWANDT, F. S. **Beiträge der Genossenschaftlichen Selbsthilfe zur Wirtschaftlichen und Sozialen Entwicklung**. Teilband 1. Alemanha: LIT Verlag, 2009. p. 49-69.
- OYAMA, T. K.; SERRA, e. O assentamento coletivo Santa Maria do município de Paranacity – PR. **Anais Eletrônicos Encontro Internacional de Produção Científica UniCesumar**, v. 9, p. 4-8, 2015.
- PEREIRA, A. J.; LUCEIRO, E. R. Reforma Agrária no Brasil e a aplicabilidade da proposta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): o "grupo coletivo força jovem" como forma de assentamento - 1997/1998. **Economia e Desenvolvimento**, n. 11, p. 70-99, 2000.
- PINHO, D. B. **O Cooperativismo no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **História do Cooperativismo: os pioneiros de Rochdale**. 2016. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-pioneiros-de-rochdale/>. Acesso em: 10 dez. 2021.
- PRIORI, A. et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. 234 p.

REZENDE, G. C. **Texto para discussão nº 648 Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA):** institucionalidade, subsídio e eficácia. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo.** Coleção Primeiros Passos, 2017.

SANTALUCIA, M. **Cooperativismo e assentamento rural na percepção do uso coletivo e individual da terra mediante metodologia q:** o caso de charqueadas – RS. 2006. 89p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Maria, 2006.

SANTOS, W. L. S.; MASSUQUETTI, A. A contribuição da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita para o desenvolvimento de Nova Santa Rita, no Rio Grande do Sul. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista, n. 23, p. 1-17, 2017.

SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. **Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil.** Política & Sociedade, 2004.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 19, 2007.

SERRA, E. **A posse da terra e os conflitos rurais no Paraná:** Geografia Agrária, território e desenvolvimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SERRA, S. **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: IICA/NEAD/UNESP, 2004.

SERRA, E. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. **Boletim de Geografia-UEM. Maringá**, v. 10, n. 1, p. 62-93, 1992.

SERRA, E.; VIANA, G. S. A Reforma Agrária no Noroeste do Paraná e o assentamento de Paranacity. **Boletim de Geografia**, v. 15, n. 1, p. 41-46, 1997.

SESCOOP/RS. **Você sabe o que são cooperativas de produção?** 2021. Disponível em: <https://geracaooperacao.com.br/voce-sabe-o-que-sao-as-cooperativas-de-producao/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SILVA, E. S. et al. Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências. **Revista UniRcoop**, v. 1, n. 2, p. 75-102, 2003.

SILVEIRA, C. B. **Organizações e a “lei de ferro das oligarquias”:** um estudo sobre os assentamentos rurais de reforma agrária. 2003. 190 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

SINGER, P. **Economia Solidária.** v. 2. Goiânia: UFG, 2001. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/ecosolv2.pdf#page=4>. Acesso em: 01 dez. 2021.

SIQUEIRA, D. L. et al. Capital Social e desempenho socioeconômico: matriz tecnológica no Assentamento Capela, RS. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável (RBAS)**, v. 2, n. 2, p. 35-43, 2012.

SOUZA, C. C. **Sem-terra com terra:** contradições e potencialidades na organização social e produtiva de assentamentos rurais. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2016.

SCHWADE, E.; PAIVA, I. A. Nas resistências: ação política, jovens e mulheres ação política, jovens e mulheres no MST e em assentamentos rurais. **Revista Vivência**, v. 43, p. 63-83, 2014.

STEDILE, J.; FERNANDES, B. **Brava gente:** A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

TERRA LIVRE. **Geografia, movimentos sociais e teoria.** São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

TSUKAMOTO, R. Y. **Assentamentos rurais e a sericicultura como alternativa de renda:** uma reflexão. *In:* Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2009, São Paulo. p. 01-16.

TURATTI, M. C. M. Uma etapa pretérita. **Travessia**, p. 1-21, 2001.

VAZZOLER, M. R. **Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista.** 2004. 301 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

WANDERLEY, S. L. A. et al. Organização do Trabalho no Assentamento Osvaldo de Oliveira. **Revista FSA**, v. 18, n. 2, p. 257-283, 2021.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Entrevistas realizadas com os assentados de novembro de 2020 a janeiro de 2021.

O presente questionário se enquadra na pesquisa sobre A REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ E OS DESAFIOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS COLETIVOS – O CASO DA COPAVI, MUNICÍPIO DE PARANACITY. Assim, agradecemos antecipadamente sua colaboração.

### BLOCO 1 – CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS

1. Idade em anos completos: \_\_\_\_\_

2. Raça/cor autorreferida:

Branca       Preta      (...) Parda      (...) Amarela      (...) Indígena      . (...) Negra  
 (...) NS/NR

3. Sexo:

Feminino       Masculino      (...) NS/NR

4. Nível de Escolaridade:

(...) Fundamental incompleto (1ª a 3ª ano)  
 (...) Fundamental completo (4ª ano)  
 (...) Fundamental incompleto (5ª a 8ª ano)  
 (...) Fundamental completo (9ª ano)  
 (...) Médio incompleto (até o 2º ano)  
 (...) Médio completo (3º ano)  
 (...) Superior incompleto  
 (...) Superior completo  
 (...) Pós-graduação  
 (...) NS/NR

5. Religião:

(...) Católica Apostólica Romana  
 (...) Evangélica  
 (...) Espirita  
 (...) Umbanda e Candomblé  
 (...) Outras Religiosidades  
 (...) Sem Religião  
 (...) NS/NR

6. Há quanto tempo resides neste local?

(...) 1–5 Anos      (...) 6–10 Anos      (...) 11–20 anos      (...) Mais de 20 anos  
 (...) NS/NR

7. Como avalia as condições de Moradia na Cooperativa?  
 (...) Ótimo    (...) Bom    (...) Razoável    (...) Péssimo    (...) NS/NR
8. Quantas pessoas moram na mesma casa com você?  
 (...) Nenhuma    (...) 1–3 pessoas    (...) Mais de 4 pessoas    (...) NS/NR
9. Como avalia as condições de Vida na Cooperativa?  
 (...) Ótimo    (...) Bom    (...) Razoável    (...) Péssimo    (...) NS/NR
10. Quantos cômodos possuem sua residência?  
 (...) 1–4 cômodos    (...) 5-8 cômodos    (...) Mais de 9 cômodos    (...) NS/NR
11. Qual a renda mensal de todos que moram na casa?  
 (...) Menos de um salário mínimo (R\$1045,00)  
 (...) De 1–2 salários mínimos  
 (...) De 3–4 salários mínimos  
 (...) NS/NR
12. Qual e quantos meios de transporte possui na residência?  
 (...) Carro    (...) Motocicleta    (...) Caminhonete    (...) NS/NR

## **BLOCO 2 – CARACTERÍSTICAS HABITACIONAIS E SOCIOECONÔMICAS**

1. Qual a cidade e região que o Sr.<sup>a</sup> morava antes de vir para a cooperativa?
2. Como era sua vida antes da Cooperativa?
3. Em qual ano e época iniciou a luta pela terra?
4. Como ocorreu o processo de desapropriação e apropriação da área?
5. Quais foram os desafios encontrados na vinda para Paranacity?
6. Como foi o início da luta pela terra em Paranacity?
7. Como foi a recepção dos moradores locais da cidade com os agricultores?
8. Quais eram as condições humanitárias e físicas dos agricultores logo no começo da luta pela terra?
9. Qual era o número de pessoas que vieram para a cidade para instalarem o acampamento?
10. Como ocorreu o processo de seleção dos trabalhadores rurais?
11. Porque os agricultores escolheram o modelo coletivo de produção e não o individual?
12. Como vocês começaram a se organizar na divisão de tarefas para trabalharem no modo coletivo?



13. Quais as dificuldades encontradas ao optarem por trabalhar no modelo coletivo? E as vantagens?
14. Antes de se filiar à COPAVI, tinha algum conhecimento do sistema cooperativista de produção?
15. Está satisfeito com o sistema cooperativista adotado?
16. Qual a rotina diária dos assentados na cooperativa?
17. Alguma vez já teve ou tem relações de conflito (com vizinhos ou outro assentado, por exemplo).
18. Como é realizado o manejo das atividades desenvolvidas por cada pessoa dentro das áreas de trabalho?
19. A renda familiar é suficiente para os gastos financeiros da família?
20. Na cooperativa vocês realizam alguma prática de lazer?
21. Na sua opinião porque os agricultores rurais preferem os assentamentos individuais ao invés dos coletivos?

### **BLOCO 3 – DADOS ATUAIS E ANTERIORES À VIDA NA COOPERATIVA**

### **BLOCO 4 – QUESTÕES DIRECIONADAS À DIRETORIA DO ASSENTAMENTO**

1. Como ocorreu ou ocorre o processo de definição dos lotes e casas?
2. Qual é o auxílio para o agricultor idoso, que já não pode realizar os trabalhos como anteriormente?
3. Quais são os projetos ou medidas para a inserção e permanência dos jovens na Cooperativa?
4. Quais as metodologias adotadas para as crianças e adolescentes dentro da cooperativa?
5. Quais são os mecanismos utilizados para inserção ou exclusão de assentados na cooperativa?
6. Qual é o papel do jovem dentro da cooperativa? Eles são inseridos dentro de todo o processo de administração?
7. Como ocorre a inserção das mulheres na cooperativa? Elas possuem o mesmo direito de trabalhos e resultados financeiros como os homens ou há uma diferença entre gêneros?
8. Quais são as condições de segurança no trabalho que a cooperativa oferece para os assentados?
9. Em caso de acidente de trabalho com algum assentado, como ocorre o processo de seguro?

10. Como é calculado e realizado as divisões financeiras da cooperativa?

### **BLOCO 5 – QUESTÕES DIRECIONADAS ÀS MULHERES DA COOPERATIVA**

1. Como mulher, você se sente representada pelo assentamento?
2. Você como mulher, se sente valorizada dentro da Cooperativa?
3. Na sua opinião quais são as oportunidades e projetos existentes para o crescimento da mulher dentro da Cooperativa?
4. Nos trabalhos e atividades rotineiras da Cooperativa, você concorda com a distribuição ou divisão de tarefas?
5. Você está de acordo na forma de divisão dos resultados financeiros da Cooperativa?
6. Na sua opinião, quais são as medidas que deveriam ser tomadas para melhor inserção da mulher dentro do Assentamento?
7. As mulheres assentadas participam de todos os projetos e propostas relevantes para a cooperativa?
8. Quantas mulheres fazem parte da administração da Cooperativa?
9. Em reuniões e conselhos da cooperativa, as propostas ou projetos elencados por mulheres são aprovados?
10. Vocês mulheres, tem voz para mudar algo que não estão de acordo dentro da cooperativa?
11. Em algum momento, se sentiram intimidadas ou constrangidas por homens que também estão assentados na cooperativa?
12. Vocês se sentem respeitadas e ouvidas dentro do assentamento?

**MUITO OBRIGADA PELA ATENÇÃO DISPENSADA!**

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO E DOUTORADO



Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida. Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisador responsável Loriana Raiza Dias Calza a qualquer tempo para informação adicional no endereço Av. Colombo Zona 07, Maringá – PR, Universidade Estadual de Maringá – UEM, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Bloco H12, sala 18, ou pelo telefone 3011-4731.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a)., ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Declaro que estou ciente das informações prestadas acima e estou de acordo em participar e colaborar com o andamento da pesquisa intitulada A REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ E OS DESAFIOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS COLETIVOS – O CASO DA COPAVI, MUNICÍPIO DE PARANACITY, localizada no Assentamento Santa Maria, Paranacity- PR.

Reiteramos ainda, que as informações serão utilizadas somente para os fins deste estudo, e serão tratadas com absoluto sigilo e confidencialidade. Os dados serão divulgados em forma de relatório e/ou publicação, isto ocorrerá sob forma codificada, para que a sua identidade e dos demais participantes da pesquisa sejam preservadas e mantida a confidencialidade e sigilo da pesquisa, ou seja, quando os resultados forem publicados, a Senhora não será identificada. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento. Este termo deverá ser

Rubricas \_\_\_\_\_ (Participante)

 \_\_\_\_\_ (Pesquisador)

Página 2 de 4





UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO E DOUTORADO



preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Além da assinatura nos campos específicos pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos (pelo pesquisador e por você, como participante ou responsável pelo participante de pesquisa) de tal forma a garantir o acesso ao documento completo.

Eu.....(nome por extenso do responsável pelo menor) declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pelo prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Elpidio Serra (pesquisador responsável).

\_\_\_\_\_ Data:...../..... de 202.....

Assinatura ou impressão datiloscópica

Campo para assentimento do participante menor de pesquisa (para crianças escolares e adolescentes com capacidade de leitura e compreensão):

Eu.....(nome por extenso do participante de pesquisa /menor de idade) declaro que recebi todas as explicações sobre esta pesquisa e concordo em participar da mesma, desde que meu pai/mãe (responsável) concorde com esta participação.

\_\_\_\_\_ Data 10/ Março de 2021.

Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu, Loruana Raiza Dias Calza (pesquisadora que aplicou o TCLE), declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

\_\_\_\_\_ Data: 10/ Março de 2021

Assinatura do pesquisador

Rubricas \_\_\_\_\_ (Participante)

\_\_\_\_\_ (Pesquisador)

Página 3 de 4



## ANEXO A – APROVAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA PELA COPAVI



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO E DOUTORADO



### AUTORIZAÇÃO

A Equipe Diretora da Assentamento Santa Maria – Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória – LTDA localizada no Município de Paranacity, autoriza a pesquisadora Loruna Raiza Dias Calza aluna do Programa de Pós Graduação em Geografia vinculado a Universidade Estadual de Maringá, orientada pelo professor Drº Elpidio Serra para desenvolvimento e realização da pesquisa intitulada, **A REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ E OS DESAFIOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS COLETIVOS – O CASO DA COPAVI, MUNICÍPIO DE PARANACITY.**

Pretende-se realizar entrevistas presenciais com objetivo de analisar as condições e a dinâmica de funcionamento da Cooperativa Copavi no município de Paranacity, valorizando os aspectos históricos do assentamento e dos assentados, a qualidade de vida dos assentados, a inserção da mulher, crianças e jovens nas relações de trabalho, bem como as eventuais resistências na incorporação de valores adotados em uma cooperativa de produção principalmente por parte de trabalhadores jovens.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 466/12 que trata da Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados sejam utilizados tão somente para realização deste estudo.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta Diretoria, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória - LTDA

Paranacity 30 de Novembro de 2020

## ANEXO B – APROVAÇÃO DO COMITÊ PERMANENTE DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS (CEP)



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ E OS DESAFIOS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS COLETIVOS: O CASO DA COPAVI, MUNICÍPIO DE PARANACITY.

**Pesquisador:** ELPIDIO SERRA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 44015321.6.0000.0104

**Instituição Proponente:** CCH - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.655.830

#### **Apresentação do Projeto:**

Trata-se de uma resposta a pendência de projeto de pesquisa proposto por pesquisador vinculado à Universidade Estadual de Maringá.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

Analisar as condições e a dinâmica de funcionamento da Cooperativa Copavi no município de Paranacity, valorizando os aspectos históricos do assentamento e dos assentados, a qualidade de vida dos assentados, a inserção da mulher, crianças e jovens nas relações de trabalho, bem como as eventuais resistências na incorporação de valores adotados em uma cooperativa de produção principalmente por parte de trabalhadores jovens

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:**- Tomar Tempo do sujeito ao responder aos questionários/entrevistas.- Constrangimento por parte dos entrevistados.**CUIDADOS DO PESQUISADOR:**- Será realizada a entrevista de modo sucinto e breve para não tomar muito tempo do entrevistado.- O pesquisador será amigoso nas entrevistas, para que os participantes se sintam a vontade durante a entrevista.**Benefícios:**Colaborar para o melhoramento da Cooperativa de Produção, voltados tanto para aspectos econômicos sociais e políticos

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O trabalho envolverá revisão bibliográfica, com leituras de publicações relacionadas à reforma. Na

**Endereço:** Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4  
**Bairro:** Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900  
**UF:** PR **Município:** MARINGÁ  
**Telefone:** (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br